

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MIZUEL FERNANDES DE OLIVEIRA

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA ESCOLAR E SUA
ESPACIALIDADE NOS OITOCENTOS (1843-1889) NA PROVÍNCIA
CAPIXABA**

VITÓRIA-ES
DEZEMBRO/2011

MIZUEL FERNANDES DE OLIVEIRA

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA ESCOLAR E SUA
ESPACIALIDADE NOS OITOCENTOS (1843-1889) NA PROVÍNCIA
CAPIXABA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do grau de Mestre. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Juçara Luzia Leite.

VITÓRIA-ES
DEZEMBRO/2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado o dom da vida, saúde e me ajudado a conquistar mais essa grande vitória.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo – Fapes, pela bolsa parcial de mestrado.

À professora Juçara Luzia Leite, orientadora, amiga e pelas conversas produtivas e também pelos conselhos acerca da minha pesquisa. Considero você como uma grande amiga.

Ao professor Vilmar José Borges pela amizade, incentivos e por ser responsável pela radical mudança da minha trajetória profissional para a educação. Valeu!

Às professoras Marisa Valladares e Rita de Cássia pela amizade e pelo exemplo de professoras dedicadas à formação de futuros professores.

A todos os meus amigos da turma 23 do PPGE, em especial ao meu grande amigo Leonardo Matiazzi pelas conversas e apoio; bem como a todos os professores do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, em especial, ao professor Carlos Eduardo Ferraço pela amizade e por ser um grande professor.

Ao meu amigo André Luis Bis Pirola pela leitura da minha pesquisa e por ter me ajudado a corrigir alguns equívocos nesta pesquisa.

Aos meus amigos de trabalho e professores da EEEFM “Professor João Loyola” Brenda, Joseane, Sheila, Hedeone, Mariângela, Karina, Thiago, Geovane, Leovegildo, Rodrigo, Edna, Aridene, Joarez, Michele e em especial ao Luiz Cláudio, pelas constantes trocas de informações sobre nossas pesquisas e de ideias sobre a educação; aos demais funcionários desta escola pelos apoios recebidos e pela amizade.

Aos funcionários do Arquivo Público do Espírito Santo pelos inúmeros apoios e ajudas e aos funcionários da Biblioteca da Ufes pelas gentilezas e apoios em todos os momentos solicitados.

Ao meu grande amigo de longa data Rodrigo Betim Bergamaschi pela ajuda cartográfica e por nossa parceria de sempre.

À minha família, que sempre esteve presente e que sofreu com minhas angústias e ansiedades e vibrou com todas as vitórias conquistadas no decorrer desta árdua pesquisa.

RESUMO

No presente trabalho, investigamos o processo de institucionalização e a espacialidade da Geografia escolar na Província do Espírito Santo nos oitocentos. Analisamos a sua importância e a oferta nas instituições de ensino, bem como os materiais de estudo desta disciplina para compreender que Geografia era aquela. As principais fontes que utilizamos nesta pesquisa foram leis, regulamentos, relatórios de presidentes da Província; relatórios de inspetores da Instrução Pública; fundos de governadoria; obras referentes à história do ensino de Geografia no Brasil e no Espírito Santo; e o livro *Lições de Geografia* escrito pelo Abade Gaultier, primeiro livro didático de Geografia utilizado na história da província do Espírito Santo. O recorte temporal desta pesquisa medeia entre 1843 — marco da história da Geografia escolar no Espírito Santo com a inserção, no Liceu de Vitória, da Geografia escolar como disciplina autônoma — e 1889, último ano do Império. Nesse período, verificamos que a Geografia se estruturou como disciplina específica do Ensino Secundário não sendo, entretanto ofertada na instrução primária.

Palavras-Chave: Geografia Escolar. História da Educação. Ensino Secundário. História das disciplinas escolares. História do Espírito Santo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 OS PERCURSOS E TRANSFORMAÇÕES DO ENSINO DA GEOGRAFIA ESCOLAR NO CAMPO ESCOLAR BRASILEIRO	12
1.1 A Geografia escolar durante o Brasil colônia.....	12
1.2 A Geografia no currículo escolar nos oitocentos: sua espacialização no currículo escolar durante o império.....	13
1.3 O ensino secundário no Brasil oitocentista.....	17
2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA ESCOLAR E SUA ESPACIALIDADE NA PROVÍNCIA CAPIXABA NOS OITOCENTOS (1843-1889)	25
3 O LIVRO <i>LIÇÕES DE GEOGRAFIA</i> POR ABADE GAULTIER NO SECUNDÁRIO DO COLÉGIO DO ESPÍRITO SANTO	48
3.1 Caracterizando os livros lições de Geographia pelo Abbade Gaultier (edições de 1838 e 1878).....	48
3.2 Livro lições de Geographia de Abbade Gaultier de 1838.....	54
3.3 Adições e semelhanças do livro lições de Geographia pelo Abbade Gaultier de 1878 com o livro lições de Geographia pelo Abbade Gaultier de 1838	87
3.4 O Brasil no livro de Abbade Gaultier de 1878.....	94
3.5 O Espírito Santo no livro de Abbade Gaultier de 1878.....	97
3.6 Índícios da circulação dos livros lições de Geographia (edições de 1838 e 1878) no Brasil oitocentista.....	98
3.7 O nacionalismo patriótico oitocentista e o livro lições de Geographia pelo Abbade Gaultier.....	99

4 CONCLUSÃO.....	104
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	108
DOCUMENTOS DE PROVÍNCIA.....	114
ANEXOS.....	117

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), com fins de obtenção do título de mestre, na linha de pesquisa História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais, objetiva uma discussão do processo de institucionalização da disciplina escolar de Geografia no Espírito Santo, ocorrida no século XIX, e, ainda, compreender a sua espacialidade na Província do Espírito Santo nos oitocentos.

Como acontece na história das disciplinas escolares, partimos do pressuposto que a Geografia, de sua implantação nas escolas aos dias atuais, passou por profundas transformações na sua estrutura, modificando a forma de análise e estudo do espaço. Hoje, no Brasil, o ensino dessa disciplina fundamenta-se numa visão de Geografia crítica cujas bases se encontraram na mudança da matriz do pensamento geográfico ocorrida a partir de 1970.

Segundo essa perspectiva, a Geografia crítica aproxima os conteúdos estudados à realidade do aluno, às suas experiências de vida, condições sociais, conflitos e interesses produzidos no tempo e no espaço geográfico, preocupando-se em preparar cidadãos críticos e autônomos perante a realidade.

Para estudar e debater os percursos trilhados pela Geografia escolar capixaba no século XIX (1843 -1889), no que se refere ao seu processo de institucionalização no contexto escolar e sua espacialização no território capixaba, parece-nos impossível não discutirmos a concepção geográfica daquele dado momento. Assim, neste sentido, pretendemos discutir as transformações sofridas pela Geografia no Brasil, buscando compreender suas bases teóricas daquele período histórico.

E, ao realizar essa análise histórica, acreditamos na importante contribuição desta pesquisa quanto à ampliação do conhecimento da Geografia escolar, ao possibilitar a busca de novos caminhos a serem percorridos por futuros pesquisadores que queiram trabalhar sobre o ensino de Geografia no Espírito Santo.

Estudar o ensino da Geografia no Espírito Santo foi uma escolha justificada, inicialmente, por nossa atuação como professor de Geografia da rede estadual de Educação, bem como nos cursos de Licenciatura em Geografia e Licenciatura em Pedagogia no Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Somado a isso, houve a percepção de que são raros, no Espírito Santo, estudos históricos sobre o ensino de Geografia, como também a constatação de que não há sequer pesquisa, em nível de Estado, que desvele a institucionalização da Geografia, como disciplina escolar, no currículo prescrito para as escolas públicas do Estado.

Assim compreendido, esta pesquisa é uma das pioneiras, no âmbito do Estado, a buscar a compreensão do processo de institucionalização da Geografia escolar e também a sua espacialização no campo educacional da Província do Espírito Santo no século XIX. Por isso, elegemos como marcos a inserção, no Liceu de Vitória, da Geografia escolar como disciplina autônoma em 1843 e 1889, último ano do Império.

Dentro do seu contexto temático, a nossa investigação focou as seguintes questões, que nortearam a construção dos objetivos e a estrutura da dissertação: 1) Quais transformações possibilitaram a criação e a oferta da Geografia escolar na instrução pública da Província nos oitocentos? - 2) Como a disciplina de Geografia se configurava e se estruturava no currículo prescrito da instrução pública capixaba? - 3) Como ela contribuiu na inculcação de saberes e comportamentos, através de seus estudos, com o fim último de criar e fortalecer a visão de pátria e nação dos alunos oitocentistas capixabas? - 4) Como era ensinada a Geografia e quais os materiais utilizados em seus estudos?

Na busca das respostas às questões acima levantadas, foram estudadas fontes documentais, como leis, regulamentos, relatórios de presidentes da Província (período de 1843 a 1889), relatórios de inspetores da Instrução Pública, fundos de governadorias, obras referentes à história do ensino de Geografia no Brasil e no Espírito Santo, e o livro *Lições de Geografia* do Abade Gaultier.

Para verificar a espacialidade da Geografia escolar na Província nos oitocentos, foi preciso contextualizar seu ensino nesse período.

Compreendemos que a espacialidade é composta pela complexa teia de relações presentes no espaço geográfico, orientando a distribuição e a localização dos fenômenos urbanos e rurais — aqui a disciplina de Geografia escolar —, bem como os processos socioespaciais que os conformam.

Santos (2008) afirma que se faz necessário analisar a relação da natureza e da sociedade na constituição espacial. O espaço, segundo o autor, seria o movimento das relações entre a concretude física do planeta e a humanidade.

A mediatização realizada pelo trabalho, segundo Santos (2008) produz a construção do espaço que se vislumbraria como um conjunto indissociável de objetos geográficos, naturais e sociais, com a sociedade em movimento. O espaço seria um conjunto de formas, contendo frações da própria sociedade que se movimenta ao longo da história.

Segundo Santos (2008), o espaço geográfico é visualizado como o resultado do desempenho do homem sobre a natureza, configurado como um sistema de ações, criando objetos técnicos que alteram a própria natureza e a sociedade humana. A conceituação de espaço caminha vinculada às interpretações epistemológicas, que veem a espacialidade como construção humana.

Segundo Santos (2008, p.80), a espacialidade seria um momento das relações sociais geografizadas, um momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial.

A espacialidade se constitui, assim, em uma das principais categorias geográficas e deve ser considerada de importância fundamental nos estudos da Geografia. Santos (2008) define-a como essencial, pois concentra a materialidade onde a natureza se transforma, em seu todo de forma produtiva. Tendo, isso em vista, foi necessário também destacar as relações com o currículo prescrito às instituições de ensino.

Trabalhamos com o entendimento de que ao longo dos embates para a consolidação da Geografia escolar como disciplina autônoma, houve também, a

consolidação de uma determinada visão de pátria, nação, território nacional, entre outras. Para tanto, o livro *Lições de Geografia*, do Abbade Gaultier, aqui compreendido como objeto cultural imerso em uma determinada cultura escolar que pretendemos compreender, é fonte privilegiada na análise da trajetória desses saberes e dos percursos das intenções de poder inerentes à concepção de Geografia e de seu ensino.

Segundo Leite e Pirola (2007, p. 197), ainda não há um consenso acerca de uma definição de *livro didático*, reflexo da heterogeneidade das pesquisas que se debruçam sobre o tema. Concordamos, portanto, com Choppin (2004), que entende o livro didático como um objeto multifacetado que apresenta função ideológica ou cultural, pois veicula valores, sendo objeto e fonte de pesquisa para a história da Educação.

É importante explicitar que, quando falamos sobre cultura escolar nesta pesquisa, estamos nos referindo a:

Um conjunto de normas que definem saberes a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão destes saberes e a incorporação destes comportamentos, normas e práticas dirigidas a finalidades que podem variar nas épocas (finalidades religiosas, sócio-políticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem ter em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a estas normas e, assim, colocar em ação os dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber os instrutores e os professores (DOMINIQUE JULIA, 1993, p. 1-2).

Nas fontes pesquisadas, encontramos indícios que remetem à problematização da contribuição da Geografia escolar como um dos elementos propulsores da escolarização e da produção de uma cultura escolar.

Por exemplo, o livro de Geografia que estudamos nesta pesquisa — *Lições de Geografia* do Abade Gaultier —, mencionado no relatório de província de 1869, que o diretor da Instrução Pública, Bacharel Tito da Silva Machado, apresentou ao presidente da Província, Dr. Antonio D. P. Leme, nos apontou, caminhos propícios à elucidação desses questionamentos.

Além disso, foi a única vez, em todos os relatórios provinciais analisados nesta pesquisa, que encontramos uma citação direta de um livro de Geografia utilizado em uma instituição de ensino secundário da Província do Espírito Santo.

Ao buscar essa obra para discuti-la nesta pesquisa, várias questões nos ocorreram: Quais eram os temas nela estudados? Como se estruturava a sequência dos temas? Qual a forma de estudar os temas geográficos desse livro, e como estes poderiam estar relacionados à noção de pátria, nação e valorização do território nacional? Como o livro de Abade Gaultier chegou à Província capixaba? Que trajeto percorreu até chegar às escolas do Brasil e Província do Espírito Santo oitocentista? Que pistas o estudo da trajetória dessa obra poderia trazer para a percepção da circulação dela no Brasil oitocentista? Indicaria, ainda, traços da cultura escolar na Província capixaba nos oitocentos?

Considerando essas questões, estruturamos esta dissertação em três capítulos: o Capítulo I aborda **Os Percursos e Transformações do Ensino da Geografia Escolar no Campo Escolar Brasileiro**, bem como as transformações sofridas pela disciplina de Geografia ao longo do século XIX na educação brasileira, procurando refletir sobre a concepção de ensino dessa disciplina em sua forma clássica e tradicional.

O Capítulo II, denominado **A Institucionalização da Geografia Escolar e sua Espacialidade no Espírito Santo nos Oitocentos (1843-1889)**, aborda o contexto de criação e institucionalização da Geografia escolar no âmbito da instrução pública do Espírito Santo, sua estruturação na grade curricular escolar e seu processo de espacialização na província capixaba ao longo do século XIX, procurando evidenciar os locais privilegiados que dispuseram do ensino de Geografia nesse século.

No capítulo III, realizaremos uma análise do livro **Lições de Geografia por Abade Gaultier no Secundário do Colégio do Espírito Santo**, e sua contribuição para a construção de uma idéia de nacionalismo patriótico no alunado oitocentista capixaba.

Por essa perspectiva é que justificamos a importância desta pesquisa para o campo da educação e ensino de Geografia do Espírito Santo e Brasil, tendo em vista que o

ensino dessa disciplina, hoje presente nos diversos segmentos da educação básica, apresenta, assim como as demais disciplinas escolares, uma história que deve ser estudada e divulgada.

1 OS PERCURSOS E TRANSFORMAÇÕES DO ENSINO DA GEOGRAFIA ESCOLAR NO CAMPO ESCOLAR BRASILEIRO

Nosso objetivo, neste espaço, é delinear os percursos realizados pela Geografia como disciplina escolar no Brasil, observando suas diferentes configurações, tendo em vista as possibilidades que ela apresenta para a compreensão e a análise da realidade. Para tanto, realizamos um resgate do seu percurso histórico no contexto educacional do Brasil, buscando pistas que levaram ao desvelamento das transformações por ela sofridas.

Atualmente, os termos ‘disciplina’ e ‘matéria escolar’ são, com frequência, utilizados indiferentemente. Entretanto, segundo Bittencourt (2003), entre eles existe uma nuance de sentido: ‘matéria’ é mais neutro, mais popular, mais ‘escolar’, mais ‘primário’; já ‘disciplina’ aplica-se mais aos níveis superiores dos cursos e implica sempre uma idéia de exercício intelectual e de formação do espírito.

Não é nossa intenção, portanto, discutir aqui a história do pensamento geográfico no Brasil, pois o mesmo antecede à institucionalização da Geografia (disciplina escolar). Além disso, conforme Pereira (1999), a Geografia escolar não pode ser entendida qual mero reflexo dos debates da Geografia (Ciência) em um mesmo dado contexto histórico.

1.1 A GEOGRAFIA ESCOLAR DURANTE O BRASIL COLÔNIA

Em 1599, os jesuítas sancionaram a *Ratio Studiorum*¹, que ditava as regras da organização da educação na Colônia, ao mesmo tempo em que mostrava a dominação da Igreja católica no seu ordenamento e funcionamento.

Quanto a isso, informa Rocha (1996, p. 133):

O latim e o grego são as disciplinas dominantes. As outras, o vernáculo, a história, a Geografia, as realia, não têm um estatuto autônomo, são ensinadas concomitantemente na leitura, versão e comentários dos autores clássicos.

O idioma vernáculo foi elevado à categoria de disciplina maior no currículo ao lado do latim e do grego. Como disciplinas secundárias, mas autônomas, foram introduzidas a história, a Geografia e as matemáticas, ficando ao critério do Prefeito de estudos dosar-lhes o número de aulas de acordo com as exigências locais.

Tal sistema se constituiu numa réplica dos moldes da educação européia, já que o objetivo dos regentes da organização e funcionamento da educação no Brasil, até aquele momento, era introduzir uma cultura superior na Colônia para as elites.

A disciplina escolar de Geografia era, de certa forma, naquele contexto histórico, uma disciplina “rasa” e incipiente, pois os objetivos traçados para esta visavam proporcionar aos educandos uma cultura geral, pautada na enumeração de “coisas alheias” à realidade vivida, e também, na descrição superficial do território brasileiro.

De acordo com Rocha (1996, p. 136):

Não interessou aos jesuítas, até por causa de seu currículo internacionalista, falar em suas aulas de uma Geografia brasileira (seja desenvolvendo um estudo descritivo da colônia de então, seja trabalhando uma cartografia local). Inaugurava-se com eles, também, o ensino que somente se propunha a falar da Geografia produzida por outros povos, característica tão marcante assumida por esta disciplina no Brasil.

Sempre relegada pelos jesuítas a um segundo plano durante todo o período de “gestão” da educação brasileira, a disciplina de Geografia não pôde mostrar sua real importância para o estudo das coisas de interesse sobre o território brasileiro.

¹ Segundo Saviani (2007, p. 50) a *Ratio Studiorum* era um plano geral de estudos a ser implantado em todos os colégios da Ordem em todo o mundo.

1.2 A GEOGRAFIA NO CURRÍCULO ESCOLAR NOS OITOCENTOS: SUA ESPACIALIZAÇÃO NO CURRÍCULO ESCOLAR DURANTE O IMPÉRIO

No transcorrer dos oitocentos, a educação escolar no Brasil teve como característica na sua organização os princípios dos ideais iluministas, influenciada pela política de valorização da nacionalidade por meio de um currículo oficial.

Já naquele contexto histórico, segundo Moraes (1987, p. 40-41):

[...] a malha dos pressupostos históricos da sistematização da Geografia já estava suficientemente tecida. A terra estava toda conhecida. A Europa articulava um espaço de relações econômicas mundializado, o desenvolvimento do comércio punha em contato os lugares mais distantes (1987, p. 40-41).

No Brasil, a institucionalização da disciplina Geografia ocorreu em 1837, no Colégio Imperial de D. Pedro II, com o objetivo de torná-lo *escola padrão*, e modelo para as demais escolas públicas e privadas existentes em todo o território nacional. Esse Colégio foi o primeiro do Brasil a adotar a Geografia como disciplina autônoma.

Os estudos desse colégio, segundo Vechia e Ferreira (2009), após o ano de 1855 ficaram divididos em dois ciclos:

O primeiro ciclo, com duração de quatro anos, deveria ser frequentado por todos os alunos do colégio que, afinal desse período, poderiam prosseguir os estudos de segunda Classe ou requerer um certificado em um dos cursos técnicos. Os alunos que continuassem os Estudos de segunda Classe, com duração de três anos, receberiam ao final do 7º ano o título de Bacharel em Letras que lhes garantia o direito à matrícula em qualquer instituição de ensino superior (VECHIA; FERREIRA, 2009, p. 323).

Após o ato de 1834, que redefiniu a competência em matéria de educação, algumas províncias, como a do Espírito Santo, passaram à legislar sobre as suas próprias instituições de ensino:

Em algumas províncias do império, como as de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Maranhão e Rio de Janeiro, a instrução elementar foi regulamentada por leis provinciais, sobretudo após o Ato Adicional de 1834 que redefiniu a competência em matéria de educação, atribuindo às Províncias a autonomia legislativa, ou seja, o dever de legislar, organizar e fiscalizar o ensino primário e secundário, restando ao governo central, através da pasta do Ministério do Império, a gestão de ambos os graus na Corte e do ensino superior em todo país (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 34).

É nesse contexto histórico que a disciplina de Geografia passa a ser considerada autônoma. No entanto, dada a influência do modelo curricular francês, prevaleciam no novo estabelecimento de ensino os estudos literários. Assim, Geografia não era a parte mais significativa daquele currículo, uma vez que sua oferta nas instituições e os números de alunos matriculados e que frequentavam não acompanhavam o grau de importância dessa disciplina escolar.

Segundo Oliveira (2007, p.86), nessa época, a disciplina servia, basicamente, de suporte para os alunos na construção da ideia de identidade nacional, reforçando a questão do nacionalismo patriótico, cabendo-lhe, assim, o papel principal de desenvolver o amor pela pátria, além de caracterizar-se como a disciplina da nacionalização.

Como disciplina escolar nos oitocentos, a Geografia configurou-se um campo rico, a contribuir para a formação do cidadão nacional. Segundo Pereira (1999), a Geografia apresentava um esforço para construir a nacionalidade, uma identidade nacional, anulando as diferenças e forjando uma identidade ideal.

Pensando nessas questões, pode-se inferir que havia um grande interesse por parte do poder central em promover a institucionalização e a expansão do ensino de Geografia no âmbito escolar, já que, por meio dos conteúdos a serem transmitidos, é que se promoveriam a ideologia de pertencimento e a valorização da nação pelos indivíduos, ou seja, pelos alunos.

É importante destacar, neste momento, que, de conformidade com Oliveira (2007), deve-se entender a “construção da identidade nacional” e a “doutrinação patriótica” como dois fatores distintos e inter-relacionados, os quais, juntos, contribuem para a possível criação de projetos nacionalistas de unidade nacional.

Neste sentido, o princípio e o objetivo da disciplina Geografia do currículo escolar daquele século eram nacionalizantes, exaltando em suas discussões as grandezas do território brasileiro, sendo de fundamental importância as práticas de descrições do território nacional em todo o seu bojo, destacando, de forma descritiva, suas grandezas e suas qualidades.

Ao discutir a sua institucionalização no currículo escolar, Pereira (1999, p. 28) afirma:

[...] A Geografia é incluída nos currículos por razões geopolíticas enquanto não só marca a naturalidade do homem no espaço, mas também sustenta que o homem só é humano porque está incluído num espaço politizado, nacional.

Por apresentar durante os Oitocentos uma perspectiva descritivista, a disciplina de Geografia no Brasil privilegiava, como as demais disciplinas escolares, a memorização de informação pelos alunos, ficando o papel do professor reduzido a mera reprodução memorizada das informações dos manuais didáticos. Nesse aspecto, teria a função primordial de discutir os conhecimentos necessários e pertinentes, a fim de tornar possíveis os objetivos para ela traçados. Mas, quais são esses saberes² a serem discutidos por essa disciplina?

De acordo com Vlasch (2004, p. 190):

Ensinava-se uma Geografia muito semelhante àquela inspirada pela pena do padre Manoel Aires de Casal, que publicara, em 1817, sob patrocínio oficial, a Corografia Brasilica, bem como àquela registrada pelas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em outras palavras, uma Geografia que, muitas vezes, não poderia ser, sequer, classificada como descritiva, dado que Aires de Casal não acompanhava os debates científicos da época, aos quais seus contemporâneos, Alexander Von Humboldt e Karl Ritter, os “pais da Geografia moderna”, não eram alheios. Idêntica observação deve ser feita aos poucos trabalhos de Geografia publicados na mencionada revista, pois, embora vários se auto-intitulassem descrição, na verdade, tratava-se de trabalhos antes baseados na nomenclatura do que na descrição científica.

Divergindo de Vlasch (2004), Vechia e Lorenz (1998), analisando os conteúdos de Geografia do currículo do Colégio Imperial de D Pedro II, de 1850 a 1951, percebem um ensino de Geografia mnemônico descritivo, enciclopédico e muito distante da realidade do aluno.

Por exemplo, no 6º ano, após ter passado no período anterior pela “Geographia Antiga”, havia contato do aluno com a Geografia da América e do Brasil. Dentre os

² O saber escolar é sempre balizado e mediatizado pela idade do aluno, diferenciando, a partir da possibilidade de compreensão e elaboração dos dados informados, as fases caracterizadoras do processo cognitivo. Essa adequação pode ser verificada também na seriação e na estruturação dos graus do ensino, que pretendem, por meio de simbiose, entrelaçar o desenvolvimento psicológico e as exigências culturais de socialização colocando "um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa" (CHERVEL, 1990, p. 188).

conteúdos oficializados no currículo desse período, destacava-se a descoberta da América, divisão da América em regiões, mares, golfos e estreitos, ilhas, penínsulas, rios, lagos, serras e vulcões da América.

Finalizado o conteúdo estudado sobre o continente americano, o aluno passava a estudar o Brasil partindo da mesma sequência: descoberta do Brasil, Brasil geral e regiões do Brasil. Concluída esta etapa, passava a ver cada província separadamente. No 7º ano, a ordem dos estudos era estruturada na mesma sequência de raciocínio, com temas sobre a Europa, Ásia, África e Oceania.

É importante destacar que a disciplina de Geografia se figurava como disciplina de segunda classe e, de acordo com Vechia e Ferreira (2009), essa disciplina, juntamente com as de Latim, Alemão, Italiano, Grego, Filosofia Racional e Moral, História da Filosofia, Retórica e Eloquência Prática e História da Idade Média e da Antiga, apresentava funções meramente preparatória para os cursos superiores.

Como se pode observar, o ensino da disciplina pautava-se na compreensão do espaço, a começar da fragmentação dos seus elementos. Os alunos aprendiam a Geografia escolar numa escala distante da sua realidade, sendo orientados a descrever e decorar os temas da disciplina.

Nesse dado contexto, o ensino de Geografia apresentava um forte viés descritivo, que enfatizava principalmente o meio físico e não tinha naquele momento a não correlação dos temas discutidos em sala de aula com a atuação da própria sociedade. Reduzia se comparado com as finalidades atuais, o seu discurso e prática à observação e descrição dos lugares, retirando, assim, a conotação política da prática pedagógica e da relação ensino-aprendizagem. O nosso entendimento é o de que essa prática, com suas finalidades para as quais era moldada a Geografia naquela época, propiciavam uma não politização do próprio aluno, justamente aquele cidadão nacional a ser formado e preparado pela escola, e aqui, pela Geografia.

Veremos, a seguir, no próximo capítulo, como foi a institucionalização da Geografia escolar na Província capixaba dos oitocentos, bem como as primeiras instituições de ensino a ofertá-la em seu currículo prescrito. E também: dados preliminares sobre o

quantitativo de alunos que estudaram essa disciplina no ensino secundário capixaba.

1.3 O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL OITOCENTISTA

Nos oitocentos, segundo Veiga (2002), após a independência do Brasil, é percebido, nos discursos produzidos pelas elites que tinham o ideário de brasilidade, a necessidade de estabelecer no novo país a condição de supremacia, autonomia e a propagação da heterogeneidade regionalista com o intuito de criar, fortalecer e consolidar a identidade da nação brasileira.

Assim, a educação se torna o ponto crucial, no discurso elitista, necessitando ser ampliada, mas isto não significava ofertá-la de maneira igualitária a todos os brasileiros. Estes discursos se baseavam na política da constituição da identidade nacional que, segundo a autora:

[...] por meio da monopolização dos saberes elementares pelo Estado, observa-se, portanto, a produção de um dispositivo de inclusão de todos na civilização; neste sentido, a identidade de escolarizado/não escolarizado produziu novas relações de interdependência entre os grupos sociais, indicando outra configuração social (VEIGA, 2002, p. 98-99).

O ensino secundário brasileiro, segundo os estudos de Silva (1959), tem suas origens influenciadas na tradição clássico-humanista e através do seu intermédio no nosso ensino secundário “lança suas raízes no patrimônio comum da educação ocidental”.

[...] no Brasil, restaurada a escravidão, não havia, a rigor, nem burguesia nem povo, nem, muito menos, preexistia uma nobreza refinada por longo passado de ócio (SILVA, 1959, p. 204).

Segundo Haidar (1972), o ensino secundário oitocentista não oferecia uma consciência do aspecto formativo, diferentemente de outros países, que resultava de um parâmetro vinculado à tradição clássico-humanista, apresentando, assim, uma dimensão estrita e imediatista para a preparação ao ensino superior.

Esta mentalidade propedêutica do ensino secundário possibilitou uma maior oportunidade de liceus, colégios particulares e seminários de realizarem um trabalho

educativo de formação, “mediante o impulso endógeno de aperfeiçoamento didático³”.

Segundo Aranha (2006), nem se poderia falar em currículo do ensino secundário, em razão da escolha aleatória de disciplinas, sem nenhuma exigência de se completar um curso para iniciar outro e não havia vinculação entre currículos dos diversos níveis. Segundo a autora:

Ao contrário, eram os parâmetros do ensino superior que se determinavam a escolha das disciplinas do ensino secundário, obrigando-o a se tornar propedêutico, destinado a preparar os jovens para os cursos superiores (ARANHA, 2006, p. 224).

O ensino secundário no Brasil, até os anos trinta dos oitocentos, ocorria nos seminários e nos colégios religiosos desprendido da obrigação do Estado em ofertá-lo em colégios da corte ou das províncias.

Esta situação começa a mudar com a criação do Colégio Imperial de D. Pedro II, em 1837, no Rio de Janeiro, sendo este o primeiro colégio oficial criado no Império brasileiro a ofertar o ensino secundário.

Vechia e Ferreira (2009), ao compararem os planos de estudo do Liceu de Coimbra e do Colégio Imperial de D. Pedro II, afirmam que o Colégio Imperial de D. Pedro deveria servir de modelo para as demais instituições de ensino secundário público e particular em todo o Brasil e seu plano de estudos tinha com objetivo conduzir o aluno aos cursos superiores e elevar os estudos de humanidade no país. Como a sociedade brasileira, segundo os autores, era comandada por uma aristocracia escravocrata, a fundação do colégio visava atender à elite da Corte e das províncias brasileiras.

Segundo Xavier (1994), isto acontecia no momento em que a definição legal de competência, no âmbito da instrução oficial, na descentralização a que já nos referimos, revelava claramente as prioridades nacionais neste setor.

³ Ibidem, p. 230

Sendo assim, o governo central deveria se responsabilizar e esforçar para suprir as demandas do ensino superior⁴, ao passo que as províncias ficariam incumbidas de construir e manter colégios que ofertassem cursos secundários.

Segundo Aranha (2006), o que aconteceu de fato foi uma pseudodescentralização do ensino secundário, pois o Colégio Imperial de D. Pedro II, destinado a educar a elite e ser padrão de ensino para os demais liceus do país, era o único que tinha autorização para realizar exames parcelados cruciais para conferir ao aluno o grau de bacharel, indispensável para o acesso aos cursos superiores. Sendo assim:

Essa distorção fez com que o ensino secundário se desinteressasse da formação global dos alunos, tornando-se cada vez mais propedêutico. Como agravante, os demais liceus provinciais precisavam adequar seus programas aos do colégio-padrão, inclusive usando os mesmos livros didáticos. Muitas vezes nem chegava a haver currículo nessas escolas, mas sim aulas avulsas das disciplinas que seriam objeto de exame (ARANHA, 2006, p. 224).

Assim, inferimos que o processo de descentralização do ensino secundário nas províncias do império se deu apenas no âmbito da responsabilidade das mesmas em investir e manter seus colégios não tendo “espaço” para legislar sobre os currículos escolares de suas instituições de ensino, uma vez que a própria lógica deste seguimento de ensino era voltada basicamente no preparo de seu alunado para os cursos superiores localizados na capital do Império.

Souza (2008) demonstrou que o sistema de exames parcelados e preparatórios requeridos para o ingresso nos cursos superiores acabaram por desencorajar estudos sérios e perseverantes no nível secundário, uma vez que, segundo Haidar (1972), limitaram-se as províncias a ministrar, quer nos liceus, quer nas aulas avulsas, as disciplinas fixadas nos Estatutos e cursos superiores para os exames de ingresso nas academias.

Somada a isto, a iniciativa privada passa a ter a possibilidade de ofertar o ensino secundário nas províncias e, com isto, verificou-se neste século uma expansão

⁴ Segundo Xavier (1994, p. 73) o Ato Adicional de 1834, emenda à constituição de 1824, vedava explicitamente às Assembléias Provinciais deliberar sobre questões de “interesse geral da nação”. Este veto, possibilitou ao governo imperial descentralizar a administração dos níveis de ensino primário e secundário para adequá-los melhor às realidades locais das províncias oitocentistas.

notória da presença privada nesta modalidade de ensino, com a criação e manutenção de vários colégios por este setor.

É importante destacar que as modalidades de ensino presentes no Império brasileiro eram o ensino elementar e o secundário. A particularidade do ensino elementar se constituía por ser definir enquanto:

A palavra elementar, mesmo etimologicamente, mantém a idéia de rudimentar, mas permite pensar, também, naquilo que é o princípio básico, o elemento primeiro, e do qual nada mais pode ser subtraído do processo de instrução. Nesta perspectiva, a instrução elementar articula-se não apenas com a necessidade de se generalizar o acesso às primeiras letras, mas também com um conjunto de outros conhecimentos e valores necessários à inserção, mesmo que de forma muito desigual dos pobres à vida social (FARIA FILHO, 2000, p. 138-139).

Em discutir acerca do ensino elementar, Faria Filho (2000, p.138) afirma que ao “ler, escrever e contar” agregam-se outros conhecimentos e valores que a instrução escolar deveria ensinar às novas gerações, sobretudo às crianças. Assim, segundo este autor, conteúdos como rudimentos de gramática, de língua pátria, de aritmética ou rudimentos de conhecimentos religiosos, lentamente apareceram nas leis como componentes de uma instrução elementar.

Sendo assim, o ensino elementar se constituía como modalidade destinada à população em geral, a qual poderia ter contatos com a leitura, escrita e rudimentos da matemática; já o ensino secundário:

Afinal, ao contrário da escola elementar, alternativa popular ao preceptorado, a escola secundária atraía a elite como clientela, por se tratar de uma passagem preparatória para o topo da escolaridade, e não era de manutenção onerosa como a escola superior. Articulavam-se assim, com extrema harmonia, interesses sociais, instrucionais e empresariais (XAVIER, 1994, p. 75).

Por isto, segundo a autora, os liceus provinciais, em número limitado, eram bem montados e localizados nas capitais das províncias política e economicamente mais importantes. Com isto, o ensino secundário acolhia a “nata” das sociedades locais, sendo, portanto, uma educação das elites.

Segundo Gondra e Shueler (2008), a maioria dos alunos pertencia às elites econômica e política do país, apesar de haver a previsão para estudantes destituídos de recursos. Segundo os autores a gratuidade se constituía em exceção

e, além disto, a permanência só era assegurada aos que fossem bem-sucedidos e isto era mais um indicador de que o ensino secundário público e gratuito consistia em mercadoria escassa nos oitocentos.

Neste sentido, segundo Xavier (1994), muitos políticos dessa época passaram a defender que as províncias dedicassem seus esforços e investimentos na escola elementar e deixassem de vez o ensino secundário à incumbência do setor privado.

Segundo Souza (2008), as diversas pesquisas dedicadas à história do ensino secundário no Império afirmam que os alunos deveriam receber uma ampla formação geral, envolvendo os estudos do latim, grego, gramática nacional, francês, inglês, história, Geografia, retórica, poética, filosofia, matemática, mecânica, astronomia, história natural, ciências físicas, desenho e música vocal.

Em 1854, o ensino secundário passou a ser dividido em dois cursos a partir da reforma do ensino realizada pelo então ministro Luis Antônio Pedreira de Couto Ferraz que queria atualizá-lo em conformidade com as experiências de alguns países europeus. Por esta reforma:

[...] o ensino secundário foi dividido em dois cursos: os estudos de 1ª classe, com duração de quatro anos, compreendiam estudos científicos destinados aos alunos que não desejavam prosseguir até o bacharelado. Os de 2ª classe, realizados na sequência dos primeiros, com duração de três anos, destinados à formação dos bacharéis em letras mantinham um caráter essencialmente literário (SOUZA, 2008, p. 97).

Analisando o ensino secundário nas províncias do Império, Gondra e Schueler (2008), afirmam que este se configurou enquanto um tipo de educação, separado horizontalmente, dos demais tipos de ensino e sem articulação vertical com o ensino primário. Esta modalidade de ensino funcionava como uma ponte de passagem, momento de preparação para os exames de ingresso nos cursos superiores do Império.

Esse disputado acesso, segundo Xavier (1994), era controlado pelos chamados exames preparatórios, que aferiam o domínio dos conhecimentos considerados básicos para cada curso⁵. Até os anos 50 dos oitocentos, os exames preparatórios

⁵ Segundo a autora, dispensavam-se deste temido ritual apenas os que tivessem cursado a escola secundária padrão, o D. Pedro II.

eram feitos nas próprias faculdades. Após este período, até 1873, passam a ser realizados também, e com validade nacional, na Inspetoria do Ensino Público e no Colégio D. Pedro II, ambos no município da Corte. Segundo a autora:

Desde então, passaram a ser realizados também por delegados da Inspetoria nas Províncias, ou ainda de forma parcelada, em diferentes faculdades oficiais do país, com validade jurídica nacional de até quatro anos. Como não poderia deixar de ser, essas novas alternativas favoreceram a acabaram por generalizar as irregularidades e mesmo a corrupção aberta (XAVIER, 1994, p. 77).

A partir de 1878, segundo a autora, os liceus das províncias do Império que seguiam o mesmo programa de estudos do Colégio D. Pedro II passaram a ter reconhecido seus exames. Assim, esta ampliação da vinculação dos exames preparatórios ao curso secundário representou, no sistema de ensino oitocentista, a consolidação da associação, ou mesmo da identificação entre ensino secundário e curso preparatório.

De acordo com Haidar (1972), o ensino secundário, no fim do Império, encontrava-se em situação de extrema precariedade e desorganização, os poucos Liceus existentes apresentavam grandes dificuldades, contando com poucos alunos e restringindo os cursos às disciplinas preparatórias exigidas nos Exames dos cursos superiores.

Nestas condições, segundo Souza (2008), manteve-se no país a finalidade eminentemente preparatória do ensino secundário.

Assim, além do problema de superar a concepção preparatória do ensino secundário, segundo o autor:

[...] tratando-se dos fins do século XIX, constitui uma peculiaridade de nossa situação o fato de que a cogitação em torno do objetivo do ensino secundário se encontre ainda em nível muito inconsistente. E isto, tanto mais quanto, em relação ao currículo, reflete-se nitidamente o conflito entre classicismo humanista e estudos modernos, que, então, agitava a educação européia e elevava o problema do objetivo do ensino secundário ao nível da consciência crítica (SILVA, 1959, p. 230).

Assim, os estudos secundários nos oitocentos se configuravam como canais de acesso aos cursos superiores, os reduziram, de fato, aos preparatórios exigidos para matrícula nas escolas superiores do Império.

Segundo Silva (1959), consubstanciando os registros mínimos necessários ao ingresso nos estudos maiores, os conhecimentos requeridos nos exames preparatórios constituíram o padrão ao qual procuraram ajustarem-se os estabelecimentos provinciais e particulares de ensino secundário.

Como o preparo intelectual, segundo Ribeiro (2001), representava oportunidade de ascensão social, os poucos alunos que conseguiam matricular-se nos colégios, nos liceus, não tinham outro objetivo senão o de ingressar no curso superior, qualquer que fosse sua origem social.

Contudo, segundo a autora, o ensino secundário brasileiro não conseguia conciliar o preparo para o curso superior com uma formação humana em nível médio, mesmo atendendo a tão reduzido número. As condições concretas do meio determinavam uma única função: preparo para o superior.

2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA ESCOLAR E SUA ESPACIALIDADE NA PROVÍNCIA CAPIXABA NOS OITOCENTOS (1843-1889)

A disciplina escolar Geografia foi institucionalizada no Espírito Santo com a criação do Lyceu de Victória — Lei nº 4, de 24 de julho de 1843, alterada pelas leis nº 9, de 24 de julho de 1854, nº 1, de 23 de junho e 24, de 24 de julho de 1858, com regulamentação de 31 de março de 1854.

O Liceu, contudo, só foi instalado na capital capixaba onze anos mais tarde — 23 de abril de 1854 —, uma vez que, conforme o relatório de província de 1861⁶, o plano era por demais vasto para o contexto literário e financeiro da Província, não permitindo, assim, o pronto e conveniente provimento de tantas cadeiras importantes.

No Liceu, em seu primeiro ano de funcionamento, a Geografia escolar não figurava como disciplina, como veremos a seguir. Segundo Novaes (1964, p. 221) o Liceu foi instalado na casa dos presidentes, alugada por 200\$000 anuais. Em 1878, o Liceu de Vitória se acomodava no prédio do Palácio do Governo, o qual antes havia sido Colégio dos Jesuítas e Igreja da São Tiago (BITTENCOURT e CAMPOS, 2000).

No primeiro ano de funcionamento do Liceu⁷ foram providas somente as cadeiras de Filosofia, Aritmética-álgebra e Geometria, Latim, Música e Francês. Naquele ano, ingressaram no Colégio 57 alunos,⁸ que se destinaram aos seguintes estudos: 6 em Filosofia; 15 em Geometria; 6 em Francês; 6 em Latim; e 40 em Música⁹. Foram examinados e aprovados 5 alunos em Filosofia; 4 em Latim; 3 em Geometria e 1 em Francês. Observando tais dados, concordamos com Romanelli (2008, p. 8) quando analisou o início do secundário no país:

Tais resultados mostram que o plano escolar não se constituía em um conjunto integrado de disciplinas, tal como consideramos hoje, mas cursos por disciplina, isolados, justapostos, cujo único objetivo era garantir

⁶ Espírito Santo, 1861, por Antonio Alves de Souza Carvalho.

⁷ Espírito Santo, 1854.

⁸ Espírito Santo, 25 de maio de 1859.

⁹ De acordo com o relatório enviado pelo Diretor do Liceu, João Climaco d' Alvarenga Rangel, ao presidente da Província, em 25 de maio de 1859, alguns alunos frequentaram muito mais de uma aula e, nesse ano, 15 alunos deixaram de comparecer às aulas durante o ano.

aprovação nos chamados *exames parcelados*, via de acesso ao ensino superior e que dominaram a educação do país durante todo o período imperial, transformando-se em verdadeiro padrão para os sistemas provinciais de ensino.

No ano posterior, 47 alunos foram matriculados e, devido ao fato de alguns terem sido matriculados em mais de uma disciplina, o total chegou a 79 estudantes. Destes, 4 em Filosofia, além de 3 aprovados no ano anterior; 6 em Latim, além de 29 vindos dos anos anteriores; 6 em Geometria; 2 em Francês; 3 em Música, além de 26 vindos do ano anterior. Desse total, 19 alunos deixaram de comparecer às aulas; e foram examinados e aprovados 1 aluno em Filosofia e 2 em Geometria.

O ano de 1855, de acordo com nossas fontes pesquisadas, se caracterizou por ser o marco da história da Geografia escolar na Província do Espírito Santo. O primeiro professor a lecionar esta disciplina foi o Sr. Augusto Adolfo Palhares dos Santos, que, naquele ano, lecionou também as disciplinas de Francês e História, a qual era ensinada em conjunto com a Geografia, constituindo, assim, uma única disciplina: “Geographia e História”.

Se a Geografia escolar não era ofertada na instrução primária¹⁰ como disciplina autônoma nos oitocentos, e sim somente no ensino secundário, e se o Liceu foi a primeira instituição escolar secundária presente na Província do Espírito Santo, podemos, então, inferir ser este, de fato, o marco da história da Geografia escolar capixaba.

No ano de 1856, matricularam-se no Liceu de Vitória, 48 alunos. Porém, como alguns frequentaram mais de uma aula, esse número chegou a 73, sendo matriculados 2 em Geometria; 4 em Retórica¹¹; 7 em Francês, além de 2 do ano anterior; 7 em Latim, além de 25 dos anos anteriores, 6 em Música, além de 20 dos anos anteriores. Desses, 19 alunos deixaram de comparecer no referido ano letivo.

¹⁰ O ensino primário nas escolas da Província capixaba era dividido em: 1ª classe, composto por: leitura, escrita, rudimentos de gramática da língua nacional, teoria e prática da Aritmética, até ‘proporções’, noções gerais de Geometria Prática, a Moral Cristã, e Doutrina da Religião do Estado; a de 2ª classe apresentava as mesmas disciplinas, exceto Geometria, limitando a Aritmética à teoria e prática das quatro operações e dos números inteiros (ESPÍRITO SANTO, 1859).

¹¹ Neste ano, de acordo com o referido relatório de 1859, a cadeira de Retórica foi separada da cadeira de Latim, à qual estava unida, por disposição de lei provincial, em sessão de 1856, sendo dispensado pela presidência o seu professor, sem ter sido provida a tempo, motivo pelo qual esses alunos deixaram de concluir o respectivo ano.

Foram aprovados 5 alunos em Francês; 3 em Latim e 4 em Música. Naquele ano, a disciplina de Geografia não foi ofertada.

No ano de 1857, pela segunda vez a disciplina foi disponibilizada no plano de aula de uma escola na Província. O Liceu de Vitória foi o primeiro a ofertá-la em solo capixaba, tendo assumido a cadeira o Professor Dr. José Ortiz, tornando-se, assim, o segundo professor do Espírito Santo a lecionar a disciplina.

Naquele ano — 1857 — foram matriculados no Liceu de Vitória 30 alunos, além dos que frequentaram mais de uma disciplina, totalizando 58 estudantes. Desses, 2 foram matriculados em Filosofia; 2 em Geografia¹²; 9 alunos em Francês, mais 5 aprovados no ano anterior; 6 em Latim, mais 24 vindos dos anos anteriores; 4 em Música, além de 4 dos anos anteriores. Do total de alunos, 16 deixaram de comparecer durante o ano letivo, tendo sido examinados e aprovados 8 alunos em Francês e 3 em Latim.

Como se pode observar, a partir do número de alunos ingressos no Liceu, e dos que abandonaram seus cursos desde o início das atividades desse Liceu, constata-se ter havido um processo de “decadência”¹³. Tal fato tornou-se ainda mais visível em 1858, quando somente 13, de 15 alunos, se matricularam para esse ano letivo.

Quanto a isso, os registros mostram ter 1 aluno frequentado as aulas de Filosofia e de Retórica; 1 as de Geometria e Geografia; 1 aluno em Filosofia, e outro como ouvinte, frequentaram as aulas de Geografia e História; 1 aluno em geometria,¹⁴ e outro, ouvinte, em Retórica (disciplina suprimida pela Lei nº 1, de 23 de junho de 1858); 8 em Latim, vindos dos anos anteriores; e 1 aluno em Música, que não compareceu ao referido curso em que foi matriculado. Foram examinados e aprovados 1 aluno em Filosofia e 2 em Geografia e História.

Em 1859, por falta de alunos, a disciplina de Geografia não foi oferecida, ano em que, no Liceu, apenas 8 alunos se matricularam. Dentre esses, 1 frequentou as

¹² De acordo com este relatório estes dois alunos abandonaram o curso antes do final do curso: um por ter sido provido para a cadeira de Latim, na vila da Serra. e o outro por motivo desconhecido pelo Diretor do Liceu.

¹³ Esta é a expressão usada pelo presidente de província no relatório de província de 1857.

¹⁴ Este aluno não concluiu o curso por conta do falecimento do professor desta cadeira, suprimida, assim, pela Lei nº 1, de 23 de junho de 1858.

aulas de Francês; 1, as de Latim (além de 5 vindos dos anos anteriores), e 1 as aulas de Música.

O Liceu de Vitória, em 1861, oferecia, como disciplinas, Latim, Francês, Geografia e história, e Filosofia Racional e Moral (esta, por falta de professor, ficou vaga).

De acordo com o relatório de 11 de março de 1861, do presidente da Província, Antonio de Alves de Souza Carvalho, a Lei nº 24, de 1858 suprimiu as cadeiras de Retórica, Aritmética, Álgebra e Geometria, enquanto a Lei nº 12, de 14 de julho de 1859, separou do Liceu a aula de Música.

No ano de 1862, segundo o Presidente da Província do Espírito Santo José Fernandes da Costa Pereira Junior, o Liceu chegou à beira da falência e do “fracasso final”¹⁵; de modo que as disciplinas de Francês, Latim, Filosofia, e Geografia e história não foram aplicadas, por não haver sequer alunos matriculados.

No ano seguinte, 1863, a cadeira de Filosofia continuava vaga. Voltaram a ser frequentadas as aulas de Latim, Francês, e História e Geografia, havendo oferta de duas novas disciplinas: História Pátria e Língua Nacional.

Contudo, no ano de 1864, a situação do Liceu piorou profundamente, a ponto de o presidente da Província, Eduardo Pindahiba de Mattos, no seu relatório de 1864, relatar:

ImproPRIAMENTE se chama Lyceu desta capital o conjunto de aulas de latim, de história nacional e de musica. [...] se os poucos recursos dos cofres provinciais e uma bem entendida economia nos aconselhão (*sic*) a não estender muito, por em quanto, o circulo da instrução secundária, parece-me rezoavel (*sic*) a suppressão d’essa aula (ESPÍRITO SANTO, 1864).

Naquele ano, foi considerável a diferença entre o número de estudantes da disciplina de Geografia e as demais ofertadas. Foram matriculados 20 alunos nas aulas de Latim; 7 nas de Gramática e História Nacional; 15 nas aulas de Francês; 8 em História Pátria e Língua Nacional; e apenas 1 aluno nas aulas de Geografia e história.

¹⁵ Este foi exatamente o termo utilizado no relatório de província do ano de 1862.

Esta situação encontrada no Liceu de Vitória contrapunha-se aos objetivos educacionais do colégio para o ensino secundário no Espírito Santo, que eram os de oferecer aos alunos uma gama de diferentes disciplinas, a fim de prepará-los para os estudos superiores, além de ser a única escola secundária da província a ter tal abrangência.

De acordo com os relatórios provinciais analisados, na época da existência e funcionamento do Liceu de Vitória, só existiam mais três escolas de ensino secundário no Espírito Santo, localizadas em São Mateus, Serra e Benevente. Tais estabelecimentos, porém, só ofereciam uma única disciplina: o Latim.

Em 1865, como o Liceu de Vitória não entrou em funcionamento - motivo pelo qual todas as cadeiras ficaram indisponíveis -, pelas palavras do Presidente da Província, José Joaquim do Carmo, “[...] em prolongada decadência, o Liceu de Vitória chegou ao seu fim”.

O Lyceu creado pela Lei nº 4 de 24 de junho de 1843 e instalado com bons auspícios a 25 de Abril de 1854, já não existe!
[...] D’onde provem, pois, tanta decadência? Meus antecessores, e os de V. Ex. tem assignado differentes cauzas, difficeis de remover, por se ligarem a hábitos moraes e intellectuaes da povo, e pela falta de recursos dos cofres provinciaes (ESPÍRITO SANTO,1865).

A situação a que chegou o Liceu de Vitória provocou vários questionamentos e tentativas de explicações. O diretor do Liceu de Vitória, João Clímaco d’ Alvarenga Rangel, em relatório enviado ao presidente da Província, em 24 de março de 1859, expôs cinco possíveis causas que convergiam para a problemática, as quais, segundo ele, levavam à decadência do Liceu:

A insufficiencia do regulamento por que ora se rege este estabelecimento, e a falta de estatutos que armem o director com força necessaria para chamar á ordem os estudantes assim por sua pouca applicação como pelas faltas innumeraveis de frequencia, que ordinariamente comettem, é a 1.^a das causas que me parece concorrerem para o atrazo do Lycêo de Vitória.
A 2.^a é o regimen práctico das aulas primárias da província, onde se não preparam os meninos com os conhecimentos necessarios da grammatica portugueza; ou a falta de criação de uma aula publica incumbida d’este ensino, afim de poderem ser admitidos á matricula do Lycêo de conformidade com o art. 8 de seu regulamento.
A 3.^a é a falta de uma educação moral, que diminua aos meninos a liberdade de se entregarem a divertimentos excessivos, por que possam ser distrahidos da applicação aos estudo, e que os disponha com habitos proprios para o trabalho intellectual sempre incompativel com a molleza e com a agitaçãa extraordinaria dos affectos e das paixões.

A 4.^a a facilidade com que admitem a empregos publicos e do magisterio mancebos tirados do Lycêo logo no principio de seus estudos, e outros sem terem mesmo alistado nas aulas.

A 5.^a o desanimo e falta de gosto para o estudo das letras pelo pensamento de que ellas lhes não são precisas para serem promovidos a empregos publicos (ESPÍRITO SANTO, 1859).

Os problemas mencionados pelo diretor do Liceu, como a insuficiência do seu regimento, que não apresentava regras claras para uma fiscalização mais rigorosa dos alunos, e a falta de uma educação moral dos estudantes, que os tornavam “desinteressados aos estudos”, dificultavam, no seu entendimento, o progresso desse colégio de Vitória.

Somava-se a isso a situação do professorado do ensino primário que, em grande parte, não apresentava uma formação específica para exercer o magistério. Isto se evidenciou na fala do diretor, quando afirma que vários alunos do Liceu, nem sequer formados em seus estudos, conseguiam empregos públicos e no magistério, abandonando, com isso, as aulas que frequentavam no Liceu.

Ainda segundo o Diretor, esses problemas, vivenciados a partir da criação do Liceu, poderiam ser resolvidos, desde que:

[...] a reforma do regulamento de 31 de março de 1854 no sentido de armar a presidencia e o director da força necessaria para reprimir os abusos dos estudantes, as faltas continuadas de frequencia e a pouca applicação.

[...] os professores reunão á (*sic*)sua capacidade intellectual uma moral provada; que mão (*sic*) seja excessivamente irritaveis e rigorosos para não assustarem os meninos nem distrairem a sua atenção; que sejam moderados, constantes, e assíduos nas funções do seu magisterio, a fim de tirarem proveito das suas lições. [...] E' finalmente de suma necessidade que se não dêem empregos publicos a moços que não tiverem adquirido pelo estudo a instrução necessária (ESPÍRITO SANTO, 1859).

Podemos, também, associar a “decadência” do Liceu à sua localização geográfica — ficava na capital da Província —. Outro problema, segundo o diretor, era o imposto cobrado na matricula, que ajudava a fechar as portas do Liceu aos jovens pobres e se tornava um impeditivo aos estudos do Liceu a esses.

Soma-se a isto, o fato de que grande parte da população da Província vivia em outras regiões, algumas distantes da Capital, dificultando, assim, a vinda e a permanência dos estudantes na Sede da Província para estudarem no Liceu. É importante lembrar que eram precárias ou inexistentes as infra-estuturas

relacionadas ao meio de transportes na província do Espírito Santo naquele contexto histórico.

Em 1866, observamos, no relatório enviado pelo presidente da Província, Alexandre Rodrigues da Silva, que a instrução secundária no Espírito Santo assim se constituía: na Capital — uma aula de Latim; uma de Francês; e uma de Geografia e história. Em São Mateus — uma aula de Latim.

Contudo, em razão da demissão, em outubro de 1865, do Dr. Olimpio Geffing de Niemeyer, a disciplina de Geografia ficou vaga, sendo nomeado para esta, interinamente, o Dr. José Corrêa de Jesus. Este, porém, obteve demissão em 24 de fevereiro de 1866. Dessa forma, em vista da inexistência de professor desde o início do ano, a aplicação da disciplina ficou comprometida.

A situação a que chegou o ensino secundário na Capital da Província capixaba foi motivo de crítica do seu presidente, conforme segue:

As tres aulas secundárias da capital pouco resultado apresentam, mas eu vacillo na escolha d' estas duas medidas a propor; a supprimil-as de uma vez, ou deixal-as viver essa vida manca, que tem tido até hoje. Talvez seja melhor este ultimo alvitre, pelo menos os moços da capital que não estiverem em circunstancias de seguir estudos superiores, poderão obter alguns conhecimentos das três matérias que são ensinadas, os quaes se não podem fazer um homem de letras, são indispensaveis a quem deseja possuir uma educação mais apurada (ESPÍRITO SANTO, 1866).

Esse posicionamento mostra, de certa maneira, alguns indícios da visão que, então, havia sobre a disciplina de Geografia, que, naquela época, era ministrada em conjunto com História. Isto é, sua consideração, no currículo escolar, como disciplina secundária.

Dessa forma, a realidade encontrada pela Geografia escolar no século XIX no Brasil era, de certa maneira, semelhante em todas as províncias que tinham, em seus respectivos sistemas de ensino, essa disciplina escolar sendo caracterizada como secundária no grau de importância no currículo escolar.

Por outro lado, ao observarmos, em todos dos relatórios provinciais, a quantidade de alunos que se matricularam e frequentaram as aulas de Geografia, verificamos que esta disciplina não se destacou dentre as que apresentaram as maiores procuras e

frequências. Em 1854, não foi ofertada por falta de professor. Em 1855, foi ofertada em conjunto com a disciplina de História. Em 1856, a disciplina não foi ofertada, por não haver professor. Já no ano de 1857, dois alunos se matriculam, mas, por motivos diversos, não concluíram o ano letivo. De 1858 até o último ano de funcionamento do Liceu (1866) o número de alunos matriculados em Geografia não passou de 1 por ano, sendo que, entre 1859 e 1865, a disciplina não foi ofertada, por falta de alunos.

Em todo o período de vigência do Liceu de Vitória, apenas 5 alunos se matricularam em Geografia, um número pouco expressivo levando-se em conta os doze anos de sua existência.

Assim, as sucessivas crises enfrentadas pelo Liceu, desde o início, convergiram para a sua “decadência”, resultando, na substituição do seu nome para Colégio do Espírito Santo, conforme a Lei nº 13, de 12 de julho de 1867, cuja instalação deu-se em 2 de março de 1868, na Capital. De acordo com o relatório de 23 de maio de 1861, do presidente da Província José Fernandes da Costa Junior, uma das causas da decadência do Liceu de Vitória, foi o fato de haver um plano por demais vasto para o estado literário e financeiro da Província, que não permitia o pronto e devido provimento de tantas cadeiras importantes.

Com essa mudança, o plano de aula do Colégio sofreu alterações, como, por exemplo, a inserção da cadeira de Matemática. Por sua vez, Latim, Francês, Inglês, Geografia e História compunham o restante das disciplinas ofertadas.

Em 1869, as aulas ministradas no Colégio do Espírito Santo, bem como o respectivo número de alunos matriculados por disciplina, eram assim expressos: 1 em Latim, 1 em Francês, 1 em Inglês, 1 em Geografia e história, 1 em Matemática e 1 aluno em Música.

Segundo Relatório da Inspeção da Instrução Pública, de 10 de setembro de 1886, o Colégio do Espírito Santo apresentava deficiência quanto ao número de cadeiras necessárias aos preparatórios exigidos nas faculdades e academias do Império. Por isso, não satisfazia aos propósitos com que fora instituído, em 1843, o Liceu de Vitória.

Dessa forma, o Colégio do Espírito Santo:

Vacillava-se sobre a sua definitiva organização, e n'este entrementes tratou-se, antes de tudo, de convertel-o em uma Escola Normal em que se ensinasse as matérias para formar o professorado (ESPÍRITO SANTO, 1886).

No ano de 1869, o Colégio do Espírito Santo se tornou o centro da instrução pública da Província Capixaba. Isto se concretizou após a Lei nº 647, de dezembro do referido ano, que também deu a este Colégio a denominação de Escola Normal.

Quanto à finalidade desta escola:

Com relação ao collegio Espírito Santo diz o digno director geral da instrução publica, que com o tempo que ha decorrido, desde a sua installação, e pelo modo porque se acha constituido, parece poder se já asseverar que não trará a província os beneficios á provincia os beneficios que dille se devia esperar. Lembra a conveniencia de convertel-o em uma escola normal, em que se ensinem as materias indispensaveis para formar um bom professor (ESPÍRITO SANTO, 1871).

Sendo assim, ocorreu uma reformulação no currículo escolar deste colégio, com a inserção de novas matérias. Seu programa de ensino passou a contar com:

Grammatica filosofica e latim, arithmetica compreendendo o ensino do systema metrico com todas as suas applicações; geometria e álgebra até equações do 2º grão, inclusive, geographia, historia, pedagogia e explicação da doutrina christã (ESPÍRITO SANTO, 1869).

Segundo o relatório enviado pelo senhor Neto da Silva Machado, Diretor Geral da Instrução Pública na Capital, a Antônio Dias Paes Leme, Presidente da Província Capixaba, os esforços empreendidos pela diretoria não foram suficientes para melhorar os resultados do exame dos alunos, como pode ser observado:

Em poucas aulas houve exames no fim do anno passado, embora para isso se esforçasse o meu zeloso antecessor, que até offereceu premios em livros aos alumnos de algumas dellas, o que lhe agradeceu a presidencia em officio n 5 de 8 janeiro deste anno. Foram tão pequenos os resultados em geral obtidos, que peço a V Ex me dispense de os referir, por ora: mais tarde, espere ainda poder sobre este ponto dar melhores informações (ESPÍRITO SANTO, 1869).

No Colégio do Espírito Santo ocorreram os seguintes exames: em letras 11, em francês 3, em inglês 2 e em latim 2. Nas aulas de Geografia e história e na de matemáticas elementares, não houve exame algum. Os motivos para tal fato, foram

expostos no ofício que acompanhou ao de nº 220, que data de 14 de Dezembro, enviado ao Presidente da Província do Espírito Santo.

Naquele mesmo ano, foi criado o Colégio Nossa Senhora da Penha, localizado também na capital da província capixaba, de ensino secundário, destinado ao sexo feminino. De acordo com o referido relatório de 1886, os estatutos deste colégio foram aprovados pela resolução de 9 de janeiro de 1871.

Segundo Romanelli (2008), o currículo desse colégio seria o mesmo do Liceu, acrescido de História Sagrada, Música, aulas de piano e todos os trabalhos de agulha (Decreto nº 29(644) de 04-12-1869).

Daí em diante, até o final do século, as duas escolas sofreriam várias reformulações, inclusive com mudança de denominação, e a introdução dos cursos de Pedagogia e de Escrituração Mercantil iniciando, talvez, uma tradição que se mantém ainda hoje com a consagração dos cursos de Magistério e Contabilidade (ROMANELLI, 2008, p. 8).

Sobre a localização e instalação do Colégio Nossa Senhora da Penha, Novaes (1964, p.254) narra que:

O colégio foi instalado num prédio da Rua da Mangueira (depois 1º de março), fronteiro à ladeira do imperador, e, em 1871, recebeu o nome de Colégio Nossa Senhora da Penha, preâmbulo da Escola Normal do Espírito Santo, centro formador do professorado primário do Espírito Santo.

A criação de um colégio destinado ao sexo feminino já era almejado desde muito tempo na província do Espírito Santo. Como reflexo dessa demanda, encontramos, no Relatório de 1886, a seguinte observação:

Era já tempo de velar com mais interesse pela educação de sexo feminino, cujos destinos e influencia nas relações de família e da sociedade nem todos o compreenderão desde os primeiros tempos de nossa existencia política (ESPIRITO SANTO, 1886).

Esse colégio teve seu ensino dividido em três cursos: o primário compreendendo as disciplinas de leitura, escrita, as primeiras noções de aritmética, sistema métrico, gramática nacional, doutrina cristã e trabalho de agulha; o secundário compreendendo as disciplinas de francês, Geografia, história nacional e sagrada e o curso acessório, que compreendia musica vocal e piano.

A disciplina de Geografia, até onde sabemos, com a criação do Colégio Nossa Senhora da Penha, passou, pela primeira vez na história da Instrução da Província do Espírito Santo, a ser ofertada em mais de uma escola, embora restrita à capital capixaba, sendo também estudada por alunos de ambos os sexos.

Desta forma, em 1871, o ensino secundário na Província passou a ser ofertado em dois estabelecimentos de ensino localizados na capital. No Colégio do Espírito Santo, destinado ao sexo masculino, foram lecionadas as disciplinas de letras, francês, inglês, latim, Geografia e história, aritmética, álgebra e geometria (esta última, lecionada pelo próprio Diretor do colégio). Havia, ainda, mais uma aula de música, que era ministrada na casa do respectivo professor. Os números dos respectivos alunos do Colégio do Espírito Santos, naquele ano, foram: em latim 22 alunos, em francês 26 alunos, em inglês 5 alunos, em matemáticas elementares 14 alunos e em Geografia e história 6 alunos. Totalizava-se, assim, 73 alunos frequentes naquele ano.

No Colégio Nossa Senhora da Penha, para o sexo feminino, as aulas formavam uma só classe. Neste, além das primeiras letras, música, piano e prendas domésticas que eram ensinadas pela própria Diretora, havia mais duas aulas secundárias, uma de francês, outra de Geografia e história. Nesse estabelecimento, frequentaram as aulas de francês 6 alunas, de Geografia 4 alunas e de música, piano e canto 10 alunas, apresentando um total de 20 alunas matriculadas e frequentes.

Nos relatórios dos anos de 1872 e 1873 foram expostos os problemas do ensino secundário. Desatacavam-se, entre outros, a precária infra-estrutura, baixos salários dos professores, falta de contingente profissional da educação, bem como a precariedade dos cursos preparatórios para o ingresso nos cursos superiores do Império. Essas preocupações podem ser observadas no relatório do Presidente da Província Capixaba, Antônio Gabriel de Paula Fonseca:

A instrução secundaria continua estar mal organizada na Provincia. Nesta Capital ainda não ha todos os cursos exigidos como preparatorios para matricula nas Faculdades de instrução Superior do Imperio; basta citar-vos a falta inexplicável de um curso regular de philosophia, a sciencia que dirige a razão, que subordina o pensamento, que armoniza as idéas, que faz o homem conhecer-se a si mesmo e quanto está distanciado do Creador cuja Omnipotencia, cuja sabedoria infinita só o philosopho póde dividamente admirar na magestade da natureza (ESPÍRITO SANTO, 1872).

Segundo Romanelli (2008), em 1873, um novo Regulamento sobre a Instrução Pública transformou o Colégio do Espírito Santo em Ateneu Provincial, com o seguinte currículo: Gramática e Língua Nacional; Retórica e Poética; Latim, Francês e Inglês; Aritmética e Álgebra; Física, Química e História Natural; História Universal; Economia Política, Estatística e Finanças; Filosofia; Direito Constitucional, Civil, Criminal e Comercial; Geometria e Trigonometria; Mecânica; Cosmografia, Geografia Física, Comercial e Política; Caligrafia; Pedagogia e Metodologia. Segundo a autora:

Um elenco de tal porte se justificava pela exigência de atender aos *preparatórios* e os exames *parcelados*, dado que o regime era de matrícula por disciplina. Na realidade não significava uma sobrecarga, uma vez que o candidato poderia cursar e fazer provas de apenas algumas disciplinas de cada vez (ROMANELLI, 2008, p. 9).

São expostos, no Relatório Provincial de 1874, os primeiros bons resultados dos alunos da Escola Normal (relativos ao ano anterior). Segundo o documento oficial, dos 7 alunos, cinco foram aprovados e apenas 2 reprovados. Matricularam-se naquele ano 4 alunos e 4 alunas.

Consta ainda no mesmo documento que, com relação à instrução secundária, esta era ofertada pelo Ateneu Provincial, Colégio de Nossa Senhora da Penha e estabelecimentos particulares¹⁶. Em relação ao Ateneu Provincial, por sua vez, o Relatório esclarece que foram ofertadas as disciplinas de letras, latim, francês, matemáticas, Geografia, história, filosofia, retórica e poética, música e dança.

É importante destacar o considerável número de alunos, comparados aos anos anteriores, que frequentaram as aulas daquele colégio. O número de alunos matriculados em cada aula foi o seguinte: em filosofia 1 aluno, em retórica e poética 3 alunos, em aritmética 19 alunos, em Geografia e história 7 alunos, em inglês 18 alunos, em francês 40 alunos, em latim 21 alunos, em português 107 alunos, em música 31 alunos e em dança 28 alunos.

O internato do Ateneu contava, naquele referido ano, com 20 pensionistas e 9 meio-pensionistas, dos quais, 4 estudavam às custas da Província. De acordo com o relatório do Coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, apresentado à

¹⁶ O referido relatório não fala sobre a localização geográfica destes estabelecimentos de ensino, como também das disciplinas ofertadas pelos mesmos.

Assembleia Legislativa Provincial o número de alunos, bem como os professores que lecionavam no Ateneu Provincial, era:

MATÉRIAS	PROFESSORES	ALUNOS
Português	José Francisco de Lellis Horta.	119
Latim	Ignácio dos Santos Pinto.	24
Francês	Dr. Florêncio Francisco Gonçalves	40
Inglês	Manoel Goulart de Souza	18
Retórica e Poética	M. Godofredo D'Alencastro Aufran	3
Filosofia	Padre José Gomes de A. Meireles	1
Geografia e História	Dr. José Correia de Jesus	8
Matemáticas	José F. de Noronha Feital	16
Música	Barthazar Antonio dos Reis	31
Dança	João Pereira de Azevedo	34

(ESPÍRITO SANTO, 1874).

O Colégio Nossa Senhora da Penha não funcionou devido aos seguintes problemas expostos pelo Presidente Provincial Dr Luiz Eugênio Horta. Barbosa, em seu relatório endereçado ao Coronel Manoel R. C. Mascarenhas, no dia 29 abril de 1874:

O collegio de Nossa Senhora da Penha, destinado á instrucção primaria e secundaria do sexo feminino, não funciona actualmente por falta de pessoa habilitada, que o dirija.

A ex-Directora D. Mariana Leopoldina de Freitas Carvalho solicitou e obteve rescisão de contracto celebrado com a provincia para direcção do collegio, por não lhe permittir continuar n'aquelle trabalho a affecção pulmonar, de que foi acometida.

As pessoas, que se tem proposto a contractar a direcção do collegio Nossa Senhora da Penha, não provarão até esta data as habilitações exigidas pela Lei Provincial de 4 de Dezembro de 1869. Entretanto, é summamente sensível a falta do referido collegio, e nutro a convicção, de que, graças aos esforços de V. Ex., em breve será preenchida aquella lacuna (ESPÍRITO SANTO, 1874).

Pela primeira, vez desde 1854, de acordo com as leituras dos relatórios provinciais, é exposto no ano em questão acerca do ensino de Geografia, sendo ofertado em estabelecimentos particulares de outros distritos, como em Cachoeiro de Itapemirim:

Ha na villa do Cachoeiro do Itapemirim dois collegios particulares, um dos quaes é dirigido pelo Professor Publico d'aquella villa, Manuel Pinto Ribeiro Manso: as disciplinas n'elle ensinadas são 1º lettras, latim, françez, e geographia; frequentão as aulas 15 alumnos.

O 2º, destinado á instrucção do sexo feminino, é dirigido por D. Joanna Paula das Dores; as 1º lettras, o francez, inglez, geographia, história, arithmetica, dezenho, musica vocal, piano e dança, trabalhos de agulha e bastidor, são as disciplinas alli leccionadas.

Na freguezia do Alegre o cidadão Eugenio Aurelio Brandão dirige um collegio frequentado por 19 alumnos (ESPÍRITO SANTO, 1874).

O relatório do Dr. Domingos Monteiro Peixoto, do dia 18 de setembro de 1875 encaminhado e apreciado na Assembleia Provincial, ao discutir o ensino secundário na Província Capixaba se detém a expor as situações do Colégio de Nossa Senhora da Penha e do Ateneu Provincial. As informações contidas no documento revelam que este estabelecimento era frequentado por 140 alunos distribuídos da seguinte forma: 29 internos, 5 pensionistas da Província, 3 meio-pensionistas, 100 externos e 3 gratuitos.

O total de alunos que frequentaram o Colégio Nossa Senhora da Penha naquele referido ano, foi de 235 alunos. Destes, 42 aplicavam-se em português, 60 em francês, 22 em inglês, 34 em latim, 6 em filosofia, 5 em retórica, 15 em Geografia e história e 33 em música. É exposto o estado lastimável em que se encontrava a instrução de ensino secundário da Província do Espírito Santo que, segundo o referido relatório:

E' sobremodo lamentavel a provincia não dispôr de um edificio com as accomodações necessarias, que satisfação ao fim de tão util instituição.

O cidadão José Ribeiro Coelho, proprietário da casa em que funciona este estabelecimento, lovado (*sic*) do patriotico desejo de prestar mais um serviço á instrucção publica, está disposto a augmental-a; porém, não tem sido possível realizar essas obras, pela falta de um edificio nas condições de prestar-se provisoriamente á esse mister (ESPÍRITO SANTO, 1875).

A falta de professor habilitado para o exercício profissional na Província, fez com que se admitisse pessoal para lecionar matérias que não eram específicas de suas formações. Isso fica explícito na exposição do Relatório de 1875, pois um professor se vê na condição de lecionar várias disciplinas no mesmo colégio, como se segue:

Em 3 de fevereiro o lente da philosophia, Padre Gomes de Azembuja Meirelles, reassumiu o exercício de seu magistério, interrompido desde 2 de setembro do ano passado por falta de numero sufficiente de alumnos. A este respeito providenciou a mencionada Lei nº 37, que fossem fechadas temporariamente as aulas de estudo secundario, não sendo frequentadas pelo menos por cinco alumnos. Em 13 de Março o lente da História, e

Geographia, DR.(sic) José Corrêa de Jesus, por proposta d'esta Inpectoria de 24 de Fevereiro, foi nomeado para reger interinamente a cadeira de Rhetorica (ESPÍRITO SANTO, 1875).

Naquele ano, frequentaram o Colégio de Nossa Senhora da Penha 2 alunas internas, 2 pensionistas da Província e 38 alunas externas, das quais 7 frequentaram as aula de português, 11 de francês, 9 de Geografia e história e 14 frequentaram as aulas de música.

No mesmo Relatório, encontramos, pela primeira vez, uma citação direta acerca de alguns materiais utilizados nas aulas de Geografia, bem como a necessidade da aquisição dos mesmos para auxiliar os estudos geográficos. Porém, a situação se mostrava outra:

Com quanto as escolas de 1ª letras d'este Collegio seja a única que tenha moveis decente e em que não faltão muitos dos objetos prescripos pelo citado Regimento interno das escolas, com tudo reclama a aquisição do outros, e a reforma de alguns. E necessario substituir as antigas mezas para os exercícos caligraphicos por carteiras americanas, e remover aquellas para a segunda aula da capital, que carece d'estas. Fui autorizado em 24 de Março a mandar vir da Côrte os mappas geographicos, dos cinco contingentes e um globo ou esphera terrestre para o ensino de geographia, os quaes objectos forão requisitados pelo respectivo professor. Fêz-se a encomenda por intermédio da casa comercial d'esta cidade Ribeiro Coelho & Companhia, mas até hoje não foi ainda satisfeita (ESPÍRITO SANTO, 1875).

No ano de 1876, de acordo com o relatório do Dr. Manuel José. de Meneses Prado apresentado à sessão da Assembleia Provincial, no dia 15 de outubro do referido ano, eram lecionadas todas as disciplinas exigidas para a matrícula nos cursos de ensino superior do Império no Ateneu Provincial.

Essas matérias, bem como os respectivos números de alunos cursistas, eram: português frequentada por 32 alunos, francês por 61 alunos, inglês por 36 alunos, latim por 41 alunos, filosofia por 6 alunos, retórica por 6 alunos, história por 19 alunos, Geografia por 19 alunos, matemática por 12 alunos e música por 30 alunos, totalizando 262 alunos.

No Colégio de Nossa Senhora da Penha, foram ofertadas, naquele ano, as seguintes matérias: francês, frequentada por 19 alunas, história e Geografia, por 15 alunas, português, por 20 alunas, música e piano, por 23 alunas.

No ano de 1877, foram examinados 123 alunos do Ateneu Provincial e destes, 121 foram aprovados, ficando reprovados apenas 2 alunos. Naquele ano, de acordo com o referido relatório, tanto o Ateneu Provincial quanto o Colégio Nossa Senhora da Penha passaram por uma reorganização na sua estrutura curricular, com duração de cinco anos do seu ensino secundário. Como pode se observar:

1º ano: Lingua Nacional, Latina e Francesa; 2º ano: Lingua Nacional, Francesa e Latina; 3º ano: Lingua Latina, Ingleza e Geophia; 4º ano: Lingua Ingleza, História, Arithmetica e Álgebra e no 5º ano: Historia, Filosofia Geometria, Tragonometria e Rhetorica (ESPÍRITO SANTO, 1877).

Por ato do Presidente da Província, no dia 17 de Maio do mesmo ano, foi aprovada a tabela do horário das aulas do colégio Ateneu Provincial, que fora apresentada pelo Inspetor Geral, em ofício de 15 do dito mês, em conformidade com o disposto no Art. 21, da Lei nº 14, de 27 de Abril daquele mesmo ano, como segue abaixo:

MATERIAS	HORAS DE ENSINO	SALAS
Primeiras letras	Das 8 horas as 11	B
Philosophia	8 horas as 9	C
Geographia	8 horas as 9	A
Historia	9 horas as 10	C
Francez	9 horas as 10	A
Rhetorica	10 horas as 11	C
Inglez	10 horas as 11	A
Portuguez	11 horas as 12	B
Geometria	11 horas as 12	A
Álgebra e Arithmetica	12 horas as 1	A
Latim	12 horas as 3	B
Musica	4 horas as 5	A

(ESPÍRITO SANTO, 1877).

Já o Colégio Nossa Senhora da Penha apresentava a seguinte organização em seu horário:

MATERIAS	HORAS DE ENSINO
Primeiras letras	Das 9 horas às 11
Geographia e Historia	10 às 11
Francez	11 às 12
Portuguez	12 às 1
Prendas	12 às 2
Musica	3 às 6

(ESPÍRITO SANTO, 1877).

Também, por ato do Presidente de Província, no dia 19 de Maio de 1877, foi removido o professor interino da cadeira de trigonometria, do Ateneu Província Dr. Eduardo Gomes Ferreira Veloso, para interinamente reger a de Geografia e história, do Colégio Nossa Senhora da Penha.

Em 1878, segundo o relatório enviado pelo Dr. Manoel da Silva Mafra e apreciado no dia 10 de outubro daquele ano, pela Assembléia Provincial, os problemas de verbas provocaram uma crítica quanto à continuidade da existência de algumas matérias ministradas no Ateneu Provincial, que de acordo com o Inspetor da Instrução Pública do referido ano:

Atheneu Provincial. E´destinado á instrucção secundaria do sexo masculino, tendo as seguintes cadeiras: Litteratura e Lingua Nacional e Desenho linear, Francez, Inglez, Latim, Geographia, Historia Universal, Arithmética e Algebra até equações do 2º grao, Geometria e Trigonometria rectilinea, Rhetorica e Poetica.

Penso que, sem inconveniente para os alumnos e realisando-se economia se poderia reduzir o numero destas cadeiras. A cadeira de Litteratura e Trigonometria na phrase do Dr. Inspector, são verbas de encher; essas materias não são ensinadas durante o anno lectivo, e nem tem mesmo o caracter de preparatorios.

Reunindo-se a aula de Litteratura e Lingua Nacional à de Rhetorica e Poetica, a de Geographia à de Historia Universal, a de Geometria e Trigonometria à de arithmetica e Algebra em nada prejudicaria o ensino, e parte da economia, resultante dessa reducção, se applicaria à restauração da cadeira de Philosophia, de que se não pode prescindir em o estudo secundario, e que foi supprimida pelo artigo 1º da Lei nº 7 de 8 de Agosto do anno passado (ESPÍRITO SANTO, 1878).

Naquele ano, matricularam-se no Ateneu Provincial 33 alunos em latim, 55 em francês, 52 em português, 19 em inglês, 12 em Geografia, 7 em história, 15 em aritmética e 8 alunos em geometria.

No Colégio Nossa Senhora da Penha foram ensinadas: primeiras letras, língua e literatura nacional, desenho linear, francês, Geografia, história sagrada e do Brasil, aritmética até proporções, música, piano e canto. Matricularam-se, naquele ano, 88 alunas e isto representou um acréscimo de 22 alunas, se comparadas ao número total de alunas do ano anterior.

Em 1879, de acordo com o relatório enviado pelo Primeiro Vice-Presidente da Província Capixaba, Alpheu A. M. de A. Almeida, à Assembleia Provincial, em 6 de março daquele ano foram restabelecidos os exames gerais na Província, em conformidade com os decretos 4.430, de 30 de outubro de 1869 e 5.429, de 2 de outubro de 1873, ocorridos entre os dias 15 e 27 do referido mês e que apresentaram os seguintes resultados:

Em português, com 7 aprovados e 3 reprovados; em francês, com 8 aprovados e 1 reprovado; em inglês, todos os 5 inscritos foram aprovados; em latim, com 4 aprovados e 1 reprovado; em Geografia, com 2 aprovados e 1 reprovado; em filosofias, todos os 2 inscritos foram aprovados; em história, o único aluno inscrito foi aprovado; em aritmética, com 4 alunos aprovados e 3 reprovados; em álgebra o único inscrito foi aprovado e em geometria os dois inscritos foram aprovados.

Em 1881, a situação do Ateneu Provincial quanto a sua instalação, bem como a situação dos baixos salários dos profissionais do ensino secundário, expostos no relatório enviado à Assembleia Legislativa pelo Presidente da Província Capixaba, eram as seguintes, conforme se segue:

Não concluirei este tópico do meu relatório sem dizer-vos que o director do Atheneu acha-se mal remunerado, com o vencimento annual de 1.200\$000 que actualmente percebe, tendo-se em vista o immenso trabalho de que está sobrecarregado, e ainda mais por ser esse vencimento igual ao que percebem os respectivos professores, que apenas se demoram no estabelecimento o tempo marcado, cada um de per si, á lição de sua cadeira. Assim, é minha opinião, que o ordenado do funcionario a que alludo, seja elevado à mais 600\$000, devendo este argumento ser considerado como uma indenisação ao beneficio da casa que anteriormente tinha para sua residencia e que deixou de aferir, desde 8 de Março do anno passado, em que o mesmo Atheneu foi transferido para o novo edificio. E também mal retribuido o Inspector Geral, cujo vencimento não corresponde a importancia e responsabilidade do cargo que exerce (ESPÍRITO SANTO, 1881).

Naquele ano, foram ofertadas no Ateneu Provincial as matérias de língua e literatura nacional, língua latina, língua francesa, língua inglesa, Geografia, história universal, aritmética, álgebra e geometria, até equações de 2º grau, e trigonometria.

Já no Colégio Nossa Senhora da Penha foram realizados exames gerais com os seguintes resultados: Em português, com 14 alunas aprovadas e 1 reprovada; em francês com 11 aprovadas e 6 ausentes; em língua e literatura nacional não compareceu nenhuma aluna; em piano, música e canto com nenhuma presente e em Geografia e história sagrada com 1 aprovada e 4 ausentes.

O Ateneu Provincial, no ano de 1882, foi frequentado por 138 alunos, e realizou apenas os Exames de Línguas, em que dos 56 alunos participantes, 43 foram aprovados e 13 reprovados. Expondo os problemas enfrentados pela Instrução Secundária, bem como a necessidade de continuar realizando Exames Gerais para o ingresso dos alunos capixabas nos cursos superiores de Império. Herculano M. I. de Souza, no dia 9 de dezembro de 1882 entregou ao Sr. Martim F. R. de A. Junior da Administração Pública da Província do Espírito Santo um relatório, em que era sugerido:

- 1º Serem mantidos no 'Atheneu os preparatorios para a matricula nas Faculdades Superiores do Imperio, e serem creados dois cursos normaes, sendo um para professores e outro para professoras;
- 2º Não desprender com a nova organização do serviço mais do que se gastava pelo antigo regimen (ESPÍRITO SANTO, 1882).

Ainda em 1882, a 9ª cadeira, de cosmografia, Geografia física, comercial e política, do Ateneu Provincial eram lecionadas pelo Dr. Henrique Alves de Cerqueira Lima. Os distritos de Serra e São Mateus ofertavam o Ensino Secundário com apenas a oferta de uma única matéria: em Serra com a oferta de latim e em São Mateus com a de francês.

Em 3 de março de 1883, o Sr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior apresentou um relatório à Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo, no qual rebatia às constantes críticas da imprensa destinadas aos profissionais do Ateneu Provincial e deixava clara a necessidade de mantê-los nos seus respectivos cargos, pois:

Varias vezes reclamou a imprensa contra a incompatibilidade manifestada de alguns dos empregados do Atheneu Provincial. A prática dos negocios públicos e alguns conhecimentos que tanto o paiz convence-me de que em uma nacionalidade relativamente nova o exagero do principio, aliás não refutado, da incompatibilidade afasta as pessoas capazes, segrega-as mesmo da direcção mental que lhes compete.

E aqui temos um exemplo frisante desta verdade: se a administração demittir os actuaes professores incompativeis, não encontrará nesta Capital cidadãos que possam substituir, e o Atheneu Provincial, de uma brilhante realidade que é, transforma-se-ha em uma instituição inutil quanto aos resultados e deficiente quanto a sciencia que lhe incumbe divulgar. Acresce ponderar que o digno e talentoso Director desta Instituição occupa gratuitamente o cargo, revelando de tal arte patriotismo e amor à instituição sem cogitar de lucros e proveitosos dinheiros (ESPÍRITO SANTO, 1883).

Ele relata a falta de recursos suficientes para manter a instrução pública com os meios necessários que possibilitassem a oferta de um ensino de qualidade. No referido relatório é ainda exposto o valor do investimento (75:000\$000 rs) para toda instrução pública (primária e secundário) para aquele ano, sendo este considerado um valor aquém, segundo o Sr. Martim Francisco. Ribeiro. de Andrada Junior, das reais necessidades da Província Capixaba.

Em 1884, foram ofertadas no Ateneu Provincial as disciplinas de gramática e língua nacional, língua latina, língua inglesa, matemáticas, pedagogia, filosofia e Geografia e história universal, para a qual foi nomeado o Bacharel Getúlio Augusto de Carvalho Serrano a lecionar esta disciplina.

Este professor enviou um ofício no de 5 de junho ,daquele referido ano, ao Vice-Presidente da Província Capixaba, José Camillo Ferreira Rebello, comunicando-o de que não era possível aceitar a nomeação. Assim, o engenheiro e professor de pedagogia do Ateneu, Dr. Antônio Francisco de Athayde, passou a lecionar interinamente a referida matéria de Geografia.

Em 1885, o diretor do Ateneu Provincial acumulava ainda a função de Inspetor da Instrução Pública da Capital, isto era possível, de acordo com o relatório provincial daquele ano, graças às lacunas na legislação educacional. Isto é, de acordo com o referido relatório, não havia, na legislação educacional, naquela época, regras claras quanto à proibição, ou não, de acúmulo de funções para o diretor do Ateneu Provincial. Esse acúmulo de funções foi criticado e exposto pelo Desembargador Antonio J. Rodrigues – Assembleia Legislativa, segundo ele:

Não se póde pelo modo porque se acha organizada, fiscalizar o serviço de modo conveniente e satisfatorio, tornando-se cada vez mais urgente a separação dos cargos de Inspetor da Instrução Publica e Director do Atheneu, para que assim se regularize os serviços á cargo de cada um d'aqueles empregos (ESPÍRITO SANTO, 1885).

Naquele ano, houve uma alteração na oferta das matérias do Ateneu Provincial, sendo que as cadeiras de filosofia e pedagogia foram suprimidas. A disciplina de Geografia apresentou problemas quanto as trocas frequentes de professores e, ao final daquele ano, estava vaga por falta de professor. As demais matérias ofertadas no ano anterior foram ofertadas.

No colégio Nossa Senhora da Penha, as aulas achavam-se todas providas, funcionando regularmente, menos a de música, cuja professora obtivera demissão e não fora mais substituída, por entender a Presidência deixá-la vaga, já que era facultativo o seu ensino. Naquele ano, o professor Henrique Guatimazim Ferreira da Silva lecionou a disciplina de Geografia.

Em 1886, o Desembargador Antonio Joaquim Rodrigues, em seu relatório do dia 5 de outubro enviado à Assembleia Legislativa da Província Capixaba, discorreu acerca de vários problemas que entravavam, segundo ele, no desenvolvimento da educação na Província. Concluía, após sua exposição que:

A maior dificuldade que se encontra para melhora a instrução pública é a falta de pessoal habilitado para reger um grande numero de escolas. São os próprios habitantes que apressão em fornecer as quantias necessárias para a construção de escolas, para compra da mobília das classes, para honorário dos professores. Muitos professores não sahem da velha rotina, e nem podem sahir, visto que faltão-lhes as necessarias habilitações para o magistério. O remédio seria demittil-os, porém, a dificuldade seria encontrar melhores, não só porque o curso normal é uma ficção, como porque os vencimentos que percebem os professores, especialmente os de 3º e 4º classes, não convidão pessoas de recomhecida aptidão á abraçarem uma carreira tão cheia de responsabilidade e ao mesmo tempo desprotegida e mal recompensada (ESPÍRITO SANTO, 1886).

O Ensino Secundário, desde a sua institucionalização, como se pôde perceber até aqui, passava constantemente por semelhantes mazelas encontradas na Instrução Primária o que repercutia de forma negativa na qualidade da formação dos alunos secundaristas. Além disso, havia negligência nos Exames Gerais de vários anos anteriores a 1886, como é explicitado:

Os exames de preparatórios que se prestavam na Delegacia em em outras épocas não tinham nenhum valor moral, pois que as inúmeras aprovações, que então se davão, erão mais devidas à excessiva benevolencia dos julgadores do que ao aproveitamento dos examinandos: é uma triste verdade, mas que não devo occutar aos legisldores provinciais (ESPÍRITO SANTO, 1886).

Naquele ano, os alunos secundaristas realizaram os Exames Gerais das seguntes matérias: português, latim, francês e inglês, Geografia, história e retórica, filosofia, aritmética, álgebra e geometria. O total de alunos inscritos foi de 143 alunos. Destes, 85 foram aprovados, 33 reprovados e 25 não compareceram aos exames.

No ano de 1888, foram ofertadas no Ateneu Provincial todas as matérias básicas dos anos anteriores com exceção de matemática, que ficou vaga por falta de professor.

Com relação às despesas com a Instrução Pública, de acordo com o Relatório Provincial daquele ano, excederam-se as verbas votadas para o exercício dos dois anos anteriores. Um dos motivos deste aumento se deveu à compra do edifício no qual funcionava o Colégio Nossa Senhora da Penha há muitos anos.

Como pode ser observado neste capítulo, a Geografia se constituiu enquanto uma disciplina restrita ao ensino secundário e de segunda importância, quanto a sua oferta, nas escolas de ensino secundário do Espírito Santo no século XIX.

Encontramos informações, com a análise dos Relatórios de Província, acerca da espacialização do ensino secundário nos oitocentos na Província do Espírito Santo e bem como da disciplina de Geografia.

O ensino secundário ficou restrito, quanto ao seu funcionamento na capital (Vitória) possibilitando ao alunado uma gama de disciplinas escolares e dentre elas, a Geografia. Os distritos de Serra, São Mateus e Benevente ofertaram o ensino secundário em alguns anos, mas apenas com a oferta de aulas avulsas de Francês e o Latim (ver ANEXO I).

A Geografia escolar, de acordo com a análise dos Relatórios de Província analisados, não apresentou uma espacialização dinâmica no Espírito Santo

oitocentista, ficando restrita à capital e sendo ofertada, após 1874, em estabelecimentos particulares no distrito de Cachoeiro de Itapemirim.

Esta espacialidade do ensino secundário se deu justamente nos distritos mais importantes economicamente da Província do Espírito Santo e este processo se pareceu aos das demais províncias do Brasil nos oitocentos.

Segundo Xavier (1994), no país, durante o século XIX, os liceus provinciais existiam em número limitado e eram localizados nas capitais das províncias política e economicamente mais importantes.

Com isto, o ensino secundário acolhia a elite das sociedades locais, sendo, portanto, uma educação elitista. O ensino de Geografia, desta forma, se configurou enquanto um ensino das classes mais abastadas, sendo uma disciplina escolar restrita ao ensino secundário naquele século.

3 O LIVRO *LIÇÕES DE GEOGRAFIA* POR ABADE GAULTIER NO SECUNDÁRIO DO COLÉGIO DO ESPÍRITO SANTO

3.1 CARACTERIZANDO OS LIVROS *LIÇÕES DE GEOGRAPHIA* PELO ABADE GAULTIER (EDIÇÕES DE 1838 E 1878)

Segundo Albuquerque (2010), estudos sobre livros didáticos, abordando especificamente uma obra de um determinado autor e disciplina escolar, vêm tomando 'corpo' no Brasil. Podemos mesmo afirmar que grande parte das pesquisas sobre livros escolares tem hoje esse enfoque. Segundo a autora:

Em geral, são trabalhos que objetivam trazer à mostra a produção específica do autor e seu papel enquanto escritor de livro didático; relacionar a disciplina escolar com a produção dos saberes científicos; compreender a contribuição daquele livro para a disciplina; discutir posicionamentos ideológicos e políticos; averiguar aplicação de metodologias, dentre outros (ALBUQUERQUE, 2010, p. 173).

No Brasil, atualmente, encontramos um considerável número de trabalhos que trazem como enfoque teórico-metodológico a história das disciplinas escolares. O livro, estudado nesta pesquisa, se orienta por essa perspectiva, uma vez que ele faz parte da própria história e constituição da disciplina escolar Geografia no Brasil.

Soma-se a isto, Albuquerque (2010), problematiza em seus estudos se os livros importados serviram de referenciais para a elaboração dos livros didáticos publicados, no país especialmente no que diz respeito à Geografia do Brasil, enquanto conteúdo abordado no ensino secundário.

Ao analisarmos os livros *Lições de Geographia* (edições de 1838 e 1878), pelo Abbade Gaultier, estamos, portanto, analisando, segundo Albuquerque (2010), o olhar estrangeiro sobre o Brasil em um momento em que se desenrolava no país um grande debate acerca da divulgação do nacionalismo patriótico, que tinha na Geografia escolar uma das vias de difusão de seus ideais.

Para fazer tal análise, algumas perguntas se evidenciam: o que motivava a abordagem de temas sobre a Geografia do Brasil neste livro didático elaborado fora do país? O que orientava a seleção dos conteúdos sobre o Brasil pelo autor desse livro em questão? Que tipos de conhecimentos eram selecionados por este autor e o que pretendia com essa seleção? Quais eram suas fontes? Estas questões estão mais diretamente atreladas à análise do livro, entretanto, é preciso levar em consideração os debates acerca do papel da escola enquanto divulgadora dos ideais do nacionalismo patriótico quando das buscas por respostas às questões formuladas.

Estudaremos, neste capítulo, o livro *Lições de Geographia* do Abbade Gaultier de 1838 mencionado relatório de província de 1869, que o diretor da Instrução Pública, Bacharel Tito da Silva Machado, apresentou ao presidente da Província, Dr. Antonio D. P. Leme.

Não podemos afirmar que esse livro foi usado por muito tempo, ou por todos os professores de Geografia no ensino secundário na Província capixaba, pois:

Com quanto se não possa admittir nas aulas publicas e ainda na particulares, si não aquelles livros, que forem completamente approvados, todavia não me tem sido possível uniformisar o ensino, e fazer com que todos os professores admittam os mesmos livros Verdade é que o maior numero delles busca cingir-se ao preceito legal, adoptando que estão approvados São elles Methodo facilimo, por Monteverde; grammatica da infância; Episódios da historia pátria e Catechismo da doutrina christã, pelo Cenego Pinheiro; Arithimetica, por Curuja [...] No Collegio do Espírito Santo estão adoptados os livros seguintes: [...] Ultima edição da lições das lições de geographia, por Gaultier (ESPÍRITO SANTO, 1869).

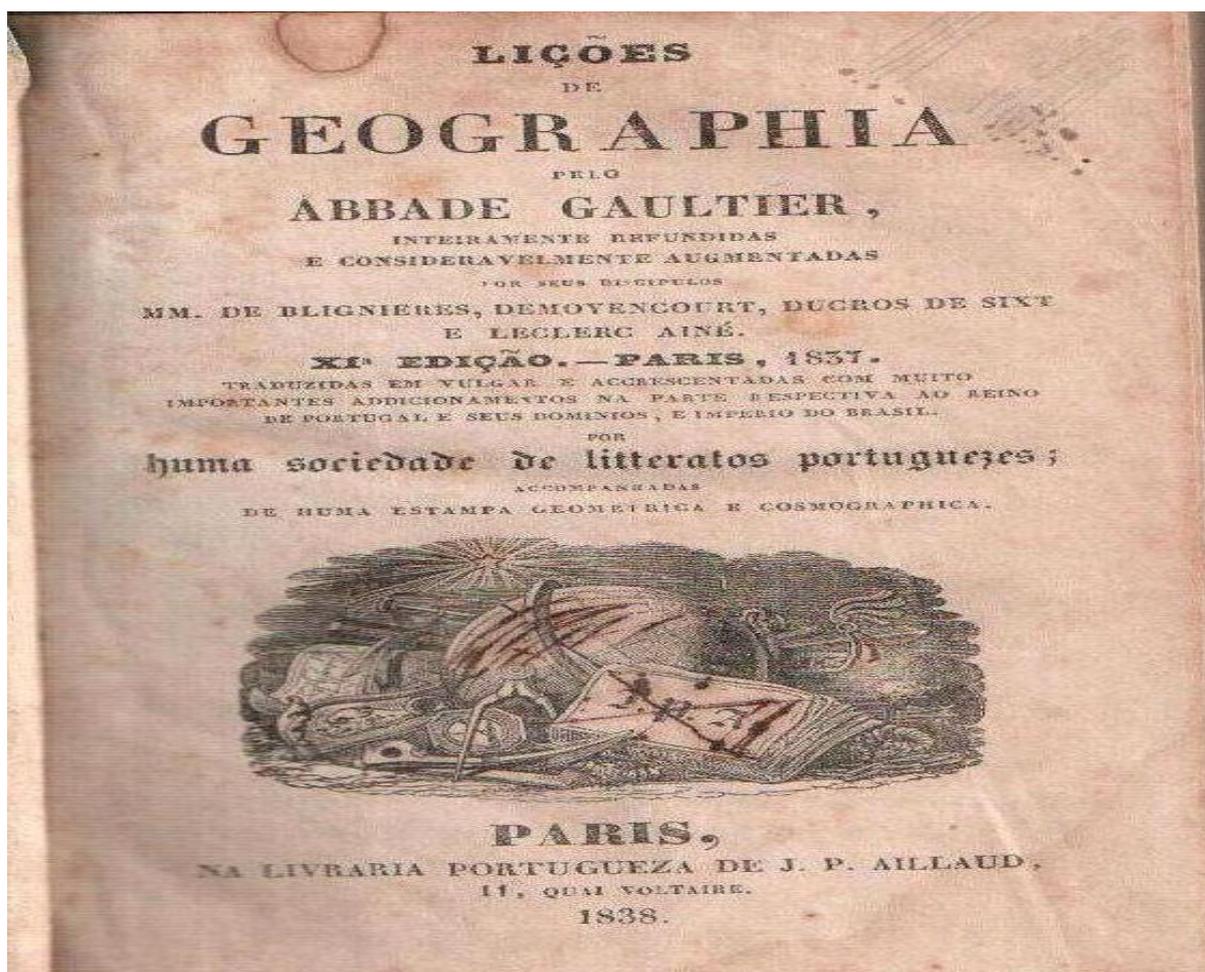
A partir dessa valiosa informação, iniciamos, no Espírito Santo, nossa busca por essa obra rara: Biblioteca Central da Ufes/coleções especiais, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e Instituto Jones dos Santos Neves —, porém, sem resultados. Procuramos, também, via internet, na Biblioteca Nacional, mas, igualmente, não encontramos pistas desse autor e obra. Continuando as buscas, encontramos, em Portugal, duas livrarias — uma no Porto e outra em Lisboa — havendo, em cada uma, apenas um exemplar, que adquirimos por ser um deles o primeiro livro desse autor, publicado em 1838 com o título *Lições de Geographia* do Abbade Gaultier, e o outro, publicado em 1878, com algumas novas adições e mudanças das versões anteriores.

É importante destacar que os tópicos abordados em Geografia do Brasil, do livro de 1838, são os mesmos do livro de 1878, mas o último está com novas informações, diferentemente das versões anteriores.

O prefácio esclarece os objetivos da obra, que era de proporcionar à mocidade portuguesa e brasileira um compêndio de Geografia apropriado a seus estudos elementares.

O livro *Lições de Geografia* pelo Abbade Gautier foi editado pela primeira vez em 1837, na França, e foi traduzido para o português no ano de 1838. A terceira edição do ano 1878, também estudada nesta pesquisa, foi publicada “EM CASA de V^a J. – P AILLAUD, GUILARD E C^a. Livreiro de suas Magestades o Imperador do Brazil e El-Rei de Portugal” (p. 01). Estas edições foram impressas pela Typogrphia Lahure, rua de Fleurus, 9, Pariz (p. 659). A tradução dessas duas edições foi feita por uma Sociedade de Literatos Portugueses e tem como base a última edição francesa, “inteiramente reformulada e consideravelmente aumentada” (p. 01).

O livro de 1838 apresenta um formato muito comum aos livros didáticos da época, tendo 10 cm de largura por 15,5cm de altura. Não conhecemos a capa original dos exemplares consultados, tendo em vista que eles foram restaurados e encapados com uma cobertura dura, em couro, o que possibilitou a tais exemplares permanecerem em bom estado de conservação.



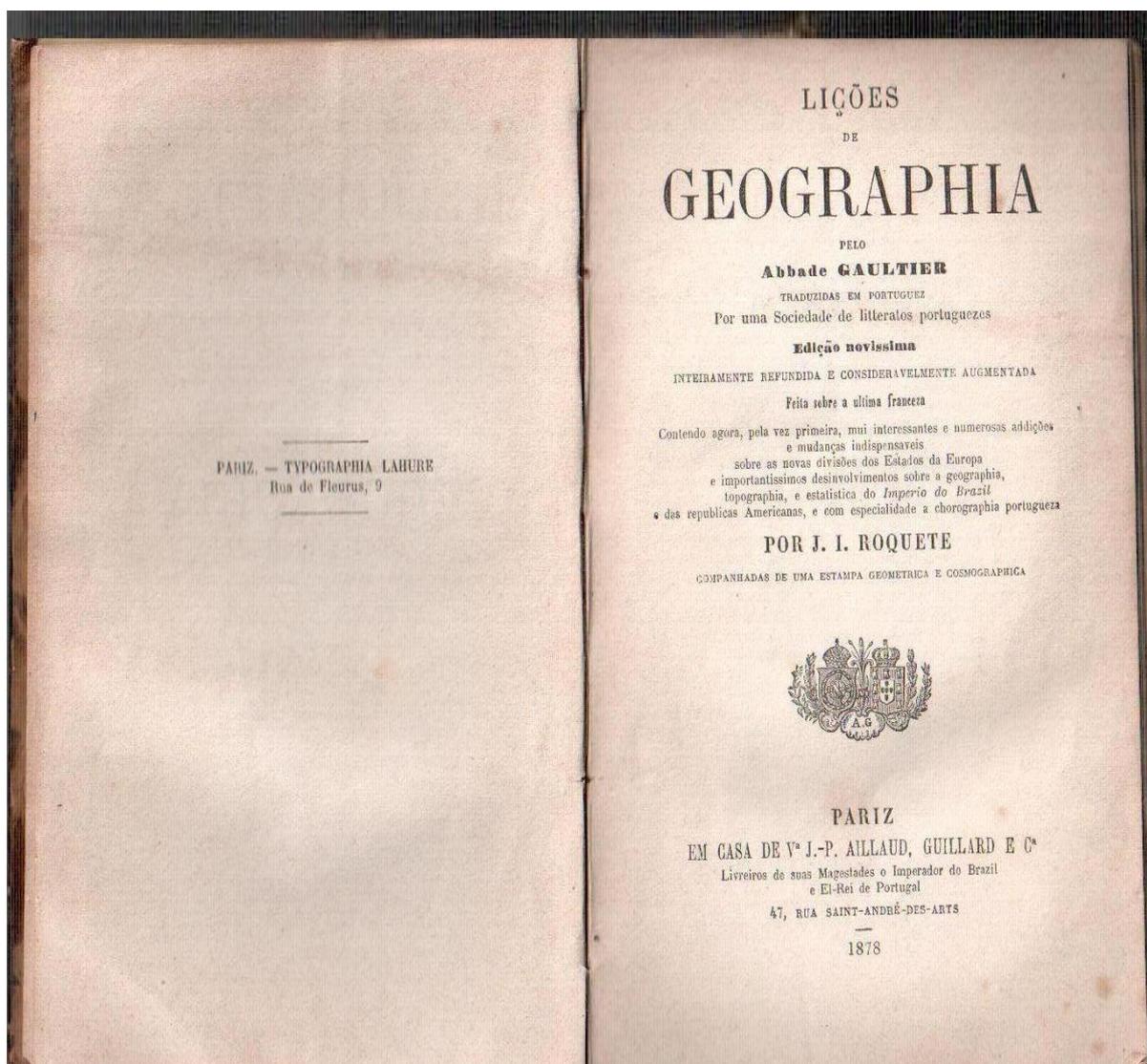
Abbade Gaultier, Lições de Geografia, 1838. Acervo: autor

O livro foi impresso em preto e branco e não traz ilustrações, tais como gravuras ou mapas. Composto de 330 páginas, a obra encontra-se dividida em três partes: *Nomenclatura geographica*, *Noções de Geographia Histórica e Política* e *Elementos de Cosmographia*¹⁷. Cada uma dessas partes está organizada em Seções e essas subdivididas em Lições. As duas primeiras seções recebem como título o nome de um continente, seguindo esta seqüência: Europa, Ásia, África, America, Oceania. A terceira parte é dedicada aos estudos de Geometria, visando introduzir os conceitos relativos a Cosmographia.

Já o livro *Lições de Geographia* pelo Abbade Gaultier, de 1878, apresenta semelhanças com o livro *Lições de Geographia* pelo Abbade Gaultier publicado em

¹⁷ Os títulos dos capítulos estão grafados conforme a escrita da época.

1838, como também algumas novas adições e mudanças com relação à primeira edição.



Abbade Gaultier, Lições de Geografia, 1878. Acervo: autor

Este livro, com tamanho de 11 cm de largura por 17 cm de altura, foi impresso em preto e branco e não traz ilustrações, tais como gravuras ou mapas. Em seus estudos de Cosmographia, traz um anexo com imagens da esfera da terra, as linhas imaginárias, um esquema com o Zodíaco, outro com as elipses da terra, do Sol e da lua, um modelo de representação com a posição dos planetas e outro para mostrar as fases da lua.

O autor deixa claro, na parte de advertência ao leitor, que esta obra não é propriamente uma nova edição de Geografia de Gaultier, mas um livro inteiramente refundido e verdadeiramente novo.

Em um texto introdutório, encontrado na terceira edição (1878), denominado “Advertencia ao leitor”, o autor preocupa-se em demonstrar que nessa edição, diferentemente da primeira (1838), há maior número de páginas sobre o Brasil. Passando de oito, na edição inicial, para cinquenta e oito na edição subsequente. Também apresenta as inovações que acrescentou a essa edição sobre o Reino de Portugal. Além disso, aponta para a abrangência que o livro traz de conteúdos referentes à Geografia da América. Assim, afirma:

Julgamos que os outros paizes da América, tão sumariamente tratados na edição franceza, mereciam maior atenção em uma obra destinada em grande parte para leitores americanos. Para tanto, toda esta parte, e especialmente a que diz respeito às republicas da América Meridional, vai descripta com uma extensão que se não achará certamente em nenhuma obra da mesma classe, nem mesmo em algumas de maior volume (GAULTIER, 1878, p. II).

Nesse livro, o Brasil é abordado em lições específicas nas duas seções denominadas América, que compõem respectivamente as duas primeiras partes. Na primeira parte, grande destaque é dado à nomenclatura de rios brasileiros, evidenciando duas lições sobre esta temática, a *Lição IX – Rios principaes do Brazil que desembocam no mar* (p. 83 - 86) e a *Lição X – Rios confluentes do Brazil* (GAULTIER, 1878, p. 86 – 89).

Na segunda parte, o Brasil é tratado novamente na *Lição XIV – Brazil – Noções históricas, clima, produções, governo e população* (p. 541 – 599). O livro traz, portanto, um número volumoso de informações sobre o país, tanto no que diz respeito a sua história quanto à nomenclatura das províncias, que são abordadas uma a uma, e dos acidentes geográficos, tais como nomes e localização de montanhas e bacias hidrográficas, além de climas e atividades econômicas.

Os dois manuais não apresentam um destino específico por série ou grau/nível de ensino. Pelas suas complexidades, acreditamos que eram utilizados por alunos e/ou professores do ensino secundário (como constatado no relatório da Província do Espírito Santo de 1869), pois são obras um tanto quanto complexas para o ensino

primário, mesmo para aquele período, quando os conteúdos escolares tinham pouca relação com o nível de maturidade das crianças.

Segundo Albuquerque (2010), a adoção do livro didático não significava garantia do seu uso por professores e alunos na escola, podendo ser referencial apenas para professores, tendo em vista que nos oitocentos, era comum, segundo a autora, somente o professor ter o livro didático, enquanto os alunos copiavam as lições, como exercício que pretendia a memorização.

Segundo Albuquerque (2008), geralmente, os livros didáticos de Geografia destinados ao ensino secundário no século XIX, traziam como capítulo inicial a cosmografia (o global), e somente nos capítulos subsequentes a corografia (o local). Isto era, segundo a autora, um recurso didático pedagógico utilizado e que estava em voga na época, visto que se trabalhava do mais amplo para o mais próximo.

Diferentemente nesses livros analisados, o autor trata primeiramente do local, da corografia, com capítulos específicos sobre os continentes, os países e a nomenclatura referente aos lugares e acidentes geográficos desses países.

Somente no capítulo final é que vai tratar do global, ou seja, da cosmografia. Há, portanto, uma inversão na estrutura metodológica geralmente utilizada para os livros didáticos publicados no Brasil naquela época.

3.2 LIVRO LIÇÕES DE GEOGRAPHIA DE ABBADE GAULTIER DE 1838

Esta obra é dividida em três partes: a **primeira**, intitulada *NOMENCLATURA GEOGRÁFICA*, composta por lições contendo os pontos geográficos, mares e rios de cada parte do mundo; a **segunda** parte, intitulada *NOÇÕES DE GEOGRAPHIA, HISTÓRIA, PHISICA E POLITICA*, com noções de Geografia histórica, física e política.

A forma privilegiada de se estudar a Geografia é mnemônica, e fica explícito neste momento:

Muito se empenho o autor em mencionar hum traço característico a respeito de cada huma das cidades, para assim fixar mais os seus nomes na memoria (GAULTIER, 1838, p. 6).

E na **terceira** parte, intitulada *ELEMENTOS DE COSMOGRAPHIA*, segundo o autor, para facilitar a aprendizagem, conservou-se em toda a obra a forma interrogativa.

A primeira parte do livro, intitulada *NOMENCLATURA GEOGRÁFICA*, é composta por cinco secções com um total de quarenta e sete lições e uma lição preliminar contendo a definição da Geografia, os pontos geográficos, mares e rios de cada parte do mundo que, de acordo com GAULTIER (1838), eram divididas em: Europa, Ásia, África, América e Oceania.

A **LIÇÃO PRELIMINAR**, desta parte do livro, discute o conceito de Geografia, bem como os principais termos geográficos. Nesta lição, como em todas, conservou-se a forma interrogativa que, segundo o autor, facilita mais os progressos dos que aprendem e aparecem em todo o diálogo as figuras do mestre e do discípulo.

A primeira pergunta feita nesta lição se refere à definição da Geografia:

Mestre. Que cousa he geographia?

Discipulo. He huma sciencia, que ensina o nome e a situação dos diversos paizes e nações da terra.

E que he o significa a palavra geographia?

Significa descripção da terra (GAULTIER, 1838, p. 1).

A Geografia, neste contexto histórico, então explicitada no livro, se pautava e se configurava como uma disciplina descritiva, que objetivava, em seus estudos, a localização e nomes dos lugares, bem como a descrição da terra.

A localização e a posição dos lugares e dos países se pautavam na observação dos pontos cardeais.

Sera possivel determinar a posição ou situação dos diferentes paizes da terra? He ; e isto se faz por meio dos quatro pontos cardeaes.

Quaes são os quatro pontos cardeais? São o nascente, o poente, o norte e o sul.

Qual he o nascente? He o lugar d'onde parece que o sol nasce.

Qual he o poente? He o lugar onde parece que o sol se põe ou desaparece no fim do dia; e he opposto ao nascente.

Qual he o norte? He a parte, que nos fica em frente quando temos o nascente á nossa direita e o poente á nossa esquerda.

Qual he o sul? He a parte ou o ponto opposto ao norte (GAULTIER, 1838, p. 2).

Mesmo não classificando os pontos cardeais, eles já eram usados para auxiliar a localização e identificação dos lugares:

Alem dos quatro pontos cardeais não ha ainda outros quantos? Ha : e são o nordeste entre o norte e este, o nordeste entre o norte e o oeste, o sueste ou sudeste entre o sul e este, e o sudoeste entre o sul e oeste (GAULTIER, 1838, p. 2).

Nessa lição, ainda é realizada uma discussão breve, acerca da configuração da superfície terrestre, conforme segue:

De que consta a superfície da terra? De terras e agoa.

Que nomes se dão ás diferentes partes da terra?

Da-se-lhes os nomes de continentes, região, ilha, península, cabo, isthmo, planície, monte, outeiro, serra, vulcão, etc.

Como se chamão-se as diferentes partes da agoa?

Chamão-se oceano, mar, golfo, estreito, lago, rio, ribeiro, etc (GAULTIER, 1838, p. 3).

Chama-nos atenção na última parte desta lição a diferenciação entre as partes principais que dividem a terra e os continentes:

Em quantas partes principais se divide a terra?

Em cinco: as quaes são Europa, Asia, Africa, America e Oceania.

Que cousa he hum continente? He huma grande extensão de terra, que não é cortada pelo mar.

Quantos continentes ha? Ha tres: 1º antigo, que comprehende a Europa, Asia e Africa; 2º o novo, que comprehende a America septentrional e meridional; e o novissimo, que comprehende a Nova Hollanda, a qual faz parte da oceania (GAULTIER, 1838, p. 3).

A **secção I** apresenta um quantitativo de 48 páginas e traz temas e discussões acerca da Europa, sendo dividida em quinze lições que abordam temas como: países da Europa, mares da Europa, golfos da Europa, estreitos da Europa, ilhas da Europa, penínsulas, cabos e istmos da Europa, dentre outros.

A **lição I** aborda a caracterização dos aspectos de localização geográfica dos países da Europa, bem como a divisão regional europeia. Assim como em todas as lições deste livro, o autor traz primeiramente o conceito do tema a ser estudado e posteriormente lista todos os países da Europa, como fica explícito:

Mestre. Que quer dizer paiz?

Discipulo: Quer dizer huma grande extensão de terra, que he occupada por huma nação inteira.

E que quer dizer nação? Quer dizer huma quantidade grande de famílias, que habitão hum determinado terreno e que vivem debaixo das mesmas leis, e fallando quasi sempre a mesma lingua (GAULTIER, 1838, p. 3).

Nesse contexto histórico, segundo o autor, a Europa era constituída por dezenove países, dividida em países do norte, do meio, ou centro e pelos países do sul ou meridionais. Segundo GAULTIER, (1838, p. 4)

Em quantos paizes se divide a Europa? Em desanove, dos quaes cinco são ao norte, nove no meio, e cinco ao sul.

Quaes são os cinco do norte? São: as ilhas Britanicas, ou Inglaterra, cuja capital he Londres; a Dinamarca, cuja capital he Copenhague; a Noruéga, cuja capital he Christiania; a Suecia, cuja capital he Stokolmo; e a Russia, cuja capital he S. Petersburgo.

Quaes os nove do meio ou do centro? São: a França, capital Paris; a Belgica, capital Bruxellas; a Hollanda, capital a Haya e Amsterdam; Alemanha ou confederação germanica, onde são capitaes Vienna, Munich, Dresda, Berlim, Hamburgo, Hanover, Francfort- sobre-o-Meno, Stuttgart, etc. ; a Prussia, capital Berlim, na confederação germanica; a Polonia, capital Varsovia; Hungria, capital Buda ou Offen; Austria capital Vienna, na confederação germanica; a Suissa, cidades capitaes Basiléia, Berna, Genébra, etc.

Quaes são as cinco do sul ou meridionaes?

São: Portugal, Capital Lisboa; Hespanha, capital Madrid; Italia, cidades capitaes Turim, Milão, Veneza, Florença, Roma, Napoles, etc. ; a Turquia, capital Constantinopla; Grécia, cidades principaes Athéneas, Corintho, Napoli di Romania, etc.

Após listar todos os países da Europa, é feita uma caracterização de cada um dos países europeus, com suas localizações geográficas, bem como a de suas situações fronteirísticas com países vizinhos.

A **lição II** trata dos mares da Europa que, segundo o autor, são divididos em mares grandes, com o total de três, e mares pequenos, compostos por onze. É importante destacar que neste contexto, os oceanos eram classificados como grandes mares, como se mostra a seguir:

Mestre. Que se entende por mares?

Discipulo. Quaes quer extensões d' agoa salgada, onde desembocão rios.

Quantos são os mares, que banhão a Europa? São quatroze, dos quaes tres são grandes, e onze pequenos.

Quaes são os tres grandes? O oceano Glacial Arctico ao norte; o oceano Atalhantico ao occidente, e o mar Mediterraneo ao sul. GAULTIER, (1838, p. 8).

Dentre os mares pequenos destacam-se o mar Báltico, o mar Negro, o mar da Mancha e o mar Cáspio. Após listar todos os mares da Europa o autor cita os países banhados por cada um dos mares em questão.

A **lição III** é dedicada aos golfos da Europa, bem como na conceituação do termo, citação dos doze golfos, suas divisões em grandes quatro golfos, e pequenos oito golfos e suas localizações geográficas e os países influenciados pelos mesmos.

Na **lição IV** são estudados os estreitos da Europa, o conceito do termo e a divisão dos estreitos pela posição geográfica na Europa. Segundo o autor, são quinze os estreitos. Eles são divididos em: oito ao norte com seus respectivos países e sete estreitos do meio-dia da Europa e os países onde se localizam os mesmos.

São estudadas na **lição V** as ilhas da Europa, as quais contabilizam sessenta e seis com suas divisões em: cinco Ilhas no oceano Glacial, dezessete no oceano Atlântico, onze no Mediterrâneo, onze no mar Báltico, quatro no mar do Norte, duas no mar d'Irlanda, quatro na Mancha, sete no mar Ionio, as ilhas Illyrias no golfo do mar Adriático e quatro no Archipelago.

Esta lição, como as demais, traz em seu início o conceito básico dos termos ilha e arquipélago, após fazer a citação dos nomes de cada ilha e suas respectivas localizações, cita os países influenciados pelas ilhas em questão.

Nas **lições VI e VII** são trabalhados os nomes das penínsulas, cabos, istmos e lagos da Europa, bem como o conceito dos termos, suas localizações e divisões e os países influenciados pelos mesmos.

Na **lição VIII** são estudados as serras e os vulcões da Europa. A lição se inicia trazendo o conceito de serra que segundo o autor:

Mestre: Que cousa são serras?

Discipulo: São as cordas ou cadêas de montanhas, que se observão em varias partes da terra, que se prolongão a grandes distancias, e que se ramificão muitas vezes em varias direções (GAULTIER, 1838, p. 18).

Após conceituar o termo, o autor lista as serras da Europa que, de acordo com a classificação deste período histórico, contabilizavam trinta e duas e segundo o autor eram divididas em nove grandes (com destaque para os Montes Urais que se localizavam entre a Europa e a Ásia) e vinte e três pequenas destacando se os países influenciados pelas mesmas.

Na última parte desta lição é conceituado o termo Vulcão que, de acordo com o autor:

Que cousa he hum volcão? He hum grande boqueirão, que se abre ardinariamente no cimo d'hum monte, pelo qual sahem de tempos em tempos teurbilhões de fogo e de materiais inflamadas. A esta abertura ou boqueirão se chama cratera, e ás materias inflamadas e derrtidas lávas (GAULTIER, 1838, p. 19).

O autor termina a lição citando os principais vulcões da Europa que eram: o monte Etna ou Gibel, na Cilícia, o Vesúvio, na Itália e o monte Hecla localizado na Islândia.

A **lição IX** é dedicada à discussão acerca dos rios que desembocam no mar e começa com o conceito do termo que se segue:

Mestre. Que cousa he hum rio?

Discipulo: he huma corrente d'agoa mais ou menos caudalosa, que se vai meter no mar ou em outro rio, ou em algum lago (GAULTIER, 1838, p. 20).

Após trazer este conceito, o autor explica que devem ser observados alguns aspectos para o estudo de um rio, como a sua nascente, local onde ele começa, a sua foz, local onde termina, e as suas margens, que são terrenos adjacentes à sua corrente, que podem ser à direita ou esquerda em relação a qual se considera a sua nascente, voltada para a sua foz.

Após estas observações, é listada a quantidade de rios presentes na Europa que somavam quarenta e nove, bem como os locais onde se desembocavam e pontuando se o local de nascente de cada rio. Destacamos o rio Elba, o Tâmbisa e o rio Sena.

Prosseguindo na discussão sobre a configuração de um rio, na **lição X** há um estudo sobre os rios confluentes da Europa, que são:

Mestre. Que cousa he hum rio confluyente?

Discipulo. He todo o rio, que acaba e tem a sua foz em outro rio, e não no mar. O ponto onde ambos se reúnem chama-se confluencia (GAULTIER, 1838, p. 28).

Segundo o autor, são sessenta e sete rios confluentes presentes na Europa, os quais são todos listados, bem como os locais de nascente de cada um.

Entre as **lições XI e XV** é estudada a divisão dos países do Norte da Europa, do Centro da Europa e dos países do Sul da Europa. Nestas lições, cada um dos dezenove países será estudado, destacando-se suas divisões em Partes, Províncias e Estados.

Esta classificação depende de cada país, pelo fato de alguns serem divididos em partes, como por exemplo, as Ilhas Britânicas, Noruega e Portugal; divididos em Províncias, como por exemplo, a Holanda e o reino da Polônia; em Estados, como no caso da Alemanha.

Nestas lições são estudados apenas os nomes dos lugares e cidades que compreendem cada divisão de cada respectivo país, não apresentando nenhum conceito novo.

A **secção II** é composta por 11 páginas e traz temas e discussões acerca da Ásia, sendo dividida em nove lições que abordam temas tais como: limites da Ásia, países da Ásia, mares da Ásia, golfos da Ásia, estreitos da Ásia, ilhas da Ásia, penínsulas, cabos, lagos e montanhas da Ásia, dentre outros temas.

A **lição I** faz uma abordagem, de maneira descritiva, sobre a Ásia que, segundo o autor:

Mestre. Quaes são os limites da Asia?

Discipulo: A Asia he limitada ao norte pelo oceano Glacial; a occidente pelos montes Urals, rio Url, mar Caspio, monte Caucaso, mar Negro, mar de marmara, Archipélago, Mediterraneo, e pelo isthmo de Suez e mar Vermelho, que separão da Africa; ao sul pelo mar das Indias; a a éste pelo Grande Oceano, ou mar Pacífico (GAULTIER, 1838, p. 53).

A **lição II** intitulada “Paizes da Asia”, ilustra a noção da localização geográfica que se tinha sobre a Ásia, como se segue:

Mestre. Em quantos paizes se divide a Asia?

Discipulo; Divide-se em onze paizes, os quaes são: hum ao norte, dous ao nascente, dous ao sul, dous ao occidente, e quatro ao centro (GAULTIER, 1838, p.53).

Os países asiáticos listados nesta lição são: a Sibéria ou Rússia asiática, localizada ao norte, o Império do Japão e o Império da China localizados ao nascente, a Índia sínica ou península d’ Alem-Ganges, o Indostão ou Índia d’ Aquem-ganges, Arábia e a Turquia da Ásia, localizadas ao poente, Belutchistan; Afghanistan ou Pérsia Oriental; Tartária independente e Pérsia, localizados no centro.

Nessa lição são também listadas as principais cidades de cada um dos referidos países acima citados.

Na **lição III** são citados e classificados os mares da Ásia. Segundo o autor, totalizando treze mares, sendo estes divididos em quatro grandes, com destaque para o oceano Glacial, ao norte, que banha a Sibéria ou Rússia da Ásia e também o Mediterrâneo, que banha a Turquia asiática e nove pequenos, destacando-se o mar Cáspio, que banha a Tartária independente e a Pérsia e o mar Negro.

A **lição IV** é dedicada à discussão acerca dos golfos e estreitos principais da Ásia. Segundo o autor, a Ásia apresentava dez golfos, destacando-se o golfo do Obi, ao norte da Sibéria, formado pelo oceano Glacial e o golfo Arábico, ou mar Vermelho, formado pelo mar d'Oman, entre a Arábia e a África. A Ásia era constituída por dez estreitos, com destaque para o estreito de Behring, entre a Ásia e a América e os estreitos dos Dardanellos e de Constantinopla, localizados entre a Turquia da Europa e a Turquia d'Ásia.

A **lição V** traz uma abordagem sobre os arquipélagos da Ásia. O autor destaca os oito principais da Ásia, dando ênfase às Kurilhas, no mar d'Okotsk e Grande Oceano. Logo após listar os arquipélagos asiáticos são citadas as doze principais ilhas da Ásia, dando-se destaque para algumas ilhas, como por exemplo, a ilha de Ceylão que pertencia à Inglaterra.

Na **lição VI** é realizada uma abordagem geral, acerca das penínsulas e cabos da Ásia. Segundo esta lição, a Ásia era constituída por oito penínsulas, divididas em quatro grandes penínsulas, com destaque para a península (Índia-Sínica) e por quatro pequenas penínsulas, com destaque para a península de Malacca, localizada ao sul da Indo-China. Na parte final desta lição são listados os sete principais cabos presentes na Ásia, com destaque para o Cabo Oriental, localizado sobre o Estreito de Behring.

Na **lição VII** são citados os oito principais lagos da Ásia, com destaque para o lago Asphaltita ou Mar Morto, localizado entre a Turquia e a Arábia. Após listar os lagos asiáticos, são enumeradas as dez principais serras da Ásia, com destaque para o monte Cáucaso, entre o mar Cáspio e o mar Negro. No final da lição, são citados os montes mais notáveis da Ásia, com destaque para os montes Sinai e os montes Dawalagiri e Jawahir, ambos localizados na serra d'Himalaya e que segundo o autor, eram os picos mais altos do globo.

Na **lição VIII** são listados os principais rios da Ásia que, segundo o autor, eram dezenove, sendo divididos de acordo com o sentido da sua foz. Destes, três apresentavam sua foz no Norte da Ásia, com destaque para o Obi, três no leste da Ásia, com destaque para o Hoang-Ho ou Rio Amarelo e treze rios apresentavam suas fozes no sul da Ásia, destacando-se os rios Tigres e o Eufrates.

A **lição IX**, última lição desta secção, aborda a divisão das regiões da Ásia e destaca as divisões entre a Rússia e a Ásia, as divisões do império do Japão, do Império da China, da Índia Sínica, do Indostão, do Belutchistan, do Afeganistan, da Tartária Independente, da Pérsia, da Arábia e da Turquia asiática; listando ainda as principais cidades de cada um dos países acima mencionados.

A **secção III**, contém 7 páginas divididas em oito lições e traz temas relacionados aos limites da África, regiões da África, golfos e estreitos da África, ilhas e cabos da África, dentre outros.

A **lição I** aborda os limites da África que, segundo GAULTIER (1838, p.64), era limitada ao norte pelo Mediterrâneo, a leste pelo istmo de Suez que a une à Ásia pelo Mar Vermelho e pelo Mar das Índias; ao sul pelo Grande Oceano e a oeste pelo Oceano Atlântico. Esta lição se resume basicamente na citação da localização geográfica da África.

Na **lição II** são estudadas as regiões da África, a qual apresentava um quantitativo, segundo o autor, de dezesseis regiões, sendo divididas em: duas do Mediterrâneo, compostas pelo Egito e a Barbária; quatro na costa do Oceano Atlântico, compostas pelo Sahara¹⁸ ou Grande Deserto, Senegâmbia,

Guiné e pelos países dos Hottentotes; uma na costa do Mar do Sul, composta pelo governo do Cabo da Boa Esperança; cinco na costa do Mar das Índias, compostas pela Cafraria Própria, Monomotapa, Governo de Moçambique, Zamguebar e por Ajan; duas na costa do Mar Vermelho, compostas pela Abyssinia e por Nubia; duas no centro, compostas por Nigrícia ou Sudan e por uma vasta região desconhecida entre a Guiné e o Zaguebar.

Na **lição III** são listados os principais golfos e estreitos da África. Os principais golfos eram quatro, sendo contituídos pelo golfo de Sidra ou Syrte, pelo golfo de Cabes, pelo golfo de Guiné e pela baía da Lagoa na Cafraria. Quanto aos estreitos, são listados nesta lição três: o estreito de Gibraltar, localizado entre a Barbária e a

¹⁸ Segundo GAULTIER (1838, p.64), o deserto do Sahara era muito pouco conhecido no referido contexto histórico pelos estudiosos.

Espanha, o canal de Mocambique, localizado entre Moçambique e a ilha de Madagascar, o estreito de Bab-el-Mandeb localizado na entrada do Mar Vermelho.

Na **lição IV**, são citadas as ilhas notáveis da África, que eram constituídas por dezenove ilhas, com destaque para as ilhas dos Açores, ilha da Madeira, ilhas Canárias, ilhas do Cabo Verde e ilha de Madagascar.

É importante destacar que nesta lição é feita uma separação entre as ilhas da África, pertencentes às potências europeias,¹⁹ das demais. São destacados os franceses, com o domínio de quatro ilhas; os Ingleses com o domínio de seis ilhas; os Espanhóis com domínio de cinco ilhas e Portugal, o qual apresentava o domínio de um número maior de ilhas, como se segue:

Que ilhas d' Africa pertencem aos Portuguezes?

Os Açores que se compoé de dois grupos, que são o da ilha de S. Miguel, capital Ponta Delgada, a ilha de Santa Maria, e a da Terceira capital Angra, ilhas do Faial capital Horta, Pico, Flores, Gracioza, e Corvo, as ilhas da Madeira, capital Funchal, e a de Porto Santo, as ilhas do Cabo Verde, que são Dez, a saber: Santiago, que he a principal, Santo Antão, Fogo, S. Nicoláo, Boa Vista, Maio, S. Vicente, Sal, Santa Luzia, e Brava; e em fim as ilhas de S. Thomé e do Príncipe (GAULTIER, 1838, p. 66 e 67).

Na **lição V** são estudados os principais cabos da África, sendo compostos por quinze cabos, com destaque para os cabos da Boa Esperança, cabo Verde e os cabos Bojador. Esta lição é pequena, sendo reservada apenas na citação destes cabos e suas localizações geográficas.

Na **lição VI** são listados os principais lagos e montanhas da África, com destaque para o lago Menzaleh, formado por dois antigos braços do Nilo. Na parte final da lição são citadas as principais montanhas da África, sendo compostas por oito, destacando-se as montanhas de Madagascar e os Montes da Lua, localizados no centro da África.

A **lição VII** é dedicada ao estudo dos principais rios da África, que são sete, destacando-se o rio Nilo, o Niger e o Gâmbia. Ainda nesta lição, de maneira rápida,

¹⁹ Neste contexto histórico a África passava pelo processo de colonização por metrópoles europeias, conhecido também como neo-colonialismo.

é mencionado o curso dos referidos rios com os locais de suas nascentes e desembocaduras.

A **lição VIII**, última lição desta secção, traz uma abordagem das divisões dos principais países da África dando ênfase ao Egito; á Barbária; Guiné e Nigricia ou Sudan, destacando as partes de cada um destes países. Na parte final desta lição são citadas as possessões da África que pertencem aos Estados da Europa, como França, Portugal, Inglaterra, Espanha e Dinamarca.

Na **secção IV** são dedicados temas relacionados à América, dentre os quais destacamos as regiões da América, mares da América, golfos e estreitos da América, principais ilhas, penínsulas, cabos, montanhas, lagos da América, dentre outros temas. Esta secção apresenta um quantitativo de doze páginas divididas em nove lições.

A **lição I** aborda a divisão geral da América, conhecida também como Novo Mundo. Ela se resume na citação da localização e das divisões macro da América que, segundo o autor:

Mestre. Como se divide a América?

Discipulo. A américa, a que também se chama Novo Mundo, divide-se em dois grandes continentes: a América septentrional e a América meridional, unidas pelo isthimo do Panamá (GAULTIER, 1838, p. 71).

Na **lição II** são estudadas as regiões da América, sendo citadas as seis regiões que compunham a América Septentrional: a América Russa, a Groenlândia, a América Inglesa ou Nova Bretanha, capital Quebec; os Estados Unidos, capital Washington; o México, capital México; Guatimala, capital Guatimala.

A América meridional, segundo GAULTIER (1838, p.71) era dividida em dez regiões compostas pela Colômbia, capital Santa Fé de Bogotá; o Peru, capital Lima; o Alto Peru ou Bolívia, capital Chuquisaca ou La Plata; o Chili, capital Santiago; a Patagônia, que era pouco habitada; a Prata, capital Buenos-Ayres; o Uruguay, capital Monte-Video; o Paraguay, capital Assumpção; o Brasil, capital Rio de Janeiro e a Guiana, cidades principais Caenna, Paramaribo e Stabrock.

São estudados na **lição III** os mares da América, com um total de seis, e que, segundo esta lição, eram compostos pelo Oceano Glacial e o mar de Baftin, localizados ao norte; pelo Oceano Atlântico e o mar da Antilhas ou Caraíbas, localizados a este; pelo Grande Oceano ou Oceano Pacífico e o Mar de Behring, localizados a oeste.

Na **lição IV** são abordados os golfos e estreitos da América. Quanto aos golfos, segundo o autor, eram divididos em grandes, com um quantitativo de quatro, apresentando destaque o golfo do México e por treze pequenos golfos, subdivididos em onze, no oceano, com destaque para a baía de Fundy, localizada ao sul do São Lourenço; a baía de Todos os Santos, a este do Brasil e por dois golfos pequenos no Grande Oceano: as baías ou golfos de Guayaquil e de Panamá, localizados a oeste da Colômbia.

Na **lição V** são estudadas as principais ilhas da América, sendo realizada uma citação densa das inúmeras ilhas americanas. Estas, segundo a lição, eram divididas em sete partes: as ilhas ao norte da baía de Hudson, as Ilhas no golfo de São Lourenço, as Ilhas no oceano Atlântico, as ilhas entre o oceano Atlântico e o mar das Antilhas, as ilhas ao sul da América, as ilhas no Grande Oceano e as ilhas de Behring.

Esta lição se dedica a listar os nomes de todas as ilhas, bem como a destacar as ilhas que pertencem às potências europeias, como Inglaterra, com destaque para as ilhas das Bermudas, Granada, e de Cabo Bretão; Dinamarca, ilhas de São Thomas e Santa Cruz; Suécia, ilha de São Bartolomeu; França, com destaque para as ilhas de Miquelon e Guadalupe; pelos países Baixos, com destaque para as ilhas de Santo Estáquio e pela Espanha, com a possessão da ilha de Cuba e de Porto Rico.

A **lição VI** traz a citação das principais penínsulas e cabos da América. Quanto às penínsulas, são sete, com destaque para a Groelândia, para a Flórida e Alasca. Já os principais cabos apresentam um quantitativo de quinze no Oceano Atlântico, com destaque para o Cabo Bretão e o Cabo São Roque, localizados a este do Brasil e por três, no mar Pacífico, com destaque para o Cabo Ocidental, oposto ao Cabo Oriental na Ásia.

Na **lição VII** são estudados os lagos, montanhas e os vulcões da América. São listados, na primeira parte desta lição, os principais lagos da América, que apresentavam um quantitativo de onze, com destaque para os lagos Michigan, Macaraíbo e o Lago do Patos, localizado ao sul do Brasil.

Na metade dessa lição, é feita a citação dos nomes das quatro cordilheiras da América que, segundo o autor eram:

Quantas cordilheiras ha na America? Quatro: os montes Apalaches ou Alleghanys, que atravessão os Estados Unidos de S.O a N.E. ; os montes Rochozos e os montes de los Mimbres, que atravessão a America septentrional de N. a S. ao longo da costa do Grande- Oceano. Nesta cordilheira fica o Chimborazo, na Colombia, que he a montanha mais alta da America (GAULTIER, 1838, p.77).

Na última parte dessa lição são identificados os cinco vulcões da América, que são o Monte Santo Elias, localizado na América Russa; o monte Popocatepelt, no México; o Cotopaxi e o Pichincha, na Colômbia e o vulcão de Arequipa no Peru.

A **lição VIII** aborda os principais rios presentes na América que, segundo a lição, eram compostos por doze notáveis rios, sendo divididos seis na América septentrional, com destaque para os rios Mackensie e Mississipi; seis rios na América meridional, com destaque para os rios Amazonas e da Prata.

Após listar os nomes dos rios e suas respectivas localizações geográficas, é feita uma discussão acerca do local de nascente, curso e desembocadura dos principais rios da América: Rio São Lourenço, Mississipi, Orenoco, Tocantim, rio da Prata e o rio Amazonas que, segundo o autor:

Onde nasce o Amazonas, etc.? O Rio das Amazonas ou Maranhão, que he o maior rio da terra, nasce nas Andas, separa o Peru da Colombia, banha o norte do Brazil, recebe muitos afluentes, entre outroso Ucayalé, o Rio-Negro, o Madeira, o Topayos e o Xingu, e se lança no Oceano depois de hum curso de 1,000 a 1,100 leguas (GAULTIER, 1838, p.79).

Na **lição IX**, última lição desta secção, é estudada a divisão das regiões da América, destacando-se a divisão dos territórios que compunham a Nova Bretanha, dos Estados Unidos, da República do México, da República de Guatimala, da República de Colômbia, da República do Peru, da República do Alto-Peru, da República do Chili, da República da Prata, a República Oriental do Uruguay, Guiana e pelo Brasil.

O Brasil, segundo GAULTIER (1838, p.81e 82), apresentava dezoito províncias, que eram constituídas por: Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catharina, São Pedro do Rio Grande Do Sul, Mato Grosso, Goyas, Minas Geraes, Espírito Santo; Bahia, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Parayba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Pará ou Grãa- Pará.

Nessa lição são listados os nomes das principais cidades, das principais partes, dos territórios e províncias dos países americanos, destacando-se as capitais de cada um dos mesmos.

A **secção V**, última da primeira parte, apresenta um quantitativo de quatro páginas, sendo divididas em seis lições, as quais abordam temas relacionados à Oceania e, dentre os quais, destacam-se: a extensão e divisão da Oceania, a Notasia, a Austrália, a Polinésia, os principais estreitos da Oceania e possessões Européias na Oceania.

Na **lição I**, é citada a localização geográfica da Oceania, que de acordo com a lição:

Mestre. Quaes são as regiões que se compreendem debaixo do nome de Oceania?

Discipulo. O continente da Nova- Holanda, as ilhas, que estão entre a Asia e a Nova-Hollanda, e todas as que estão espalhadas no Grande-Oceano ou mar Pacífico.

Como se divide a Oceania? Em três partes: Notasia, Australia e Polynesia (GAULTIER, 1838, p.83).

A **lição II** traz a discussão sobre a Notasia, que de acordo com a lição, apresentava uma divisão em três grupos de ilhas: as ilhas de Sonda, as Moluscas e as Philipinas. Nesta lição são citadas as principais cidades da Notasia.

Na **lição III**, o estudo é sobre a Austrália e sendo esta composta por:

Mestre. O que comprehende a Australia?

Discipulo. A Nova-Holanda, a Terra de Diemem, a Nova Guiné, a Nova-Irlanda, a Nova Bretanha, as ilhas Salomão, as Novas Hebridas ou Archipelago do Espirito Santo, A Nova-Caledonia e a Nova Zelanda (GAULTIER, 1838, p. 84).

Após fazer a citação das partes que compunham a Austrália, são citadas as partes conhecidas da Nova Holanda, com destaque para a cidade de Sydney.

Na **lição IV** é listada a divisão da Polinésia em duas partes: a Polynésia Septentrional, com destaque para as Ilhas Marianas e as ilhas Carolinas e a Polynésia Meridional, com destaque para as Ilhas dos Navegadores e a Ilha de Páscoa.

A **lição V** se resume na citação direta dos principais estreitos da Oceania, dentre os quais, se destacavam os estreitos de Malacca, localizado entre a península de Malacca e a ilha de Sumatra e o estreito de Sonda, entre as ilhas de Sumatra e de Java.

Na **lição VI**, última desta secção, são listados os nomes das possessões europeias na Oceania. A Inglaterra detinha a posse da Nova-Galles meridional, dentre outros estabelecimentos. A Hollanda, com o domínio das ilhas de Sumatra, maior parte da ilha de Java, dentre outras ilhas. Portugal, que possuía parte da ilha de Timor e as de Solor e Espanha, com a posse das ilhas Marianas e Carolinas.

A segunda parte, intitulada *NOÇÕES DE GEOGRAPHIA, HISTÓRIA, PHISICA E POLITICA*, é composta por cinco secções, relacionadas à Europa, Ásia, África, América e Oceania, apresentando um total de cento e oitenta e cinco páginas, sendo divididas em cinquenta lições e uma lição preliminar, com temas relacionados à população, raças, línguas, governos das partes do mundo.

Na **lição preliminar** desta parte, é estudada a população, raças de homens, graus de civilização, línguas e governos do globo. É feita uma citação acerca da quantidade de habitantes presentes no mundo, no referido contexto histórico que, de acordo com o autor:

Mestre. Qual he a população do globo?

Discipulo. He de 738.000.000 de individuos, pouco mais ou menos, a saber: 222 milhões na Europa; 390 na Asia; 60 na Africa; 39 na América; 21 na oceania. A Europa he, proporcionalmente á extensão, a mais povoada parte do mundo (GAULTIER, 1838, p.91).

Como fica explícito, a Ásia e a Europa se constituíam nas partes mais populosas do mundo. Já a América e Oceania nas menos populosas.

Após quantificar a população total do planeta, são mencionadas as principais raças que dividiam os habitantes da terra que, segundo a lição, eram: a raça branca, que ocupava as partes centrais do antigo continente, e cujas características eram a pele branca, os cabelos compridos e o semblante oval; a raça oriental do antigo continente, que habitava na Ásia Além-Guandes, de cor amarela, cabelos negros e ásperos e a cabeça quase quadrada; a raça americana de cor de cobre, que habita na América, a raça malaia, que habita na Oceania e a raça preta, espalhada na maior parte da África, cujas principais características são a cor negra, os cabelos como lã, o semblante convexo e os beiços grossos.

Percebe-se uma noção de determinismo geográfico neste livro para explicar as diferenças entre as espécies humanas no planeta, como fica explícito:

A que se devem attribuir estas notáveis diferenças em entes, que não formão senão huma espécie e tem todos a mesma origem?

A influencia do clima, dos alimentos, do modo de vida, das moléstias e de certos usos (GAULTIER, 1838, p.92).

Segundo esta lição, os povos eram divididos de acordo com o seu modo de viver, em seus progressos e suas artes, em três classes: selvagens, ordinariamente nômades; bárbaros ou meio civilizados, com conhecimentos muito limitados e não apresentando combinação entre si e os povos civilizados, os quais apresentam seus conhecimentos em forma de ciências, cultivam as letras e as belas artes e respeitam a vida e a propriedade dos cidadãos não armados.

As principais religiões no mundo, neste contexto histórico, segundo o autor, eram: o judaísmo, o cristianismo, o mahometismo ou islamismo, o bramismo, o fetichismo. É ainda feita uma breve contextualização das referidas religiões nesta lição.

É dedicada também, nesta lição, a enumeração e origens das principais línguas da Europa, compostas pela portuguesa, francesa, alemã, holandesa, dinamarquesa, sueca, norueguesa, inglesa, russa, húngara, polaca, bohêmica, grega e a turca; da

Ásia, composta pela turca, persa, oïghur, mantchu, chinesa, japonesa, malaia e o sânscrito e da África, composta pela árabe, caphta e a berbere.

São citadas ainda, as línguas da Europa, que são faladas na América, como a inglesa, a espanhola, a portuguesa e a francesa. São destacadas as Colônias, Possessões, países e Repúblicas americanas influenciados por estas línguas.

Na última parte desta lição são citadas e conceituadas as diferentes formas de governos estabelecidas entre os povos civilizados do planeta, como o governo monárquico, o governo aristocrático e o governo democrático.

A **Secção I** aborda a Europa, em seus aspectos históricos, populacionais, naturais e de governos. Ela é composta por um quantitativo de noventa e nove páginas, sendo divididas em dezenove lições.

A **lição I** estuda as Ilhas Britânicas, trazendo uma discussão acerca de sua origem e povos que habitavam a região, bem como as curiosidades notáveis, sua população, religião, governos, condados, cidades e ilhas com particularidades notáveis.

A **lição II** aborda a Dinamarca, dando ênfase à sua história e povo originário, como também o estilo de sua população, religião, governo, cidades notáveis e cidades mais notáveis.

Na **lição III**, há um estudo sobre a Noruega, descrevendo os fatos mais memoráveis de sua história, seu clima, suas principais produções, aspectos de seu território, curiosidades, população, governo, religião e cidades notáveis da Noruega.

A **lição IV** trabalha a Suécia destacando os povos que a ocuparam no passado, a região, seu clima, sua produção, seus aspectos naturais, seu povo, sua produção animal, sua população e suas cidades notáveis.

Na **lição V**, há um estudo sobre a Rússia da Europa, destacando os antigos povos que ocupavam a Rússia e quando saiu da barbárie, a extensão do Império Russo, os diferentes climas, aspectos naturais de seu terreno, principais produções, principais produtos de exportação, principais canais, os diferentes povos que habitavam a Rússia, sua população, religião, seu governo, suas cidades notáveis.

A **lição VI** discorre acerca da França, apresentando as noções históricas, clima, produções, canais, comércio seus portos. Destacam o processo histórico e mudanças na configuração territorial francesa com o passar dos tempos, suas divisões no que se refere ao culto católico, no sentido militar, nos departamentos e destaca suas cidades notáveis.

Na **lição VII** é estudada a Holanda em seus fatos históricos mais notáveis, sua produção, seu clima, sua população, religião, governo e suas cidades notáveis.

A **lição VIII** trabalha a Bélgica, estudando a história de sucessivas dominações, até Carlos V, as mudanças sofridas em seu território de Carlos V até o referido contexto histórico do livro, os aspectos que apresentam seu terreno, sua produção, sua população, língua, religião, governo e suas belas artes.

A **lição IX** estuda a Alemanha ou Confederação Germânica, destacando os antigos povos, as principais revoluções, pelas quais passou a Alemanha desde a conquista de Carlos Magno, até 1512, as mudanças pelas quais passaram de 1512 até 1815, os aspectos que apresentam seu terreno, sua produção, sua população, religião, governo e suas cidades notáveis.

A **lição X** aborda a Prússia, estudando sua origem, os aumentos de seu território desde o século XVIII, sua população, religião, as cidades notáveis da Prússia nas províncias que fazem parte da Confederação Germânica e as cidades notáveis da Prússia nas províncias que estão fora da Confederação Germânica.

Na **lição XI** é apresentado o estudo sobre o Reino da Polônia, destacando as suas principais épocas históricas, os seus aspectos naturais, seu clima, sua população, governo, religião e suas cidades notáveis.

A **lição XII** estuda a Hungria, discorrendo sobre suas principais épocas históricas, seus aspectos naturais, suas principais produções, sua população, sua religião, governo e suas cidades notáveis.

Na **lição XIII**, é abordada a Áustria, destacando suas principais épocas históricas, sua população, religião do Império da Áustria, as cidades notáveis da Áustria, nas

províncias que faziam parte da Confederação Germânica e as cidades notáveis da Áustria, nas províncias que eram fora da Confederação Germânica.

A **lição XIV** traz uma discussão acerca da Suíça, estudando as suas principais épocas históricas, seus aspectos naturais, seu clima, principais curiosidades naturais, sua população, seu governo, religião, suas línguas, particularidades da indústria e de suas produções, cidades notáveis nas partes católicas, nas partes protestantes e nas partes mistas.

Na **lição XV** é estudado Portugal, trazendo em sua análise os povos que ocuparam a região de Portugal até 1093, dando ênfase à história de D. Afonso Henriquez, sucessor de D. Henrique; os aspectos do terreno de Portugal, seu clima, suas principais produções, sua população, seu governo, sua religião; sua divisão eclesiástica, sua divisão no sentido militar, no sentido jurídico e suas povoações mais notáveis.

A **lição XVI** estuda a Espanha, percorrendo acerca de suas principais épocas históricas, seus aspectos físicos, seu clima, suas principais produções, suas curiosidades mais notáveis, sua população, seu governo, sua religião, suas povoações mais notáveis e suas cidades mais notáveis.

Na **lição XVII** é abordada a Itália, destacando-se suas principais épocas históricas desde a fundação de Roma, 752 A.C até Carlos Magno, as principais mudanças políticas desde Carlos Magno até o referido contexto histórico deste livro; os seus aspectos físicos, seu clima, suas principais produções, seu comércio, sua população, sua religião, seu governo, principais Estados, suas cidades notáveis, ilhas notáveis dependentes da Itália e suas principais curiosidades naturais.

A **lição XVIII** traz em seu estudo a Turquia da Europa, dando ênfase aos seus principais aspectos históricos, seu clima, aspectos principais de sua produção, o estado do seu comércio, da indústria e de sua civilização, sua população, sua religião, suas formas de governos, suas cidades notáveis e suas ilhas que apresentavam alguma particularidade notável.

Na **lição XIX**, última lição desta seção, é estudada a Grécia, pontuando seu estado atual, o processo de criação do novo Estado da Grécia, seu clima, seus aspectos físicos, suas principais produções, suas cidades e lugares notáveis e suas ilhas que apresentavam alguma particularidade notável.

A **Secção II** aborda a Ásia, em seus aspectos históricos, populacionais, naturais e de governos. Ela é composta por um quantitativo de vinte e nove páginas sendo divididas em onze lições.

A **lição I**, desta secção, trabalha as considerações sobre a Ásia, sendo destacado o que distingue a Ásia das outras partes do mundo que, de acordo com o autor:

Mestre. O que distingue a Asia das outras partes do mundo?

Discipulo. Ella foi o berço do genero humano, o das artes e das sciencias; foi a séde das primeiras e maiores monarquias; dalli se espalhárão os homens por todo o universo, e levárão comsigo os seus conhecimentos e a sua historia. Na Asia em fim tiverão origem as quatro crenças religiosas em que a terra está desigualmente dividida (GAULTIER, 1838, p. 194).

Nessa lição são estudados, ainda, os governos da Ásia, os costumes dos asiáticos como os da Ásia meridional que, de acordo com a lição, “são effeminados, ociozos e amão os prazeres; tem o espírito penetrante, a imaginação viva e a elocução muito empolada”.

Na **lição II** são abordadas a Rússia e a Ásia, destacando as suas duas partes principais: a Sibéria e o país ao sul do Cáucaso; a história de conquista da Sibéria pelos Russos; os aspectos apresentados no norte deste país com seu clima, suas principais produções, a população da Sibéria, suas cidades notáveis, as principais províncias presentes ao sul do Cáucaso com seu clima e as cidades notáveis destas províncias.

A **lição III** estuda o Japão, dando ênfase ao seu clima, suas principais produções, os principais produtos da indústria, como a seda e a porcelana, sua população, seu governo e suas cidades notáveis.

Na **lição IV** é destacado o Império da China, abordando os seus aspectos naturais, seu clima, as principais produções, sua população²⁰, sua religião, seu governo, as particularidades notáveis da história da China, os seus costumes e suas cidades notáveis.

A **lição V** traz em seu estudo a Indo-China, destacando os seus aspectos naturais, seu clima, as produções da península além Ganges, as particularidades dos seus habitantes, sua população, sua religião e suas cidades notáveis.

Na **lição VI** é estudada a Índia ou Indostão, apresentando os fatos mais memoráveis de sua história, seus aspectos naturais, seu clima, sua produção, sua crença religiosa, abordando sua divisão em castas, o carácter distintivo deste povo, sua população, suas cidades notáveis e as ilhas vizinhas.

A **lição VII** aborda o Beluchistan e Afghanistan, destacando as particularidades sobre o Beluchistan, as particularidades de seu clima e sua população. Na parte final desta lição são citadas as cidades notáveis do Afghanistan.

Na **lição VIII** é trabalhada a Tartária Independente ou Turkestan, estudando os seus aspectos naturais, os principais povos habitantes, sua população e suas principais cidades.

A **lição IX** aborda a Pérsia ou Iran, dando destaque ao seu terreno, ao seu clima, às suas principais produções, às suas população, religião e seu governo. Ainda é trabalhada a maneira como os persas se distinguiam, com eram divididos e suas cidades mais notáveis.

Na **lição X** é estudada a Arábia, discorrendo sobre os seus aspectos naturais, seu clima, sua produção, sua população, suas particularidades históricas, seu governo, sua religião e suas principais cidades.

A **lição XI**, última lição desta secção, estuda a Turquia da Ásia, destacando os povos que dominaram as províncias que compunham a Turquia da Ásia no referido

²⁰ A China já era neste contexto, de acordo com GAULTIER (1838, p.201) o país mais povoado do mundo com uma população de 170.000.000 de habitantes.

contexto histórico, os seus aspectos naturais, seu clima, sua população seu governo, sua religião, seu comércio, sua indústria, suas cidades mais consideráveis e suas ilhas com particularidades notáveis.

A **Secção III** estuda a África, em seus aspectos históricos, populacionais, naturais e de governos. Ela é composta por um quantitativo de quinze páginas sendo divididas em cinco lições.

A **lição I**, desta Secção, aborda as considerações gerais sobre a África, destacando quando foi possível conhecer todas as costas da África, que segundo o autor, só foi possível em:

Discipulo. Desde o seculo xv sómente. Os Portuguezes dirigidos pelas instruções e luzes do grande Infante D. Henrique filho d' El- Rey D. João I. , e depois pelas dos que procurarão imitallo, comecarão as suas descobertas, nesta parte do mundo, e finalmente forão elles os primeiros, que dobrarão o cabo Bojador e fizerão o giro d' estavasta penisula (GAULTIER,1838, p.226).

Nessa lição é estudado o clima da África, os seus aspectos naturais, suas principais produções: vegetais, minerais, principais produções animais, principais raças de homens (os Mouros, os Negros e os Cafres), religiões, governos e o estado de sua civilização²¹.

Na **lição II** é abordado o Egito, discorrendo sobre as principais revoluções pelas quais este país tem passado desde os tempos mais remotos, seus aspectos naturais, a causa da sua fertilidade, seus animais e vegetais particulares, suas duas doenças particulares, os diferentes povos que habitam o Egito, suas cidades mais notáveis, os monumentos mais notáveis e suas curiosidades naturais.

A **lição III** trabalha a Barbária, destacando os povos que, em outros tempos, habitavam este país, os povos habitantes, o seu governo, sua população, os aspectos naturais, as principais produções e suas cidades notáveis.

²¹ Não só as ciencias e as letras, mas a agricultura e todas as artes uteis à vida ali estão em desprezo, na infancia, ou inteiramente desconhecidas. Só se encontra principio de civilização nas costas do Mediterraneo, do Mar Vermelho, e em alguns sítios ultimamente explorados na Nigricia (GAULTIER, 1838, p. 229).

Na **lição IV** são estudadas as cidades notáveis das outras regiões da África, dando ênfase à cidade do Cabo, sua fundação, posição geográfica; Moçambique, sua localização geográfica, a sua dominação por Portugal; Melinde e Mombaça, sua dominação pelos portugueses e posteriormente pelos ingleses e a cidade de Sennaar.

A **lição V**, última desta secção, aborda as ilhas da África, destacando as ilhas no Oceano Atlântico que apresentavam alguma particularidade com as ilhas de São Miguel e Santa Maria e as ilhas no mar da Índia que apresentavam alguma particularidade com a ilha de Bourbon e a ilha de Maurícia ou de França.

A **Seção IV** estuda a América em seus aspectos históricos, populacionais, naturais e de governos. Ela é composta por um quantitativo de vinte e sete páginas sendo divididas em doze lições.

A **lição I** desta secção, intitulada: Descoberta, População e Religiões da América, aborda a descoberta da América e de quem recebe o nome, que de acordo com o autor:

Discipulo. A America foi descoberta em 1492 por Christovão Colombo, navegador Genovez, que estava ao serviço d' Hespanha. A primeira terra em que abordou foi a ilha de Guanaham, que chamou S. Salvador. Em 1497, o Florentino Americo Vespuccio, fez huma relação d' ella, que foi a primeira, que aparece a respeito d' esta parte do mundo, à qual elle deo o seu nome (GAULTIER, 1838, p.241).

É feita uma divisão dos habitantes da América em quatro classes: brancos europeus, índios, negros e raças mistas. Nesta lição, ainda, são trabalhadas as religiões que se professavam na América e as formas de governos dos diversos Estados da América.

Na **lição II** é estudada a América Russa, Groelândia e Nova Bretanha, percorrendo sobre suas particularidades, seus climas, suas populações, suas produções, suas curiosidades naturais, os povos que habitavam a Nova Bretanha e algumas particularidades das ilhas que dependiam da Nova Bretanha.

A **lição III** trabalha os Estados Unidos, destacando a origem desta República e sua rápida expansão, sua população, seu clima, suas produções, suas principais tribos indígenas e suas cidades notáveis.

Na **lição IV** são estudados o México e a Guatemala. Na primeira parte desta lição discorre-se sobre as revoluções pelas quais o México passou, sua população, seus aspectos naturais, seu clima, suas produções e suas cidades notáveis.

Na parte final, é descrita a origem do Estado da Guatemala, sua população, o povo indígena mais notável (os Mosquitos), seu clima, suas curiosidades naturais, suas produções e sua única cidade notável: Guatemala.

A **lição V** aborda a Antilhas, discorrendo sobre o fato de que as Antilhas eram habitadas em tempos passados e por que era habitada no referido período histórico, seu clima, suas produções, suas ilhas e cidades principais.

Na **lição VI** é trabalhada a Colômbia, destacando-se como se formou a República da Colômbia, seu clima, seus aspectos naturais, suas produções, suas principais tribos indígenas e suas cidades notáveis.

A **lição VII** estuda o Peru, destacando o seu antigo Estado (Incas) e o seu Estado no atual contexto histórico deste livro, seus aspectos naturais, seu clima, sua população, suas produções e suas cidades notáveis.

Na **lição VIII** é trabalhado o Alto Peru, estudando a origem da República do Alto Peru (Bolívia), sua população, seus aspectos naturais, suas produções, o lago Titicaca (lago notável que ficava entre o Peru e o Alto Peru e suas cidades notáveis).

A **lição IX** estuda o Chile, dando ênfase à sua população, ao seu estado político, seus aspectos naturais, suas principais produções e suas cidades notáveis.

Na **lição X** são abordados a Patagônia, La Plata (prata) e Paraguai. No início da lição são estudadas algumas das particularidades da Patagônia, o processo histórico de formação da Prata e Buenos Aires, seus aspectos naturais, sua população, suas produções, sua única cidade notável (Buenos Aires).

Na parte final desta lição, e trabalhado o Paraguai, destacando-se algumas de suas particularidades históricas, seus aspectos naturais e suas principais produções.

A **lição XI**, em suas oito páginas, dedica-se aos estudos do Brasil e aborda na sua introdução algumas das particularidades da história (1500 a 1825) do Brasil desde seu descobrimento, como também a exaltação dos conflitos travados pelos portugueses com os invasores.

Segundo o autor, o clima do Brasil se caracterizava por apresentar:

... O clima do Brazil he geralmente temperado, e não se conhecem nelle senão duas estações, que he a seca e das chuvas (GAULTIER, 1838, p. 260).

O governo do Brasil se caracterizava, de acordo com a lição, por ser monárquico, hereditário, representativo. Os seus poderes políticos eram o legislativo, o moderador, o executivo e o judiciário. A representação nacional compunha-se de um senado, uma câmara de deputados ou representantes.

São abordadas algumas das particularidades sobre as divisões administrativa, militar, judicial e eclesiástica do Império do Brasil. A população brasileira apresentava um quantitativo estimado de 5.000.000 de habitantes.

Na parte final desta lição, são citadas as cidades notáveis das províncias do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catharina, São Pedro do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goyas e de Minas Gerais.

Na **lição XII**, última desta secção, trabalha a Guyana, situada entre o Orenoco e o Rio das Amazonas. Segundo a lição, parte desta região pertencia ao Brasil e outra parte à Colômbia e o resto aos franceses, ingleses e aos holandeses.

Na parte final desta lição, são estudados os aspectos naturais da parte da Guyana que pertencia aos europeus, seu clima, suas produções e as cidades mais notáveis.

A **secção V**, última da segunda parte, traz em seus estudos a Oceania. Apresenta um quantitativo de onze páginas sendo, divididas em três lições.

Na **lição I**, desta secção, são abordadas as considerações gerais sobre a Oceania, destacando a história de conhecimento sobre as terras da Oceania, a divisão dos habitantes da Oceania em Malaios e em Negros, a sua religião, seu governo e os usos mais notáveis pelos seus habitantes como dos insulares oceânicos, que andavam quase nus.

A **lição II** trabalha a Notasia, discorrendo sobre seus aspectos naturais, seu clima, suas principais produções e as suas principais ilhas notáveis, como as de São Borneo, Sumatra e Java, destacando as produções destas ilhas e os costumes de seus habitantes.

Na **lição III**, última desta secção, são estudados a Austrália e a Polynesia. São dadas ênfases ao clima, aos aspectos naturais e às principais produções destes países, como também realizada uma discussão acerca da história de descoberta das principais ilhas da Austrália pelos holandeses e ingleses e das principais ilhas da Polynesia pelos espanhóis e holandeses.

A terceira parte, última deste livro, intitulada *ELEMENTOS DE COSMOGRAPHIA* é composta por um quantitativo de cinquenta páginas, sendo divididas em vinte lições e uma preliminar, que abordam temas relacionados à Geografia astronômica, noções de geometria, de localização geográfica de movimentos da terra, estações do ano, dentre outros.

Na **lição preliminar** são estudadas as “noções geometricas necessarias para a intelligencia da Geoghafia Astronomica”. Na introdução desta lição são explanados os conceitos de corpo e de superfície, como se segue:

Mestre. Que hé hum corpo?

Discipulo. He tudo o que tem extensão, largura e grossura, ou profundidade: quando o corpo he perfeitamente redondo, chama-se-lhe globo, esfera, ou bola.

Que hé superficie? He o que termina o corpo. A superficie só tem duas dimensões, a da largura e a da extensão (GAULTIER, 1838, p.277).

Ainda, nesta lição, são trabalhados os conceitos de linha, linha reta, linha curva, linhas paralelas, linha perpendicular, linha horizontal, linha vertical, ângulo, ângulo reto, ângulo agudo, círculo, raio, diâmetro, arco de círculo, círculos paralelos, elipse,

esferóide, divisão da circunferência de qualquer círculo, graus, minutos, e segundos de um círculo, quantidade de ângulos que formam dois diâmetros, procedimento de marcar a medida de qualquer ângulo, relação aproximada do diâmetro para a circunferência, conceito de eixo e pólos da esfera.

A **lição I** intitulada: “Do Universo em Geral”, estuda, em sua parte inicial, o conceito de cosmografia que, segundo o autor, era:

Mestre. Que entedeis por cosmographia?

Discipulo. A descripção do universo: chama-se universo o todo dos corpos, que Deos creou: taes são os astros suspensos sobre noças cabeças, a agua, a terra que habitamos, e o ar que respiramos. Chama-se céu o immenso espaço onde vemos o sol, a lua e todas as estrellas. Chama-se firmamento a parte de céu, que de nós fica mais distante (GAULTIER, 1838, p.281).

Como fica explícito no texto acima, há existência do forte viés religioso, com sua visão criacionista, imbricada na cosmografia deste período histórico, para a explicação do universo e da terra.

Esta lição discorre, ainda, acerca das diversas espécies de astros, dos astros errantes, dos astros luminosos, dos astros opacos, da divisão dos astros em relação à nossa vista (astros aparentes e astros telescópicos), e das forças de atração e repulsão.

A **lição II** estuda os sistemas de Ptolomeu e de Copérnico, destacando, em sua parte inicial, a explicação do sistema de Ptolomeu segundo o qual:

...colloca a terra fixa no centro do universo; faz girar em torno d' este globo, d' oriente para o occidente, no espaço de 24 horas, todos os astros e os differentes céos. O movimento regular, que se chama *diurno*, produz a constante e perpetua vicissitude do dia e da noite. Segundo este systema, os planetas girão em torno da terra na seguinte ordem de distancia: 1º a Lua, 2º Mercurio, 3º venus, 4º o sol, 5º Marte, 6º Jupter, 7º Saturno; segue-se depois o firmamento, ou o céu das estrellas fixas, collocadas a distancias, que não podem medir (GAULTIER, 1838, p. 284).

Após discorrer acerca do sistema de Ptolomeu, é realizada nesta lição a explicação do sistema de Copérnico, segundo o qual: coloca o sol no centro do mundo, e faz girar os planetas em torno deste astro na ordem de distância e no tempo indicado na figura a seguir.

TABCA DO SYSTEMA PLANETARIO.

SIGNAS.	NOMES dos PLANETAS.	SUA DISTANCIA do sol EM LEGUAS de 20 ao grão.	VOLUME da terra tomada POR UNIDADE.	ROTAÇÃO em torno DE SEU EIXO.	REVOLUÇÃO em torno DO SOL.	EPOCA da DESCUBERTA.
☉	O SOL.	1:300.000	25 d. 16 h. 48'
☿	MERCURIO.	10:636.000	$\frac{1}{10}$	4 h.	2 mezes, 2 dias.	»
♀	VENUS.	19:846.000	$\frac{9}{10}$	23 h.	7 m. 14 d. 16 h. 42'	»
♁	A TERRA.	27:484.000	1	24 h.	365 d. 5 h. 48'. 45''. 30''' (He o nosso anno.)	»
♃	A LUA.	$\frac{1}{40}$	27 d. 7 h. 43' 4''	(He o nosso anno.)	»
♂	MARTE.	41:877.000	$\frac{1}{5}$	24 h. 30'	1 anno, 10 m. 22 dias.	»
♁	VESTA.	63:939.000	»	»	3 an. 8 m.	por
♁	JUNO.	73:057.000	»	»	4 an. 4 m. 10 d.	Olbers, 1807.
♁	CERES.	76:053.000	»	»	4 an. 7 m. 10 d.	Harding, 1804.
♁	PALLAS.	76.181.000	»	»	4 an. 7 m. 11 d.	Piazzi, 1801.
♃	JUPITER.	109:658.000	1,281	9 h. 56'	10 an. 10 m. 15 d.	Olbers, 1802.
♄	SATURNO.	262:160.000	974 $\frac{3}{4}$	10 h. 30'	20 an. 6 m. 16 d.	»
♅	URANO.	527:227.000	81 $\frac{1}{4}$	desconhecida.	84 an. 28 d.	Herschell, 1781.

Abbate Gaultier, Lições de Geografia, 1838, p. 286. Acervo: autor

Após conceituar e contextualizar estes dois sistemas são explicados, nesta lição, os motivos que levaram ao abandono do sistema de Ptolomeu e as razões que fizeram adotar o sistema de Copérnico.

Na **lição III** são trabalhados os pontos, linhas e círculos da esfera, destacando quais são as linhas e os círculos que se imaginam no céu para dar a razão dos diversos fenômenos que ali se observam que, de acordo com o autor:

Discipulo: pelas observações do curso dos astros para norte, se veio a conhecer, que huma estrella fica immovel em um ponto do céu, em quanto outras parecem descrever circulos tanto maiores quanto estão mais distantes da primeira: observou-se o mesmo phenomeno para a parte do sul, os dois pontos indicados a Norte e Sul forão chamados *polos do mundo*, e á linha, que os une dia-metralmente, deo-se o nome de *eixo*.

O maior circulo descripto entre estes dois pontos foi chamado *equador*.

Os circulos descripto pelas outras estrellas parallelamente a este ultimo forão chamados *parallelas* (GAULTIER, 1838, p.290).

Ainda sobre as linhas imaginárias, observadas no céu, são descritos os conceitos de meridiano, horizonte, zenit, nadir, ponto poente, ponto nascente, pontos cardeais, trópicos, círculos polares, zona zodíaco, equinócio, solstício.

Também são conceituados o eixo da terra e os pólos da terra (ártico e antártico). Segundo o autor:

Que he o equador terrestre? He hum grande circulo collocado a igual distancia dos pontos terrestres, e que corta a terra em duas partes iguaes, a saber : em *hemispherio septentrional*, e *hemispherio meridional*. Como

todos os círculos, o equador está dividido em 360°. Mas relativamente á marcha do sol, divide-se em 24 partes, das quaes cada huma comprehende 15° e corresponde a huma hora de tempo.

... Que he o meridiano? He hum dos grandes circulos da esfera, e que a corta em duas partes iguaes, a saber: em hemispheério oriental e em hemispherio occidental (GAULTIER, 1838, p.292-293).

Na parte final desta lição, são trabalhados os conceitos de horizonte, os quatro pontos cardeais (norte, sul, levante e o poente), trópicos (de Câncer e de Capricórnio), círculos polares (ártico e antártico), elíptica e o signos do zodíaco.

A **lição IV** traz em seus estudos o conceito do sol que, de acordo com GAULTIER (1838, p.297), é um corpo esférico e luminoso, colocado no centro de nosso sistema planetário. É para nós fonte de luz e de calor. É explanado acerca do tamanho do sol, comparando-o com o tamanho da terra, sua rotação estimado o tempo gasto pelos raios solares até a terra.

A **lição V**, intitulada, “Figura da Terra”, explica como se conhece que a terra é redonda. Para isto, apresenta três experiências para validar esta explicativa: 1º observação dos astros, 2º pelos fenômenos que se passam diante de nós quando viajamos, 3º pela volta que deram os navegantes em torno dela.

Na parte final é explicado o motivo da sustentação dos homens e de todos os corpos na superfície sem cair, pois são atraídos, de acordo com o autor, por uma força de que a terra é dotada.

Na **lição VI** é estudado o conceito de atmosfera que, de acordo com GAULTIER (1838, p.299), compõe-se de diferentes espécies de emanações, tais como as exalações da terra, o fumo, a evaporação dos rios e todas estas emanações combinadas produzem nevoas, chuvas e neves.

A **lição VII** aborda o tema “Estações”, discorrendo acerca das principais posições da terra durante seu movimento anual e como resultam as diversas estações (primavera, verão, outono e inverno), da inclinação de seu eixo.

A **lição VIII** trabalha o fenômeno conhecido como Precessão dos Equinócios, que, segundo o autor, é a diferença entre a alta do sol e a da terra. Ela faz com que o sol,

em relação à terra, pareça retrogradar nos signos do zodíaco um grau em setenta e dois anos, e um signo ou trinta graus em 2156 anos.

Na **lição IX** são estudadas as longitudes e latitudes que, de acordo com a lição, servem para marcar exatamente a situação dos lugares da terra. É explicado como se calculam a latitude e a longitude (em graus, °, minutos, ‘, e segundos, ”), como se pode marcar a longitude de um lugar, o meridiano de Greenwich (meridiano inicial, que divide a terra em ocidente e oriente) e a variação da extensão em léguas, dos graus da latitude e longitude nas diferentes partes da terra.

A **lição X**, intitulada, “Posição da Esfera”, discorre sobre a maneira de observação do céu pelos habitantes da terra. Segundo GAULTIER (1838, p.306), “os povos que habitam debaixo do equador veem a esfera na posição reta, os povos que moram no extremo polar do globo, se é que existem habitantes, veem a esfera na posição paralela e os que habitam entre o equador e os círculos polares veem na forma oblíqua”. É realizada a explicação, nesta lição, para cada uma destas três situações de observações do céu.

Na **lição XI** intitulada: “Os habitantes da terra comparados entre si, em relação às suas zonas e suas sombras,” é descrito como a terra está dividida pelos trópicos e pelos círculos polares, e que nomes se dão aos habitantes destas diferentes partes, em relação às suas sombras que, de acordo com o autor:

Discipulo: O globo terrestre he dividido pelos trópicos e circulos polares em cinco partes chamadas zonas, de huma palavra grega, que significa *cinta*; entre estas zonas há huma *torrida* ou ardente; duas *temperadas*, e duas *glaciaes* (GAULTIER, 1838, p. 307),

Os habitantes da zona tórrida eram chamados de *amphiscios* (duas sombras), os das zonas temperadas de heteróscios (sombras diferentes) e os das zonas glaciais *periscios* (sombra em torno). É feita ainda, nesta lição, a explicação destas três classificações.

A **lição XII** que apresenta o tema: “Os habitantes da terra comparados entre si, relativamente a suas latitudes e longitudes respectivas”, discorre acerca dos nomes que os habitantes da terra têm relativamente às suas respectivas latitudes e longitudes.

Segundo GAULTIER (1838, p.309,310), chamavam-se de *antioecios*, os povos que ficavam debaixo do mesmo meridiano, mas em paralelos opostos em igual distância em relação ao equador; de *perioecios*, os que estavam na mesma latitude (quer ao norte ou ao sul), mas debaixo de meridianos opostos e de *antipodas*, os povos que estavam em meridianos e paralelos opostos.

Na **lição XIII** intitulada: “Os habitantes da terra comparados entre si relativamente aos seus climas”, é trabalhado o conceito de clima, bem como a quantidade classificada naquele contexto histórico que, segundo o autor:

Discipulo: Clima he a porção da terra, que fica entre dois parallellos, e cujos habitantes os dias maiores ou menores, que os dos seus visinhos.

Toda a superficie do globo está dividida em sessenta climas: do equador a cada circulo polar contão-se seis climas, que differem entre si por meia hora de dia; dos circulos polares athé aos polos contão-se seis climas, que differem entre si por dias do tamanho de mezes (GAULTIER 1838, p.312).

Após conceituar e quantificar os climas do planeta é feita uma explicação sobre a proximidade e o afastamento e suas relações com a configuração dos mesmos.

A **lição XIV** faz um estudo sobre a lua, realizando uma conceituação da mesma que, de acordo com a lição:

Discipulo: a lua he hum planeta ne segunda ordem, que serve de satellite à terra, de que está distante 68.640 leguas. Gira doze vezes, pouco mais ou menos, em torno do seu planeta central, no espaço em que este gira huma vez á roda do sol.

O diametro da lua he de 646 leguas; e ella 49 vezez pequea que a terra (GAULTIER, 1838, p. 313).

Após conceituar a lua, é realizada a explicação acerca dos dois movimentos realizados pela mesma, que são: o *movimento diurno* e o *movimento próprio*; das quatro fases da lua (*lua nova*, *quarto crescente*, *lua cheia* e *quarto minguante*) e sobre sua inclinação em relação à terra.

Na **lição XV** são estudados os eclipses, os quais, segundo esta lição, podem existir e ser vistos de maneiras *total*, *parcial* ou *anular*, sendo consequências do desaparecimento passageiro de corpos celestes. Nesta lição, é explicado ainda, quando acontecem eclipses do sol ou da lua; quando acontecem os eclipses totais,

parciais e anulares e os motivos que levam os eclipses a serem provas da redondeza da terra.

A **lição XVI** trabalha os planetas existentes no sistema solar que, de acordo com GAULTIER (1838, p.317,318), são *Mercúrio*, menor dos planetas principais; *Vênus*, a mais brilhante de todas as estrelas e juntamente com Mercúrio e classificado como planeta inferior *Marte*, dos planetas superiores é vizinho da terra; *Vesta*, *Juno*, *Ceres* e *Pallas*, chamados de telescópicos; *Júpiter*, maior de todos os planetas, *Saturno*, se difere dos outros por uma luz pálida e *Urano* ou *Herschell*, o mais distante de todos os planetas.

Na **lição XVII** são estudados os cometas que, de acordo com o autor:

Discípulo: São planetas de uma classe especial, e que tração à roda do sol elipses extremamente alongadas. Sua direção são muito irregulares; movem-se em todos os sentidos, do sul ao norte, de norte a sul, d'E. A O., etc. (GAULTIER, 1838, p. 319).

É realizada, ainda, nesta lição uma explanação acerca da história de aparecimento de cometas no mundo, como o Halley em 1682.

A **lição XVIII** estuda as estrelas fixas que, de acordo com a lição, eram consideradas em razão de sua grandeza (1ª, 2ª, 3ª, 4ª 5ª, 6ª, 7ª, e 8ª) e de sua luz cintilante, como outros tantos sóis. Neste período se conheciam em torno de 2.000 a olhos nus e os telescópios descobriram multidões delas. São listadas, ainda nesta lição, as principais *estrelas zodiacais* e as *extrazodiacais*.

A **lição XIX** se dedica ao estudo sobre o calendário que, segundo o autor:

Discípulo: he uma taboa, que marca as divisões exactas do anno tropical, isto he, do tempo, que a terra gasta em fazer o seu giro derroda do sol, calculado em 365 dias, 5 horas 48' 51", ou obra de 365 dias, 6 horas menos 11' (GAULTIER, 1838, p. 322).

Após este conceito, é realizada uma abordagem acerca da história do Calendário Juliano, como também na divisão do ano em doze meses e em quatro estações como se percebe na figura abaixo.

INVERNO.	VERÃO.
1. Janeiro, 31 dias.	7. Julho, 31 dias.
2. Fevereiro, 28 e 29.	8. Agosto, 31.
3. Março, 31.	9. Setembro, 30.
PRIMAVERA.	OUTONO.
4. Abril, 30.	10. Outubro, 31.
5. Maio, 31.	11. Novembro, 30.
6. Junho, 30.	12. Dezembro, 31.

Abbate Gaultier, Lições de Geografia, 1838, p. 323. Acervo: autor

É explicado acerca da outra divisão do ano, em 52 semanas e 1 dia, das festas móveis, de quando se celebra a Páscoa e sobre o ano lunar. Na última parte da lição, são estudados os conceitos de dia (*dia artificial dia astronômico ou natural e o dia sideral*).

Na **lição XX**, última da terceira parte e do livro, intitulada: “Problemas”, são elencados quatro problemas de assuntos cartográficos. A primeira: “Qual he o meio de achar no globo a latitude ou longitude de hum lugar dado?”; a segunda: “Como acharemos a posição de qualquer lugar sobre o globo, sabendo as suas latitude e longitude?”; a terceira: “como havemos medir sobre o globo a distancia que ha entre dous lugares dados?” e a quarta e última desta lição: “como acharemos a declinação do sol, isto he a sua distancia do equador, quer septentrional, quer meridional?”.

3.3 ADIÇÕES E SEMELHANÇAS DO LIVRO LIÇÕES DE GEOGRAPHIA PELO ABBADE GAULTIER DE 1878 COM O LIVRO LIÇÕES DE GEOGRAPHIA PELO ABBADE GAULTIER DE 1838

O livro Lições de Geographia pelo Abbade Gaultier de 1878 apresenta semelhanças com o livro Lições de Geographia pelo Abbade Gaultier publicado em 1838, como também algumas novas adições e mudanças com relação à primeira edição.

O autor deixa claro, na parte de advertência ao leitor, que esta obra não é propriamente uma nova edição de Geografia de Gaultier, mas um livro inteiramente refundido e verdadeiramente novo.

Com relação a Portugal e Brasil, o autor deixa claro que:

Não foi menor o nosso esmero na parte que nós é exclusivamente propria, queremos dizer no que respeita a Portugal e ao Brazil. Assim que o leitor achará as divisões administrativa, judicial, ecclesiastica, etc., do reino de Portugal redigidas segundo os documentos mais recentes e authenticos.

A descrição do Brazil, que não occupava senão oito páginas na primeira edição, tem na presente perto de quarenta. Além dos outros addiantamentos que fizemos em diferentes partes do volume, principalmente nas lições em que explica o curso dos rios do Brazil (GAULTIER, 1878, p. 1-2).

Ao fazermos uma comparação entre os livros em relação às suas partes, secções, lições e temas, concluimos que grande parte deste livro se apresenta enquanto uma cópia fiel da primeira versão, porém com atualizações no que diz respeito às populações dos países das diferentes partes do mundo, bem como o nome de novas cidades.

A **primeira parte**, também intitulada “*Nomenclatura*”, é composta por cinco secções com um quantitativo de noventa e seis páginas compostas por quarenta e nove lições e também uma lição preliminar contendo a definição da Geografia, os pontos geográficos, mares e rios de cada parte do mundo que, de acordo com GAULTIER (1878), eram divididas em: Europa, Ásia, África, América e Oceania.

A **secção I** apresenta um quantitativo de 55 páginas e traz temas e discussões acerca da Europa, sendo dividida em quinze lições que abordam temas como: países da Europa, mares da Europa, golfos da Europa, estreitos da Europa, ilhas da Europa, penínsulas, cabos e istmos da Europa, dentre outros.

A lição preliminar, deste livro, é uma cópia fiel da encontrada na primeira edição. Entre as **lições I a IX** o texto é praticamente o mesmo de 1838.

A **lição X**, na sua parte inicial, é praticamente igual à primeira versão. A parte final desta lição intitulada “Additamentos” apresenta novas informações acerca dos canais naturais e artificiais da Europa, das estradas, caminhos, telégrafos elétricos e

das produções naturais, dando destaque para o ferro e o cobre na Inglaterra e na Suécia.

Entre as **lições XI e XV**, todos os temas das lições e os textos das mesmas são idênticos à primeira lição, com adições de nomes de novas cidades e divisões internas dos países europeus.

A **secção II** é composta por 11 páginas e traz temas e discussões acerca da Ásia, sendo dividida em nove lições que abordam temas como: limites da Ásia, países da Ásia, mares da Ásia, golfos da Ásia, estreitos da Ásia, ilhas da Ásia, penínsulas, cabos, lagos e montanhas da Ásia, dentre outros temas.

Toda esta secção é uma copia fiel das lições e temas e apresenta o mesmo texto da edição de 1838.

A **secção III** contém 7 páginas divididas em oito lições e traz temas relacionados aos limites da África, regiões da África, golfos e estreitos da África, ilhas e cabos da África, dentre outros.

Como aconteceu na secção anterior, toda esta secção é uma copia fiel das lições e temas apresentados como o mesmo texto da primeira edição.

Na **secção IV** são dedicados temas relacionados à América, dentre os quais destacamos as regiões da América, mares da América, golfos e estreitos da América, principais ilhas, penínsulas, cabos, montanhas, lagos da América dentre outros temas. Esta secção apresenta um quantitativo de dezenove páginas, divididas em onze lições.

Esta secção é basicamente a mesma de 1838, com a adição de duas novas lições. Os temas das **lições de I a VIII e XI**, e seus respectivos temas, são os mesmos da primeira edição. As lições IX e X são as adições feitas neste livro.

A **lição IX** estuda os rios principais do Brasil que desembocam no mar, que segundo a lição, eram vinte, com destaque para o Amazonas e o Tocantins. É percorrido, ainda, sobre o local onde nasce e deságua cada um destes vinte rios brasileiros.

Na **lição X** são trabalhados os rios confluente do Brasil, destacando os dezessete principais rios brasileiros com seus locais de nascente e desaguamentos.

A **secção V**, última da primeira parte, apresenta um quantitativo de quatro páginas sendo divididas em seis lições, as quais abordam temas relacionados à Oceania e, dentre os quais, destacam-se: a extensão e divisão da Oceania, a Notasia, a Austrália, a Polinésia, os principais estreitos da Oceania e possessões Europeias na Oceania.

Toda esta secção apresenta os mesmos temas, lições e textos com relação à edição de 1838.

A segunda parte, também intitulada *NOÇÕES DE GEOGRAPHIA, HISTÓRIA, PHISICA E POLITICA*, é composta por cinco secções relacionadas à Europa, Ásia, África, América e Oceania, apresentando um quantitativo de quinhentas e treze páginas sendo divididas em cinquenta e duas lições e uma lição preliminar, com temas relacionados à população, raças, línguas e governos das partes do mundo.

A lição preliminar desta parte apresenta o mesmo tema e organização dos assuntos da primeira edição, atualizando apenas os valores concernentes à população global²². As demais partes do texto desta lição são estritamente iguais aos da edição de 1838, acrescentando, nesta lição, o número aproximado dos seguidores das principais religiões no mundo.

É importante destacar que, na última parte desta lição, intitulada: “Additamentos”, é realizada a conceituação dos seguintes termos: Nação, Estado ou país, Lei, Soberano, Autonomia, Constituição Política, Forma de Governo, Legislação, Fazenda Pública, Categoria ou Representação Política de uma Nação, Forças e Recursos de uma Nação, População, Autoridades, Civilização, Caráter, Indústria, Indústria Fabril ou Manufatora, Agricultura, Comércio e Riqueza de uma Nação.

²² Segundo GAULTIER (1878, p.97), não se podia saber ao certo, nem ainda aproximadamente, o número de habitantes do globo; porém os geógrafos mais conceituados acreditavam ser de 1 bilhão e 110 milhões de habitantes: 700 milhões para a Ásia; 290 para a Europa; 80 para a América; 100 para a África e 30 para a Oceania.

A **Seção I** aborda a Europa em seus aspectos históricos, populacionais, naturais e de governos. Ela é composta por um quantitativo de trezentas e trinta e duas páginas, sendo divididas em dezenove lições.

A **lição I** intitulada: “Considerações gerais sobre a Europa. Descrição Política,” apresenta a distinção da Europa em relação às demais partes do mundo que, de acordo com o autor:

Discipulo. A Europa é a mais pequena das cinco partes do mundo, porém o genio dos seus habitantes, o estado adiantado da sua civilização, a influencia que por meio de suas numerosas colonias exerce no resto do globo, a collocam no primeiro lugar. Dous mares interiores banham a Europa : o Mediterraneo ao sul, e o Baltico ao norte; a esta vantagem deve em parte o desenvolvimento de seu commercio, da sua industria e da sua civilização (GAULTIER, 1878, p. 106).

Nesta lição são trabalhados, ainda, os aspectos físicos da Europa, suas principais produções, seu comércio, sua população, sua indústria, conceito de Etnografia²³, religião, forma de governo, divisão geográfica, principais mudanças políticas ocorridas, divisão política em 1877 e a supremacia da Europa.

Os temas estudados entre as **lições II a XIV** estão relacionados aos mesmos países estudados entre as lições I a XIV da primeira edição, com atualizações apenas nas informações concernente às populações destes países e com a citação de novas cidades e novas divisões administrativas, quando for o caso.

É importante destacar que, em todas as lições, foram adicionados os assuntos sobre a posição astronômica destes países, com suas respectivas latitudes e longitudes.

A **lição XV**, intitulada: “Chorographia Portugueza”, é a maior lição deste livro, apresentando um quantitativo de duzentas e trinta e três páginas, as quais abordaram as divisões administrativa, judicial, eclesiástica, dentre outras de Portugal.

Segundo GAULTIER (1878, p 179), o tema desta lição foi denominado por causa do maior desenvolvimento que foi dado a esta lição, visto que foi escrita para os portugueses.

²³ Segundo GAULTIER (1878, p.108) é a ciência que tem por objeto os costumes, as raças e línguas das nações.

Na parte inicial desta lição é discutido o conceito de corografia que, segundo o autor:

Mestre. Qual é a etymologia da palavra Chorographia, e o que significa?

Discipulo. Chorographia compõe-se de duas palavras gregas, chora, que significa região, paiz, provincia, e de grapho, que se traduz eu descrevo. Define-se por tanto Chorografia portugueza, descripção do paiz de Portugal, ou, mais simplesmente, descripção de Portugal (GAULTIER, 1878, p 179).

Segundo a lição, corografia portuguesa, como a Geografia podia se dividir em: *matemática*, a qual nos possibilita conhecer a posição astronômica e a situação geográfica de Portugal, com seus limites e dimensões; *física*, a qual ensina-nos as divisões naturais relativamente às partes sólida e líquida, os pontos mais importantes da configuração do país, como planícies montes, serras e seus principais fenômenos naturais e *política*, a qual ensina-nos sobre a história de Portugal, o significado da palavra Portugal, os governos, a história política de Portugal.

Todos os temas das respectivas partes da corografia portuguesa são trabalhados nesta lição, sendo abordados os temas como fazenda e riqueza pública, os quais explicam e abordam os orçamentos das receitas e despesa geral de Estado nos últimos anos do referido contexto histórico deste livro; as ordens militares portuguesas, como a Ordem de Cristo, a Ordem da Torre e Espada, dentre outras; população de Portugal; divisão administrativa etc.

A segunda parte desta lição, intitulada: “Descripção Phisico-Politica de Potugal”, trabalha as *províncias continentais* com seus lugares históricos, fatos memoráveis, a história de Lisboa, do Porto, Valença, bem como suas populações, localizações astronômicas, monumentos históricos, províncias; as *províncias insulares*, destacando o arquipélago dos Açores, suas ilhas; a *África Portuguesa*, com destaque para o arquipélago da Madeira, suas ilhas; as províncias ultramarinas, como a do arquipélago de Cabo Verde, suas ilhas; a *Ásia Portuguesa*, destacando a Índia portuguesa e suas ilhas.

Em toda esta parte é trabalhada a localização geográfica, com as respectivas latitudes e longitudes dos lugares, suas populações, os aspectos naturais, a indústria, o comércio, o clima e a dimensão territorial dos mesmos.

As **lições XVI, XVII, XVIII e XIX** se referem aos mesmos países estudados entre as lições XVI e XIX da primeira edição de 1838, sendo acrescentadas as informações concernentes às posições astronômicas, os limites e dimensões dos referidos países, apresentando atualizações acerca das populações destes países europeus.

A **Secção II** aborda a Ásia em seus aspectos históricos, populacionais, naturais e de governos. Ela é composta por um quantitativo de vinte e nove páginas, sendo divididas em onze lições.

Toda esta secção é praticamente uma cópia fiel em relação à da primeira edição, apresentando o mesmo quantitativo de páginas e lições, apresentando apenas a atualização dos números das populações dos países asiáticos, bem como em alguns casos, a inserção de nomes de novas cidades.

A **Secção III** estuda a África em seus aspectos históricos, populacionais, naturais e de governos. Ela é composta por um quantitativo de vinte e uma páginas, sendo divididas em cinco lições.

As **lições I, II, III, IV e V**, desta secção, se referem aos mesmos países estudados na edição de 1838. O aumento no número de páginas se deve à inserção da discussão acerca da posição astronômica da África, lição I e do Egito, lição II, bem como a abordagem da Abyssinia (Ethiopia dos antigos) da Nubia e de Darfur na mesma lição.

A **Secção IV** estuda a América, em seus aspectos históricos, populacionais, naturais e de governos. Ela é composta por um quantitativo de cento e sete páginas, sendo divididas em quatorze lições.

Assim como na primeira edição, a **lição I**, desta secção, intitulada: Descoberta, População e Religiões da América, aborda a descoberta da América, apresentado o mesmo texto na parte inicial da mesma.

Na parte final desta lição, intitulada: "Additamentos", discorre-se acerca da descrição física, posição astronômica, os limites, dimensões, aspectos físicos, clima, salubridade, os pontos culminantes, principais vulcões, maiores planuras, principais planícies, principais desertos, principais penínsulas, principais arquipélagos,

principais golfos, mares, lagos, lagoas, rios, canais, produções naturais e vegetais da América.

As **lições II, III e IV**, se referem aos mesmos países estudados entre as lições II e IV da primeira edição, sendo acrescentadas às informações concernentes, as posições astronômicas, os limites e dimensões dos referidos países, apresentando-se atualizações acerca das populações destes países americanos.

A **lição V** estuda a Confederação da América Central ou as cinco Repúblicas, discorrendo acerca da história, população, os povos indígenas, clima, curiosidades naturais, produções e cidades principais.

A **lição VI** se refere à lição V da edição de 1838, estudando acerca das Antilhas e apresentando seu texto enquanto uma cópia fiel da primeira edição.

Na **lição VII** são abordadas a Colômbia, ou as Repúblicas de Nova Granada, Equador, Venezuela e Panamá, discorrendo acerca dos países que deram o nome à Colômbia, seu clima, aspectos físicos e população da Colômbia, cidades notáveis da Nova Granada, cidades importantes da República do Equador, cidades notáveis da República da Venezuela e breve história da República do Panamá.

As **lições VIII, IX, X e XI** se referem aos mesmos países estudados entre as lições VII e X da primeira edição, contendo o mesmo texto e apresentando atualizações acerca das populações destes países americanos.

A **lição XII** estuda o Estado Oriental do Uruguai, trabalhando a sua história, sua população destacando as suas principais cidades, como Montevideu.

Na **Lição XIII** é abordado o Paraguai, discorrendo acerca das particularidades sobre sua história, os aspectos físicos deste país, suas principais produções, comércio, população e suas cidades notáveis.

A **lição XV**, composta por cinquenta e oito páginas, é a maior da IV secção e estuda o Brasil, discorrendo, na sua introdução, acerca das noções históricas, clima, produções, governo e produção. No texto que trata sobre as particularidades da história do Brasil, desde o seu descobrimento, são acrescentadas novas informações sobre a história brasileira, bem como sua posição astronômica que, segundo o autor era:

Qual é a posição astronômica do Brazil? – Esta vasta região que ocupa a parte mais oriental da América Meridional, fica entre 4° 33' de latit. Sep. Na serra Paracaina, e 33° 45' austral nas margens do arroio Chuhy; e entre 37° 45' e 75° 4' de longitude ocidental de Pariz, ou 8° 10' de longit. oriental do Rio de Janeiro, e 29° 30' ocidental até á margem ocidental de Javary (GAULTIER, 1878, p. 545).

A dimensão do território do Brasil, segundo o autor, era de dois quintos da América do Sul, calculada em 270.000 léguas quadradas ou 8.340.000 quilômetros quadrados e o seu litoral era de 1.200 léguas pelas costas e enseadas ou 6.666 quilômetros.

A caracterização do clima é a mesma da primeira edição. Também são citados e classificados os principais animais brasileiros, principais serras, a Cordilheira Central, a Cordilheira Oriental ou Marítima, a Cordilheira Ocidental, os principais cabos, as principais ilhas, principais portos, lagoas, rios, afluentes, a Bacia dos Amazonas, a Bacia do Prata, a Bacia do São Francisco, as Bacias secundárias (com seus locais de nascentes e desembocaduras) como o Rio Doce, que nasce na comarca de Barbacena, em Minas Gerais, e entra no Oceano por Duas Bocas, perto de São Mateus; comércio, religião, governo, divisões administrativas, militar, judicial e eclesiástica.

A população do Brasil no referido contexto histórico deste livro, segundo o autor de:

Qual é a população do Brazil?- Segundo o rescenseamento de 1872 a 1875, a população do Brazil sobe a 10,110,000 habitantes, não compreendidos os Índios selvagens, cujo numero é avaliado em quasi um milhão (GAULTIER, 1878, p. 558).

A segunda parte desta lição se dedica aos estudos das comarcas em que se achavam as diferentes províncias do Brasil com as Províncias do Amazonas, de Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, da Bahia, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro (como também o

Município da Corte²⁴), de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, de São Pedro do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso, de Goiás e de Minas Gerais.

Ao estudar cada província do Brasil, são elencadas e abordadas as divisões da mesma, suas principais cidades e vilas, seu clima, seus aspectos físicos, se há alguma ilha, instrução pública, seus limites, sua superfície e população como pode ser observado na figura a seguir:

QUADRO DAS PROVINCIAS,
COM SUA SUPERFICIE E POPULAÇÃO.

PROVINCIAS.	LEGOAS geograph. quadradas.	POPULAÇÃO.		CAPITAES.
		Livre.	Escrava.	
1. Amazonas.....	61.500	57.000	1.000	Manaós.
2. Pará.....	37.500	250.000	27.000	Belem.
3. Maranhão.....	14.000	285.000	74.000	S. Luiz.
4. Piauhy.....	10.000	180.000	23.500	Theresina.
5. Ceará.....	3.600	690.000	31.900	Fortaleza.
6. R. G. do Norte.....	1.800	222.000	13.000	Natal.
7. Parahyba.....	2.400	355.000	21.500	Parahyba.
8. Pernambuco.....	4.200	755.000	89.000	Recife.
9. Alagoas.....	1.800	315.000	35.500	Maceió.
10. Sergipe.....	1.270	155.000	22.500	Aracajú.
11. Bahia.....	14.000	1.215.000	167.500	Bahia.
12. Espírito Santo.....	1.450	60.000	22.500	Victoria.
13. Rio-de-Janeiro.....	2.100	490.000	292.500	Nitheroy.
Munic. da Côte....	(*) 43	230.000	48.900	Rio-de-Janeiro.
14. S. Paulo.....	9.400	685.000	156.500	S. Paulo.
15. Paraná.....	7.200	116.000	10.500	Coritiba.
16. Santa Catharina.....	2.400	145.000	14.900	Desterro.
17. S. Pedro do R. G. do Sul.	7.800	370.000	67.700	Porto-Alegre.
18. Minas-Geraes.....	19.000	1.670.000	370.000	Ouro Preto.
19. Goyaz.....	24.000	150.000	10.500	Goyaz.
20. Mato-Grosso.....	44.500	55.000	6.500	Cuyabá.
		8.450.000	1.506.900	

* Ou 31 legoas brasileiras quadradas.

Abbate Gaultier, Lições de Geografia, 1878, p. 559. Acervo: autor

A **secção V**, última da segunda parte, traz em seus estudos a Oceania. Apresenta um quantitativo de doze páginas, sendo divididas em três lições. Toda esta secção é praticamente uma cópia fiel em relação à da primeira edição, apresentando os mesmos texto e lições, apresentando apenas a atualização dos números das

²⁴ Segundo Gaultier (1878, p.582) o Município da Corte era a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com o seu município encravado no território da província deste nome, o que também se chamava município neutro, corte e capital do Império.

populações dos países da Oceania, bem como em alguns casos, a inserção de nomes de novas cidades e a posição astronômica da Oceania.

A terceira parte, última deste livro, intitulada *ELEMENTOS DE COSMOGRAPHIA*, é composta por um quantitativo de cinquenta páginas, sendo dividida em vinte lições e uma preliminar, que abordam temas relacionados à Geografia astronômica, noções de geometria, de localização geográfica de movimentos da terra, estações do ano, dentre outros.

Toda esta parte é praticamente uma cópia fiel em relação à da primeira edição, apresentando o mesmo texto e lições, não apresentando atualização textual nas suas lições.

3.5 O ESPÍRITO SANTO NO LIVRO DE ABBADE GAULTIER DE 1878

Ao realizar uma discussão acerca da Província do Espírito Santo, diferentemente, da ocorrida na edição de 1838²⁵, o autor discorre acerca das comarcas e freguesias da província, sendo constituída por:

Em quanta comarcas e freguezias se divide esta provincia? Está dividida em seis comarcas, a saber: Victoria, Itapemirim, Santa Cruz, Conceição-da-Serra, S. Matheus e Iritiba. Quanto á divisão ecclesiastica, esta provincia faz parte do bispado do Rio de Janeiro, e divide-se em 25 freguezias (GAULTIER, 1878, p. 578).

As principais cidades e vilas da província, de acordo com a lição, eram Nossa Senhora da Victória (capital da província) e a cidade do Espírito Santo (Vila Velha). As vilas importantes eram Itapemirim, Benevente e Guarapari. Viana, Serra-Almeida, Linhares e Santa Cruz.

Quanto aos seus limites, segundo o autor:

A léste confina com o Oceano; a oeste com a Provincia de Minas Gerais pelas serra de Aymores, e do Espigão e Rio Preto; ao norte com a da Bahia, pela ponta do sul da barra do rio Mucury; ao sul com o Rio de Janeiro pelo rio Itabapuana, sendo-lhe aliás marcado na carta de criação o lugar de Santa-Catharina das Mós (GAULTIER, 1878, p. 579).

²⁵ Na Primeira edição, o autor não deu muita ênfase à Província do Espírito Santo. Nesta edição as únicas informações acerca da província capixaba eram sobre a cidade de Nossa Senhora da Vitória, uma ilha na bahia do Espírito Santo, a qual apresentava algum comércio e que a província era muito fértil, mas não oferecia população muito notável.

O clima da província, segundo o autor, era classificado por ser úmido, porém saudável, de temperatura agradável e geralmente salubre. Quanto aos seus aspectos físicos, apresentava grande parte de seu território montanhoso, com poucas planícies e muitas delas embrejadas. Em geral, coberto de matas.

Segundo GAULTIER (1878, p 545), a população capixaba no referido contexto histórico era composta por 82.500 habitantes, entrando neste número as colônias estrangeiras que eram de 22.500 escravos.

3.6 INDÍCIOS DA CIRCULAÇÃO DOS LIVROS LIÇÕES DE GEOGRAPHIA (EDIÇÕES DE 1838 E 1878) NO BRASIL OITOCENTISTA

Procuramos, ao longo desta pesquisa, desvelar indícios da circulação dos livros *Lições de Geographia* pelo Abbade Gaultier (edições de 1838 e 1878) no Brasil oitocentista. Encontramos pesquisas realizadas pelos autores Albuquerque (2010), Arriada (2007) e Vasconcelos (2004) que abordaram, ou citaram, o uso destes livros nas escolas de ensino secundário em alguns estados (antigas províncias) do país no século XIX.

Os estudos de Arriada (2007) apontam que o livro *Lições de Geographia* pelo Abbade Gaultier (edição de 1838) foi utilizado no ano de 1851 no Liceu D. Afonso, localizado na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Albuquerque (2010) encontrou dois exemplares dos livros do Abbade Gaultier em duas bibliotecas de diferentes cidades nordestinas. Segundo a autora, a segunda edição, de 1855, está no Gabinete Português de Leitura, na cidade do Recife, Pernambuco, Brasil. A terceira edição, de 1878, encontra-se na Biblioteca Aberlado da Hora, mantida pelo Colégio Marista Pio X, na cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil.

Segundo a autora, o fato de encontrar estes dois exemplares nas referidas cidades, pode indicar que esses livros tenham sido utilizados por alunos e/ou professores do

ensino secundário, pois que são obras um tanto quanto complexas para o ensino primário, apesar de não haver uma indicação específica de série a ser adequadamente utilizado.

Um detalhe, segundo a autora, chama a atenção a esse respeito era:

O Gabinete Português de Leitura recebia doações de autores que eram vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de diferentes Estados brasileiros, até hoje recebendo livros e acervos oriundos de diferentes lugares, até mesmo fora do país. Em nossas pesquisas, encontramos lá várias publicações com dedicatória de autores àquela biblioteca, o que pode indicar que essa instituição recebia livros que vinham de além-mar e nem sequer eram utilizados nas escolas brasileiras (ALBUQUERQUE, 2010, p. 178).

Segundo Albuquerque (2010), a Biblioteca do Colégio Pio X, na cidade de João Pessoa, não se constituiu, entretanto como uma instituição que tenha recebido doações de livros de lugares muito distantes. Seu acervo é formado mais especificamente por livros didáticos utilizados pelos seus professores e doados pelas editoras, além de livros mais recentes adquiridos pela instituição, recebendo ainda doações de pessoas do estado da Paraíba.

Assim, segundo a autora, o exemplar ali encontrado tem um significado mais apropriado para comprovar o uso dessa publicação, enquanto material didático, como orientação para o professor ou para ele e seus alunos.

Vasconcelos (2004) cita, em sua pesquisa, a comercialização do livro *Lições de Geographia* pelo Abbade Gaultier (edição de 1838) em 1849, no Brasil, pela livraria Garnier, localizada na rua Ouvidor nº 69 no Rio de Janeiro.

Segundo Albuquerque (2010), os dados referentes a esta data nos indicam que a primeira edição desse manual foi comercializada no Rio de Janeiro. Tais fatos reunidos nos levam a crer que o livro realmente foi utilizado no ensino e aprendizagem ou na preparação de aulas de Geografia no Brasil.

3.7 O NACIONALISMO PATRIÓTICO OITOCENTISTA E O LIVRO LIÇÕES DE GEOGRAPHIA PELO ABBADE GAULTIER

O nacionalismo patriótico, segundo Vlasch (1991), se constitui num importante tema da Geografia escolar, esteve entre os temas mais importantes que compunham o rol de conteúdos dessa disciplina desde o século XIX.

(...) a questão do nacionalismo patriótico somente aparece como propósito da disciplina escolar Geografia a partir do momento em que “o projeto nacional de nossas elites começa a se consolidar...” (ROCHA, 1996, p. 288).

Assim, entendemos o nacionalismo passou a compor o conteúdo do ensino dessa disciplina quando a Geografia do Brasil foi institucionalizada como disciplina e os livros didáticos passaram a tratar das questões relativas ao país.

Esse debate foi introduzido, segundo Albuquerque (2008), nas escolas do Brasil pelas publicações didáticas brasileiras. Pois, enquanto os livros didáticos utilizados eram importados, esses, em geral, não traziam conteúdos sobre o Brasil e quando o faziam era de forma muito superficial.

Estes livros, segundo a autora:

(...) valorizavam significativamente um conhecimento geográfico sobre a Europa e, em alguns deles, eram incluídos outros continentes. A nomenclatura recitada referia, em geral, às províncias europeias, aos aspectos físicos e aos dados populacionais dos países daquele continente. Além disso, se abordava aspectos do que se denominava Geografia geral, ou seja, astronomia e cartografia (ALBUQUERQUE, 2008, p. 166).

Assim, poderemos incorrer num erro capital se falarmos que o nacionalismo patriótico era destacado e trabalhado como tema central destes livros estrangeiros utilizados no Brasil oitocentista.

Acreditamos que o debate republicano, em meados do XIX, o aumento das publicações sobre a Geografia e história do Brasil, os exames para ingresso na universidade e a institucionalização da disciplina Geografia do Brasil, é que o nacionalismo patriótico passou a compor, mais sistematicamente, os conteúdos dos livros didáticos de Geografia (ALBUQUERQUE, 2008, p. 166).

Nessa perspectiva, segundo a autora, podemos compreender que o debate acerca do nacionalismo, a partir de meados do século XIX, deu um novo significado a

escola e requeria dessa a difusão de uma abordagem geográfica local ou, como se afirmava na época, corográfica.

Se a escola teria, como um dos seus papéis, difundir o nacionalismo, então essa instituição deveria valorizar as realidades mais próximas dos alunos, especialmente em se tratando das primeiras letras, que abrangia um número maior de alunos das diferentes classes sociais (ALBUQUERQUE, 2008, p. 166).

Desse modo, podemos considerar, segundo a autora, que nos livros didáticos de Geografia que eram utilizados nas escolas brasileiras, especialmente no início do século XIX, havia poucas referências a Geografia do Brasil, tanto por falta de fontes e dados para os autores de livros didáticos, quanto porque os livros eram elaborados fora do país e, muitas vezes, traduzidos sem uma adaptação a nossa realidade.

Esta breve reflexão nos possibilita pensar como os livros *Lições de Geographia* pelo Abbade Gaultier (edições de 1838 e 1878) de Geografia, traduzidos e adotados no Brasil nos oitocentos, tratavam os conteúdos referentes à Geografia do Brasil, e se estes davam conta dos debates acerca do Estado-nacional e das questões que envolviam as discussões do nacionalismo patriótico do século XIX.

Na tentativa de responder as questões levantadas sobre estes livros, trazemos uma análise mais apurada sobre os livros do Abbade Gaultier nas edições de 1838 e 1878. Sobre o primeiro questionamento, ou seja, o que motivava a abordagem de temas sobre a Geografia do Brasil em livros didáticos elaborados fora do país, formulamos duas hipóteses que se encontram atreladas. As duas se remetem ao mercado editorial.

Na introdução do livro do Abbade Gaultier de 1878, o autor avisa, tendo em vista facilitar a nossa compreensão:

A descrição do Brazil, que não occupava senão oito páginas da primeira edição têm na presente perto de quarenta além de outros additamentos que fizemos em differentes partes do volume, principalmente nas lições em que se explica o curso dos rios principaes do Brazil.

Julgamos que os outros paizes da América, tão summariamente tratados na edição franceza, mereciam maior attenção em uma obra destinada em grande parte para leitores americanos. Para tanto, toda esta parte, e especialmente a que diz respeito às republicas da América Meridional, vai descripta com uma extensão que se não achará certamente em nenhuma

obra da mesma classe, nem mesmo em algumas de maior volume (GAULTIER, 1878, P. II).

Esse fato nos leva a compreender, segundo Albuquerque (2010), que os textos sobre o Brasil foram ampliados (comparados aos da primeira edição de 1838) e isso se deveu exatamente ao destino que este livro passaria a ter, ou seja, o mercado americano, especialmente o da América do Sul, e mais precisamente, o do Brasil.

Segundo a autora não se sabe se esse livro também foi traduzido para o espanhol e difundido na América espanhola, fica aqui uma dúvida: teria o livro *Lições de Geografia* também chegado aos professores e a alunos de outros países latino-americanos?

Segundo autora, uma hipótese levantada era que um dos fatores que motivava a abordagem, e até mesmo a ampliação sobre a Geografia do Brasil nessa obra, era a intenção do autor e/ou editor em comercializá-lo no mercado brasileiro, e não o mercado a que ele se destinou inicialmente, ou seja, o francês.

Outra hipótese, levantada pela autora, refere-se aos debates em torno da educação no século XIX. Ou seja, a ideia de organizar os conteúdos partindo do global para o local, estava sendo contestada, e isto poderia ser um empecilho para a comercialização da obra em países fora da Europa, pois que, se o livro não tratasse especificamente sobre o local, poderia trazer dificuldade para o uso pelos professores.

Diante das duas hipóteses, nos colocamos mais propensos a defender a primeira, já que no Brasil, naquela época, não havia cursos superiores destinados à formação de professores que, em geral, pouco conheciam sobre debates pedagógicos (ALBUQUERQUE, 2010, p.187).

A seleção dos conteúdos sobre o Brasil nesses livros foi organizada, segundo a autora, de acordo com os debates acerca da difusão dos ideais do nacionalismo patriótico, de modo que podemos verificar tanto na primeira parte quanto na segunda, uma valorização daquilo que constituía a “grandeza da nação”.

Por isso estão assim distribuídos e organizados: primeiramente, uma abordagem sobre a história do país (da Colônia até a Independência), fundamentada naquilo

que estava posto para o debate nacional, a difusão de uma história pátria, com seus heróis e seus feitos de grandes relevâncias.

Seguidamente, Gaultier (1878), aborda alguns dados sobre a localização, dimensões e limites do território; relaciona clima e aspectos da produção, evidenciando a fertilidade do solo, a existência de inúmeros metais, com destaque para os metais preciosos; em seguida se debruça sobre o relevo brasileiro, anunciando o nome das formações e detalhando a sua localização.

Como o autor enfatiza, na edição de 1878, desde a introdução do livro, grande destaque é dado as bacias hidrográficas brasileiras, abordadas duas vezes no mesmo livro, aparecendo tanto na primeira quanto na segunda parte. Para terminar o capítulo sobre o Brasil, Gaultier (1878), apresenta cada uma das províncias, com suas capitais, população (dividida entre homens livres e escravos) e limites territoriais em léguas.

Os conteúdos selecionados, segundo Albuquerque (2010), eram aqueles que interessavam mais de perto a classe dominante brasileira e a seus ideais de construção de um Estado-nacional. Quanto às fontes utilizadas, poucas informações são difundidas, pois o autor apenas diz que recorreu aos “mais respeitáveis estudiosos da área” (GAULTIER, 1878, p. I), porém, não cita nomes, assim, como também não apresenta algum tipo de filiação a instituições ou correntes teóricas.

4 CONCLUSÃO

Ao averiguar o processo de institucionalização da Geografia escolar e a sua espacialidade nos oitocentos (1843-1889) na província capixaba, possibilitou-nos algumas inferências, assim como o levantamento de questões para trabalhos futuros. Não é nossa intenção oferecer respostas definitivas, mas apresentar algumas conclusões que pudemos chegar após dois anos de investigações e de estudos acerca da história dessa disciplina escolar.

O Liceu de Vitória, instituição secundária criada de acordo com a lei nº 4 de 24 de junho de 1843 e apenas instalado em 23 de abril de 1854 na capital da província, colaborou decisivamente para a institucionalização do ensino secundário capixaba e principalmente para a história da disciplina de Geografia que passou a existir e ser ofertada pela primeira vez neste estabelecimento de ensino.

A história da Geografia escolar na província capixaba está diretamente e estritamente relacionada à própria história do Liceu de Vitória. A organização deste estabelecimento tinha como objetivo dar ao colégio uma estrutura sequencial e formar num conjunto de disciplinas interligadas seus alunos.

Assim, várias outras disciplinas escolares como o Francês, a Aritmética, o Latim, a Música, dentre outras, também foram ofertadas durante toda a história de funcionamento do colégio. Como aconteceu nas demais províncias do Império, o Liceu de Vitória foi pensado e arquitetado para proporcionar à juventude capixaba uma educação que levasse as luzes à inteligência, acompanhada da virtude da razão.

Durante todo o período de funcionamento do colégio (1854-1867), apenas cinco alunos se matricularam em Geografia, quantitativo pouco expressivo levando-se em conta o número de matriculados nas outras disciplinas escolares neste período. Isto nos leva a inferir acerca da importância e do destaque desta disciplina escolar que se configurou enquanto uma disciplina de pouca expressividade – se comparada com as demais – no que se refere ao número de alunos matriculados e frequentes.

O baixo número de alunos que se matricularam no ensino secundário no decorrer do recorte temporal analisado, como constatado nesta pesquisa, se deve a vários motivos, como a falta de professores e de alunos, podendo ser resultante de uma série de hipóteses como a localização destes estabelecimentos de ensino na capital da província, o que poderia dificultar a vinda de alunos dos demais distritos (uma vez que a infraestrutura de transporte neste período era precária).

Outras hipóteses eram o valor cobrado nas matrículas, que poderia ser um empecilho para grande parte dos alunos desvalidos; a falta de professores habilitados; a infraestrutura deste estabelecimento e os problemas concernentes à falta de recursos do governo provincial de manter e de desenvolver o ensino secundário na província.

Neste período alguns distritos como São Mateus, Serra, Benevente e Cachoeiro de Itapemirim ofertavam o ensino secundário, porém em aulas avulsas de Francês ou de Latim. A disciplina de Geografia, quanto à sua oferta, ficou restrita à capital da província do Espírito Santo.

Mesmo com a substituição do nome Liceu de Vitória para o Colégio do Espírito Santo e a mudança no seu currículo com a inserção de novas matérias, a situação da Geografia escolar não apresentou mudanças significativas quanto à oferta e ao baixo quantitativo de alunos matriculados, permanecendo-se em segundo plano e com pouca relevância neste estabelecimento de ensino.

Destaca-se também, neste contexto, a criação do Colégio Nossa Senhora da Penha, primeira instituição voltada para o sexo feminino da Província Capixaba. Este estabelecimento de ensino secundário passa também a oferecer a disciplina de Geografia. Sendo assim, ela passa a ser ofertada em duas instituições de ensino, mas ainda restrita à capital provincial até 1874.

No contexto temporal analisado, baseando nos inúmeros relatórios provinciais estudados, é possível inferir que a Geografia escolar não se espacializou de maneira dinâmica e expressiva na província capixaba. Fora da capital, apenas no distrito de Cachoeiro de Itapemirim, no ano de 1874, foi ofertada esta disciplina num estabelecimento particular.

Dessa forma, a Geografia escolar se concentrou na oferta, na matrícula e no seu funcionamento na capital da província capixaba. Isso nos permite observar a prática da centralidade do ensino secundário nas capitais das províncias do Império, conforme estudado.

Quanto à institucionalização da Geografia escolar capixaba nos oitocentos percebeu-se que sua oferta ficou restrita apenas ao ensino secundário e que esteve presente na grade curricular dos estabelecimentos de ensino desta modalidade educacional.

Podemos constatar, assim como aconteceu nas demais províncias do Império, que o ensino secundário capixaba não teve uma definida consciência do aspecto formativo da mesma forma como ocorreu em outros países em que resultava de um parâmetro vinculado à tradição clássico-humanista. De forma contrária, o ensino apresentou uma dimensão estrita e imediatista para a preparação à instrução superior da Corte.

Acreditamos que os dois livros analisados nesta pesquisa, por mais que não apresentassem um destino específico por série ou por grau/nível de ensino, por suas complexidades de ensino, tenham sido utilizados apenas por alunos e/ou por professores do ensino secundário.

A adoção do livro didático, como constatado no relatório da Província do Espírito Santo de 1869, pode não ter significado a garantia do seu uso por professores e por alunos na escola secundária nos oitocentos, podendo ser referencial apenas para professores, tendo em vista que naquela época era comum, como citado anteriormente, somente o professor ter o livro didático enquanto que os alunos apenas copiavam as lições como atividade a propiciar a memorização.

Os livros em questão apresentavam como estrutura metodológica o formato de catecismo por meio de perguntas prontas para serem elaboradas pelo “Mestre” e de respostas para o “Discípulo”. Entretanto, as perguntas do mestre não se resumem a pedir somente definições de uma nomenclatura de acidentes geográficos. Em sua estrutura encontramos também perguntas que possibilitam o desenvolvimento de um texto ou de um relato mais longo sobre um determinado fato. Os manuais não apresentam atividades/exercícios ou outro tipo de averiguação da aprendizagem.

Tendo em vista que suas estruturas metodológicas já eram organizadas como uma atividade de perguntas e de respostas prontas, acreditamos que isto já era suficiente para tal averiguação dentro do método proposto.

Somente no último capítulo, da edição de 1878, encontra-se uma lição que parece ter a função de exercício, denominada *Lição XX – Problemas*. Nela, o autor trata de elencar perguntas que recorrem a alguns procedimentos necessários para se encontrar a localização geográfica de um determinado ponto a partir das linhas imaginárias.

Os livros seguem uma linha comum aos livros brasileiros de Geografia da época, centrados em uma perspectiva de memorização de nomenclaturas de acidentes geográficos, de localização de lugares e de definições de conceitos. Mesmo os textos mais longos trazem, muito explicitamente, a memorização enquanto objetivo primeiro do processo de ensino e de aprendizagem.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. **A autoria de livro didático de geografia em Pernambuco no século XIX: uma relação entre a legislação e a elaboração.** In: Revista Terra Livre Dourados/MS Ano 24, v. 2, n. 31 p. 163-171 Jul-Dez/2008.

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. A geografia do Brasil nos livros didáticos europeus do século XIX: o caso de “lições de geographia” do Abbade Gaultier. In: CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim; KULESZA, Wojciech Andrzej. **A escola e a igreja nas ruas da cidade.** João Pessoa: UFPB, 2010. P. 173 – 189.

ALMEIDA, Rosângela Doin de e PASSINI, Elza Yassuko. **O espaço geográfico: ensino e representação.** São Paulo: Contexto, 1989.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Caminhos e descaminhos da Geografia.** Campinas: Papirus, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico.** São Paulo: Atlas, 1987.

ANTUNES, C. da F. Os estudantes e a transformação da Geografia Brasileira. **Geografares**, Vitória, n. 2, p.35-50, jun/2001.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**, São Paulo, ed. Moderna, 2003. p. 151-155.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia geral e Brasil**, São Paulo, ed. Moderna. p. 2006. 222-226.

ARRIADA, Eduardo. **A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público** (Tese de doutorado) - Porto Alegre- RS, PPGE- PUC-RS, 2007.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira.** 5. ed. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1971.

BARROS, Maria C. L. de. **A história da disciplina geografia nas décadas de 1930 e 1940: expressão da fisionomia do Estado.** 2000. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2000.

BITTENCOURT, C. M. F. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, M. A. T. de; RANZI, S. M. F (Org.). **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate.** Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, G.; CAMPOS, N. A. **Palácio Anchieta: de colégio à casa da governadoria**. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura e Esportes/ Biblioteca Pública Estadual, 2000.

BRABANT, J. Crise da geografia, crise da escola. In: OLIVEIRA, A. U. de (Org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** São Paulo: Contexto, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. 3 ed. Brasília, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____.(org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

CARVALHO, Delgado de. **Methodologia do ensino geographico**: introdução aos estudos de geografia moderna. Petrópolis: Vozes de Petrópolis, 1925.

CARVALHO, Maria Inez. **Fim Século**: a escola e a Geografia. 2. ed. Rio Grande do Sul: UNIJUI, 2004.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos et al (Org.). **Geografia em sala de aula**: práticas e reflexões. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1998.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: Reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria e Educação. vol. 2, Porto Alegre, 1990, pp. 177-229.

CHOPPIN, A. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.

COUTINHO, J.M. **uma história da educação no Espírito Santo**. Vitória: DEC, 1993.

EVANGELISTA, H. A. A geografia crítica no Brasil. **Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 18-34, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Instrução Elementar no século XIX**. In.: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135-149.

FERRAZ, Cláudio Benito O. **O discurso geográfico**: a obra de Delgado de Carvalho no contexto da geografia brasileira – 1913 a 1942. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FERREIRA, António Gomes & VECHIA, Ariclê. A comparação dos planos de estudo do Liceu de Coimbra e do Imperial Collegio de Pedro II. O sentido das reformas no

ensino secundário em meados de oitocentos. In: ARAUJO, Marta Maria de. **História (s) comparada (s) da educação**. Brasília- DF, Ed. Liber Livro, 2009, p. 319-344.

FORQUIN, J. C. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicos sociais. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 5, p. 28-49, 1992.

FRANÇA, Aldaires Santos. **Uma educação imperfeita para uma liberdade imperfeita: escravidão e educação no Espírito Santo (1809-1889)**, Vitória-ES, PPGE-UFES, 2006.

GAULTIER, Abade, **Lições de geographia**, traduzido por uma Sociedade de litteratos portuguezes. Paris, 1837.

GAULTIER, Abade, **Lições de geographia**, traduzido por uma Sociedade de litteratos portuguezes. Ed. novissima inteiramente refundida e consideravelmente augmentada, feita sobre a ultima franceza / por J. I. Roquette. - Pariz: em casa de V^a J.-P. Aillaud, Monlon e C^a, 1878.

GONDRA, José Gonçalves & SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**, São Paulo: Cortez, 2008.

H AidAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Império Brasileiro**. São Paulo: Grijalbo – Ed. USP, 1972.

HENRIQUE, W. Pela continuidade da geografia crítica. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, v. VII, n. 400, 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-400.htm>>. Acesso em: 20 março 2010.

ISSLER, Bernardo. **A geografia e os estudos sociais**. 1973. 253f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Presidente Prudente, 1973.

JULIA, D. **La culture scolaire comme objet historique**. Palestra proferida na Conferência do XV ISCHE, Lisboa, junho, 1993.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun., 2001.

KAERCHER, N. A. **Desafios e utopias no ensino de Geografia**. 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

_____. Desafios e utopias no ensino de Geografia. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos et al (Org.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 171-183.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia humana**. Edições Cosmos. Lisboa, 1954.

LACOSTE, Yves. **A Geografia Serve Antes de Mais Nada Para Fazer a Guerra**. São Paulo: Papirus, 1979.

- LEITE, J.S.; PIROLA, A.L.B. **O livro didático no Espírito Santo: o desafio das fontes** In: SILVA, G.V.; SIMÕES, R.H.S.; FRANCO, S. P (Org) História e educação: territórios em convergência. Vitória: GM gráfica e editora, 2007.
- MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia: pequena história crítica**. 6.ed. São Paulo: Hucitec 1987.
- MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.
- NOVAES, M. S. **A história do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Para onde vai o ensino de geografia?** São Paulo: Contexto, 1989.
- OLIVEIRA, Cezar Alvarez Campos de. **Geografia e ensino no Brasil e em Cuba: Um estudo Histórico- geográfico comparado**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**, Vitória, 2008.
- PEREIRA, José Veríssimo. A geografia no Brasil In: AZEVEDO, Fernando (Org.). **As ciências no Brasil**, Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. p. 439-461.
- PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna**. 3.ed (ver.) Florianópolis: ed. Da UFSC, 1999.
- PETRONE, Pasquale. O ensino de geografia nos últimos 50 anos. **Revista Orientação**, São Paulo, n.10, p. 13-17, 1993.
- PINHEIRO, Antonio Carlos. **O ensino de Geografia no Brasil**. Catálogo de dissertações e teses (1967-2003). Goiânia: Editora Vieira, 2005. 285 p.
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **A Geografia: pesquisa e ensino**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p.111-142.
- RAMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira. **A organização Escolar** In 17ª edição revista e ampliada, Campinas, São Paulo, Ed. Autores Associados, 2001. p. 51-68.
- ROCHA, G.O.R. **A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro(1837-1942)**. 1996. 297f. Dissertação (Mestrado em Educação: supervisão e currículo)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia no Brasil**. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.129-144, 2000.

ROCHA, Genylton Odilon Rego da. **Delgado de Carvalho e a orientação moderna no ensino de Geografia escolar brasileira**. In.: Terra Brasilis - Geografia: disciplina escolar. **Ano I, nº 1. Rio de Janeiro, Jan/Jun 2001. P. 83 – 109.**

ROMANELLI, Ailse Therezinha Cypreste. **Educação no Espírito Santo: Breve histórico**. in: Revista FACEVV - 2º Semestre de 2008 - Número 1.

SANTOS, L. L. de C. P. **História das disciplinas escolares: perspectivas de análises**. Teoria e Educação, Porto Alegre, n. 2, p. 21-29, 1990.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 6.ed São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 3.ed São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Edusp, 1978.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval et al (org) **O legado educacional do século XIX**. São Paulo: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, Dermeval et al (org) **O legado educacional do século XX**. São Paulo: Autores Associados, 2006.

SILVA, Geraldo Bastos. **Introdução Crítica do Ensino Secundário**. Rio de Janeiro: MEC/CADES, 1959.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)**, São Paulo: Cortez, 2008.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres: a educação doméstica como uma prática das elites no Brasil de oitocentos**. Rio de Janeiro, (Tese de doutorado) PPGE- PUC-RJ, 2004.

VECHIA, Ariclê & LORENZ, Michael (Org). **Programa de ensino na escola secundária brasileira 1850 a 1951**. Curitiba: ed. do autor, 1998.

VESENTINI, J. W. Educação e ensino de geografia: instrumentos de dominação e/ou de libertação. In: CARLOS, A. F. A. **A geografia na sala de aula**. São Paulo, Contexto, p.12- 20, 2001.

VERISSIMO, José. A educação nacional. **3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.**

VESENTINI, José William (Org.). **Geografia e ensino: textos críticos**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2001. p. 149-160.

_____. (Org.) **O ensino da Geografia no século XXI**. Campinas: Papyrus, 2004.

VESENTINI, José William (Org.). **Geografia e ensino: textos críticos**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2001. p. 149-160.

_____. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In: VESENTINI, José William (Org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. São Paulo: Papyrus, 2004. p.187-218.

VIDAL, Diana Gonçalves & CARVALHO, Maria Pinto de. Mulheres e magistério primário: tensões, ambiguidades e deslocamentos In: VIDAL, Diana Gonçalves & HILSDORF (Org.). **Brasil 500 anos: Tópicos em História da educação**, São Paulo, Edusp, 2001. p. 205-224.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas Escolares: estudo sobre prática de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)**, Campina-SP: Autores Associados, 2005.

VLACH, Vânia Rubia Farias. **A propósito do ensino de geografia: em questão, o nacionalismo patriótico**. 1988, 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

_____. A Geografia em construção. **Belo Horizonte: Editora Lê, 1991**.

VLACH, Vânia Rubia Farias. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In: VESENTINI, José William (Org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. São Paulo: Papyrus, 2004. p. 187-218.

XAVIER, Maria Elizabete. **A institucionalização do ensino no Império**. In: Xavier, Maria Elizabete et al (org). História da educação: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994. p. 72-82.

DOCUMENTOS DE PROVÍNCIA

Espírito Santo, 1848, Relatório do Presidente de Província José Francisco Andrade Almeida Monjardim.

Espírito Santo, 1848, Relatório do Presidente de Província Antonio Pereira Pinto.

Espírito Santo, 1849, Relatório do Presidente de Província Antonio Joaquim Siqueira.

Espírito Santo, 1850, Relatório do Presidente de Província Felipe José Pereira Leal.

Espírito Santo, 1852, Relatório do Presidente de Província José Bonifácio

Nascentes dAzambuja.

Espírito Santo, 1853, Relatório do Presidente de Província Evaristo Ladislau Silva.

Espírito Santo, 1854, Relatório do Presidente de Província Sebastião Machado Nunes.

Espírito Santo, 1855, Relatório do Presidente de Província Sebastião Machado Nunes.

Espírito Santo, 1856, Relatório do Presidente de Província Barão de Itapemirim.

Espírito Santo, 1857, Relatório do Presidente de Província José Maurício F. P.de Barros.

Espírito Santo, 1857, Relatório do Presidente de Província Barão de Itapemirim.

Espírito Santo, 1859, Relatório do Presidente de Província Pedro Leão Veloso.

Espírito Santo, 1861, Relatório do Presidente de Província Antonio Alves Souza Carvalho.

Espírito Santo, 1861, Relatório do Presidente de Província Jose Fernandes Costa Pereira Júnior.

Espírito Santo, 1861, Relatório do Presidente de Província Jose Fernandes Costa Pereira Júnior.

Espírito Santo, 1862, Relatório do Presidente de Província Jose Fernandes Costa Pereira Júnior.

Espírito Santo, 1863, Relatório do Presidente de Província Andre Augusto Padua Fleury.

Espírito Santo, 1864, Relatório do Presidente de Província Eduardo Pindahiba Mattos.

Espírito Santo, 1865, Relatório do Presidente de Província Eduardo Pindahiba Mattos.

Espírito Santo, 1865, Relatório do Presidente de Província José Joaquim Carmo.

Espírito Santo, 1866, Relatório do Presidente de Província Alexandre Rodrigues Silva Chaves.

Espírito Santo, 1867, Relatório do Presidente de Província Alexandre Rodrigues Silva Chaves.

Espírito Santo, 1867, Relatório do Presidente de Província Carlos Cerqueira Pinto.

Espírito Santo, 1868, Relatório do Presidente de Província José Maria Valle Junior.

Espírito Santo, 1868, Relatório do Presidente de Província Luiz Antonio Fernandes Pinheiro.

Espírito Santo, 1868, Relatório do Presidente de Província Francisco Leite Bittencourt Sampaio.

Espírito Santo, 1869, Relatório do Presidente de Província Luiz Antonio Fernandes Pinheiro.

Espírito Santo, 1871, Relatório do Presidente de Província Francisco Ferreira Correa.

Espírito Santo, 1872, Relatório do Presidente de Província Antonio Gabriel Paula Fonseca.

Espírito Santo, 1873, Relatório do Presidente de Província Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas.

Espírito Santo, 1874, Relatório do Presidente de Província Luiz Eugenio Horta Barbosa.

Espírito Santo, 1874, Relatório do Presidente de Província Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas.

Espírito Santo, 1875, Relatório do Presidente de Província Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas.

Espírito Santo, 1875, Relatório do Presidente de Província Domingos Monteiro Peixoto.

Espírito Santo, 1876, Relatório do Presidente de Província Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas.

Espírito Santo, 1876, Relatório do Presidente de Província Manoel José Meneses Prado.

Espírito Santo, 1877, Relatório do Presidente de Província Antonio Joaquim Miranda Nogueira Gama.

Espírito Santo, 1878, Relatório do Presidente de Província Manoel Silva Mafra.

Espírito Santo, 1879, Relatório do Presidente de Província Adelpho Monjardim Andrade Almeida.

Espírito Santo, 1880, Relatório do Presidente de Província Eliseu Sousa Martins.

Espírito Santo, 1881, Relatório do Presidente de Província Marcellino Assis Tostes.

Espírito Santo, 1882, Relatório do Presidente de Província Alpheo Adelpho Monjardim Andrade Almeida.

Espírito Santo, 1882, Relatório do Presidente de Província Herculano Marcos Inglez Souza.

Espírito Santo, 1883, Relatório do Presidente de Província Martim Francisco Ribeiro Andrada Junior.

Espírito Santo, 1884, Relatório do Presidente de Província Jose Camillo Ferreira Rebello.

Espírito Santo, 1885, Relatório do Presidente de Província Antonio Joaquim Rodrigues.

Espírito Santo, 1886, Relatório do Presidente de Província Antonio Joaquim Rodrigues.

Espírito Santo, 1888, Relatório do Presidente de Província Antonio Leite Ribeiro Almeida.

ANEXO I



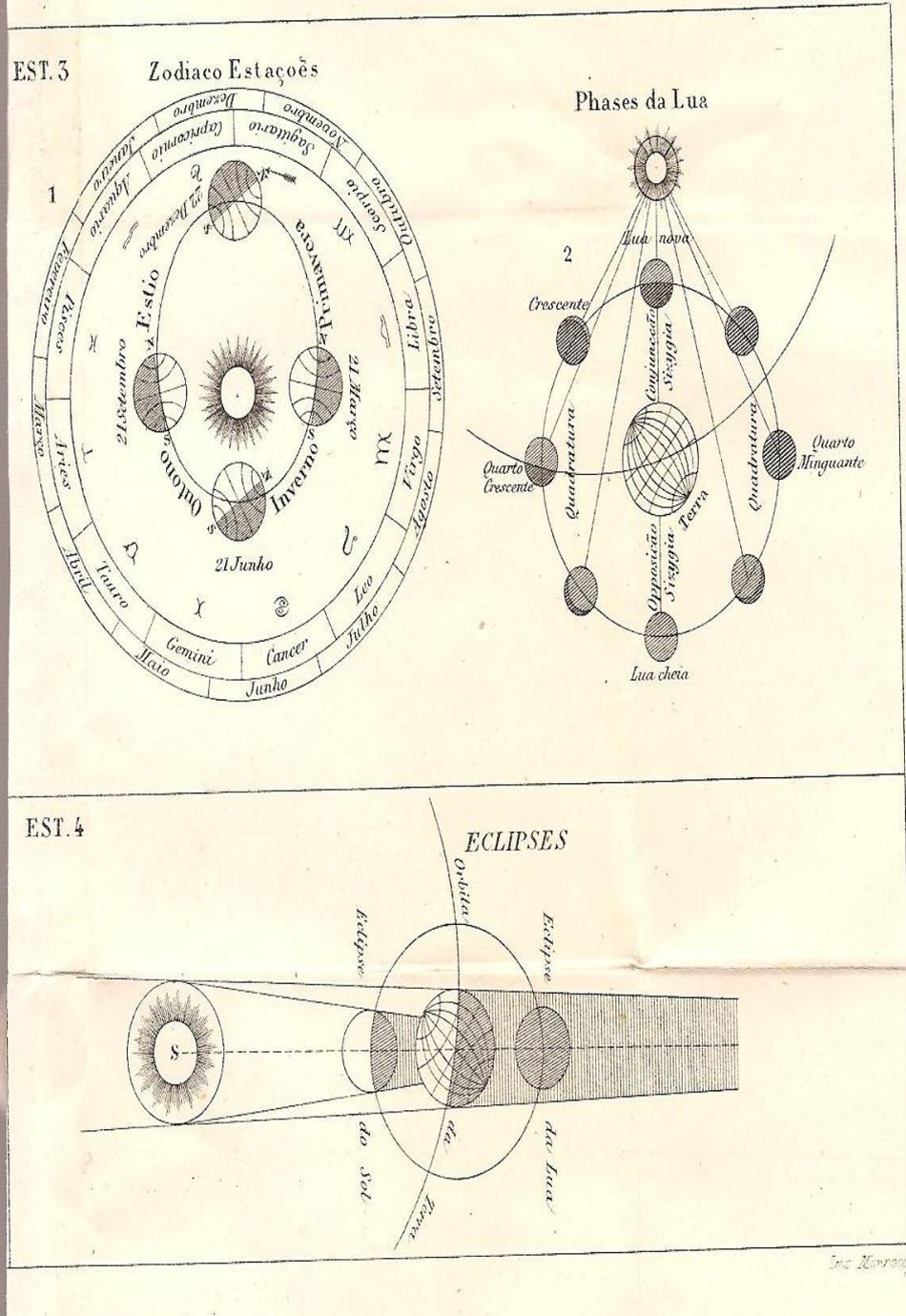
Mapa da Espacialidade da disciplina de Geografia na Província do Espírito Santo nos Oitocentos.
Acervo: Autor.

ANEXO II



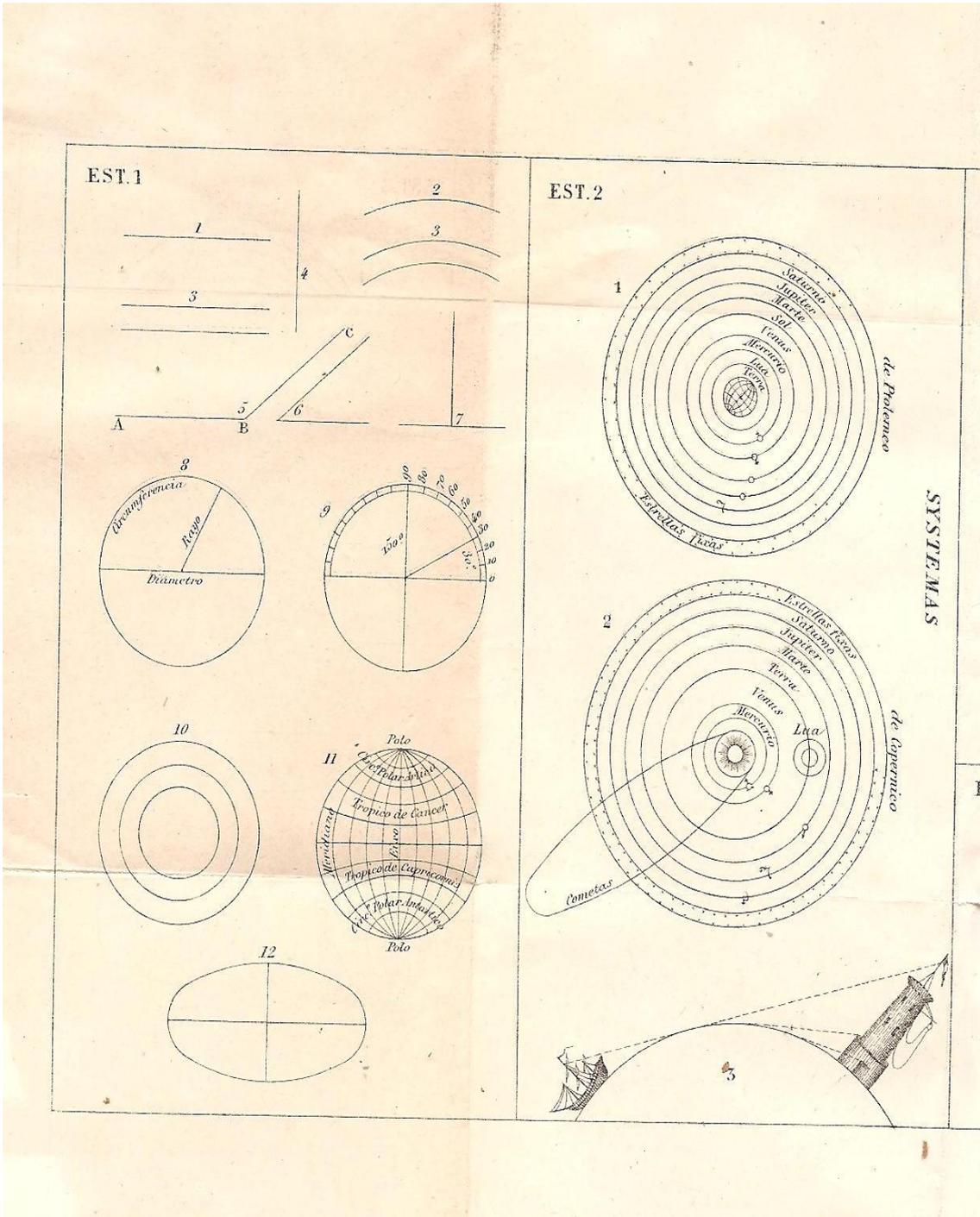
Antigo Colégio dos Jesuítas-Vitória-ES. Acomodou em 1878 o Liceu de Vitória. Coleção Luiz Derenzi. (OLIVEIRA, 2008, p. 347).

ANEXO III



Abbate Gaultier, Lições de Geografia, 1878, Anexo. Acervo do autor.

ANEXO IV



Abbate Gaultier, Lições de Geografia, 1878, Anexo. Acervo: autor